BEM PARANÁ
O JORNAL DO ESTADO
Ano 40 • Edição 12.389
CURITIBA, QUARTA-FEIRA
24 de abril de 2024
R$ 2,50
1809-483X
www.bemparana.com.br facebook.com/bemparana @portalbemparana @bemparana

CÂMARA

Maria Letícia escapa de cassação, mas é suspensa

A vereadora Maria Letícia (PV), acusada de quebra de decoro, escapou de ser cassada pela Câmara Municipal de Curitiba. Ontem, o Conselho de Ética descartou a punição máxima, mas aplicou uma suspensão. Pág. 2

COPA SUL-AMERICANA

Athletico usa time misto em jogo no Uruguai Pág. 6

EM CURITIBA, UPAS ESTÃO PRESSIONADAS PELA "TEMPORADA" DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS E A PRÓPRIA DENGUE

Paraná chega a 171 mortes pela dengue e passa dos 260 mil casos

Houve menos mortes, porém mais ocorrências confirmadas em relação à semana anterior Pág. 3

DUELO DE ESGRIMA, PASSEIO DE MOTO, HOMENAGEM NA CÂMARA E UMA CERVEJINHA PARA RELAXAR

Fotos: Franklin de Freitas

Em véspera de show, Bruce Dickinson faz turismo 'heavy metal' em Curitiba Pág. 23

PREVISÃO DO TEMPO

Paraná registra chuva; Curitiba deve ter dia abafado Pág. 5

PELA DÉCIMA VEZ SEGUIDA

Mercado financeiro eleva previsão de alta do PIB Pág. 4

DESTAQUES

Martha Feldens

Das 150 pré-candidaturas do movimento LGBTI+ nas eleições 2024, 14 são do Paraná. Pág. 2

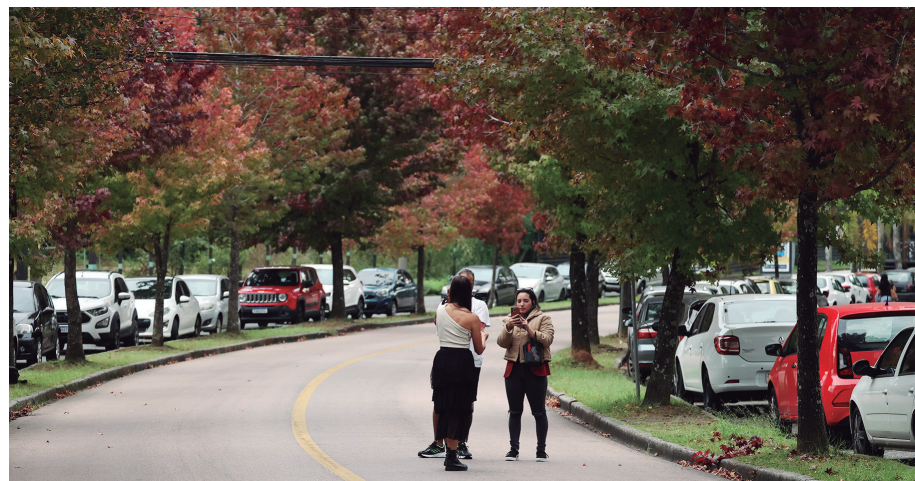
Plantão de Polícia

Duas pessoas foram presas no Paraná suspeitas de envolvimento com roubo de carga na Grande Curitiba. Pág. 5

Canal 1

Quer queiram ou não, a realidade é que o reality show caiu na graça do telespectador brasileiro. Pág. 24

CENÁRIO INSTAGRAMÁVEL NESTA ÉPOCA DO ANO

Franklin de Freitas

NA RUA DEPUTADO HEITOR ALENCAR FURTADO — A "Rua do Outono" de Curitiba já está com os tons ferrosos da estação. Pág. 5

DECLARAÇÃO

No PR, 41% dos contribuintes já entregaram o Imposto de Renda

Prazo vai até 31 de maio. Pág. 4

SEGUNDONA

Paraná Clube negocia para jogar na Ligga Arena e no Couto Pereira Pág. 8

CÂMARA

Vereadora Maria Letícia escapa de cassação, mas acaba suspensa

Conselho de Ética afastou possibilidade de punição máxima poor quebra de decoro

Rodolfo Luis Kowalski

A vereadora Maria Letícia (PV), acusada de quebra de decoro parlamentar, não se tornará o primeiro parlamentar cassado pela Câmara Municipal de Curitiba (CMC). Ontem, os nove integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (CEDP) da Casa Legislativa decidiram, por seis votos a três (confira abaixo como votou cada vereador), afastar a aplicação da punição máxima, aplicando, em vez da cassação do mandato, a suspensão de prerrogativas da vereadora por um prazo de seis meses.

Com a suspensão por seis meses das prerrogativas do cargo, a vereadora Maria Letícia não poderá: usar a palavra em sessão em horário destinado ao pequeno ou grande expediente;, candidatar-se ou permanecer exercendo o cargo de membro da Mesa, de corregedor, presidente ou vice-presidente de comissão e membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou membro de comissão parlamentar de inquérito e Procuradoria da Mulher.

Bruno Slompo/CMC

A vereadora Maria Leticia

Placar foi de 6 a 3 contra perda de mandato

Na semana passada, o vereador Professor Euler (MDB) abriu a votação sobre o caso apresentando um voto favorável à cassação de Maria Letícia. Segundo ele, ao ameaçar os policiais que atendiam o acidente de trânsito em que ela havia se envolvido, dizendo que era vereadora e eles iriam se dar mal, a parlamentar abusou das prerrogativas do cargo, incorrendo na quebra de decoro parlamentar."Ela tentou usar a prerrogativa do cargo para ser beneficiada, para não ser punida pelo erro que cometeu. Ela abusou das prerrogativas do cargo e isso é hipótese para a cassação de mandato", defendeu Euler.

Angelo Vanhoni (PT), por sua vez, pediu vista na quinta-feira passada, após a apresentação do voto do relator, e reabriu a votação, com voto contrário à aplicação de cassação de Maria Letícia. Segundo ele, pelo princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, não seria adequada a cassação do mandato parlamentar.

"Da conduta aqui apurada, não é possível verificar a quebra de decoro parlamentar, e ainda que se considere desrespeitosa [a conduta de Maria Letícia], não apresentou ofensa à reputação do Poder Legislativo", defendeu o vereador, pedindo a suspensão de direitos regimentais da parlamentar por 90 dias – direitos estes como usar a palavra, em sessão, no horário destinado ao Pequeno ou Grande Expediente; e candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa, de Corregedor, de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão, de membro do Conselho de Ética e Decoro.

CONSELHO DE ÉTICA

Contra a cassação, mas favoráveis à sua suspensão por seis meses

- Bruno Pessutti (Pode)
- Zezinho do Sabará (PSD)
- Marcos Vieira (PDT)
- Dalton Borba (Solidariedade)
- Pastor Marciano Alves (Republicanos)
- Angelo Vanhoni (PT)

A favor da cassação

- Jornalista Márcio Barros (PSD)
- Rodrigo Reis (PL)
- Professor Euler (MDB)

Presidente do Conselho, Dalton Borba (Solidariedade) concordou com a aplicação de uma pena mais leve à parlamentar. "Aplicar a cassação é torná-la inelegível. É pena capital. É condenar ao fim da carreira política aquele que sofre a pena. Mas na suspensão de prerrogativas, somente a representada está pagando a conta. Na cassação, a Câmara inteira está pagando a conta, porque nós estamos quebrando aqui, sem dúvida nenhuma, o princípio da representação política. A suspensão, apenas a vereadora responde pelo que ela fez. A Câmara aplica a lei proporcionalmente, razoavelmente, adequadamente, e legalmente", defendeu o parlamentar.

Sua divergência com relação ao voto de Vanhoni foi em relação à punição a ser aplicada: suspensão por seis meses de todas as prerrogativas inerentes ao cargo de vereadora, uma punição mais dura que a defendida pelo petista – que acabou concordando com a sugestão do presidente do Conselho de Ética,

No final das contas, então, o voto apresentado por Dalton Borba acabou sendo o vencedor, por seis votos a três.

RÁPIDA

"Reflexo da sociedade machista", diz Maria Letícia

A vereadora Maria Letícia se manifestou sobre a decisão do Conselho de Ética através de uma nota divulgada por seu gabinete à imprensa. No texto, ela afirma que foi reconhecida a "desproporcionalidade da pena sugerida pelo relator", agradecendo ainda aos parlamentares "que rejeitaram o absurdo da cassação uma vez que sequer houve prova de qualquer conduta condenável imputada à parlamentar". Ainda segundo a parlamentar, embora ela compreenda a posição do colegiado (que suspendeu prerrogativas regimentais da vereadora), ainda considera a decisão injusta, "reflexo da realidade machista da Câmara e da sociedade, pois não cometeu nenhum ato que configure quebra de decoro", e reitera que "após o processo, prevaleceu o bom senso e a proporcionalidade".

MARTHA FELDENS
Martha Feldens, jornalista | feldensmartha@gmail.com

De 150 pré-candidaturas do movimento LGBTI+ nas eleições 2024, 14 são do Paraná

O programa Voto com Orgulho divulgou seu primeiro relatório de pré-candidaturas aliadas à causa da comunidade LGBTI+ no país. O relatório parcial das pré-candidaturas cadastradas até agora do Voto com Orgulho tem 150 pré-candidaturas, sendo 132 pessoas LGBTI+ e 18 pessoas aliadas à causa. Dessas, 147 são candidatos a vereador e três para prefeito ou prefeita. De acordo com o relatório divulgado pela Aliança LGBTI+, até o momento, o estado de São Paulo é o que tem o maior número, com 34 pré-candidaturas. Depois vem o Rio de Janeiro; com 22, e o Paraná, com 14.

"A FAS acabou", diz Beto Richa

O pré-candidato à prefeitura de Curitiba pelo PSDB, Beto Richa, vai mostrando suas armas na disputa eleitoral. Já deixou bem claro que vai bater pesado na administração municipal no que diz respeito à atuação na área social. E sentencia: "A FAS acabou". Em vídeo publicado nas redes sociais ele conta que recebe informações de que as coisas não vão bem nessa área. "O telefone da Fernanda (sua mulher, Fernanda Richa, que foi presidente da Fundação de Ação Social) não para. A FAS acabou, não tem mais ação social", diz "Não adianta gostar de Curitiba e não gostar das pessoas".

Ney e pré-candidatos do União

O deputado estadual Ney Leprevost, pré-candidato do União Brasil à prefeitura de Curitiba e presidente da legenda no município, esteve na segunda-feira (22) à noite com o pré-candidatos do partido à Câmara Municipal. Ney falou sobre a importância da chapa para a disputa proporcional na estratégia do União também para a eleição majoritária. "Nós tomamos o cuidado de pegar representantes dos mais variados segmentos profissionais e das mais diversas regiões da cidade", disse o deputado.

Clique no QR Code e veja mais em https://www.bemparana.com.br/blogs-e-colunas/blogs/martha-feldens/

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

Fundador **ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)**

RODRIGO BARROZO
Diretor

RONEY RODRIGUES PEREIRA
Superintendente

JOSIANNE RITZ
Chefe de Redação

LYCIO VELLOZO RIBAS
Secretário de Redação

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL
Avenida Candido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
41 33506600

FALE CONOSCO
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674)
politica@bemparana.com.br
Geral (3350-6668)
cidades@bemparana.com.br
Economia (3350-6668)
economia@bemparana.com.br
Diversão e Arte (3350-6651)
cultura@bemparana.com.br
Esportes (3350-6677)
esportes@bemparana.com.br
Fotografia (3350-6679)
fotografia@bemparana.com.br

REPRESENTANTE
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RGS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANOPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr. - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br

ANO EPIDEMIOLÓGICO

Paraná chega a 171 mortes pela dengue e passa dos 260 mil casos confirmados

Em Curitiba, UPAs estão pressionadas pela "temporada" de doenças como as Síndromes Respiratórias Agudas Graves e a própria dengue

A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa) divulgou ontem o novo boletim epidemiológico da dengue. Na semana foram confirmados mais 41.472 casos e 31 mortes. Agora, o total chegou a 260.517 casos confirmados de dengue no Paraná e 171 mortes pela doença neste período epidemiológico, que teve início em 30 de julho de 2023 e segue até julho de 2024.

Em comparação ao boletim da semana anterior, os número de casos positivos foi maior. No boletim do dia 16 de abril foram 34.226 novos casos e 37 mortes. Isso mostra que a doença ainda segue pressionando o sistema de saúde.

Em Curitiba, por exemplo, as Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) seguem lotadas. Desde a semana passada um plano de contingência foi implantado para dar maior atenção aos casos mais graves e a à alta no movimento das unidades desde fim de março.

Os motivos da alta do movimento, segundo os órgãos de saúde, são a disparada do número de traumas, principalmente por acidentes, e o crescimento de problemas respiratórios pela alta de casos de Síndrome Aguda Respiratória Grave (SRAG) pelos vírus Influenza A, Influenza B e Covid, que estão em alta na capital paranaense.

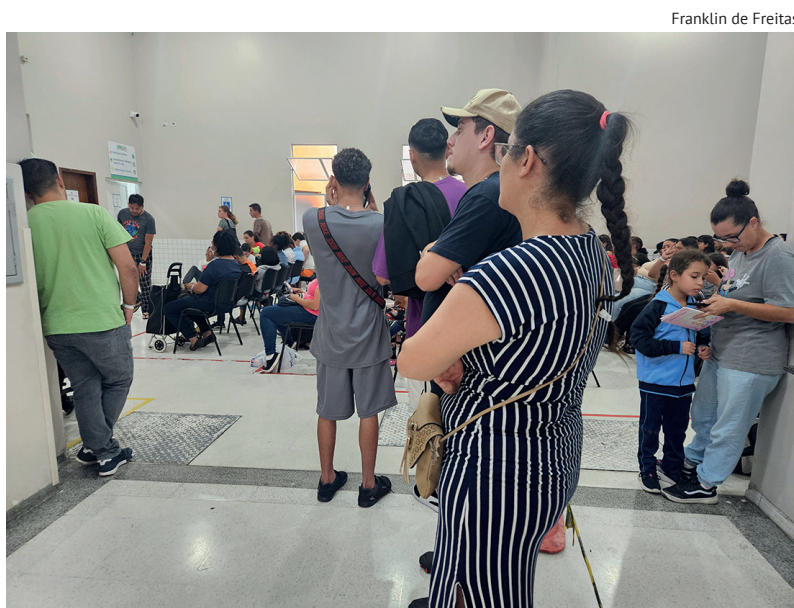
Nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da Prefeitura de Curitiba a pressão é ainda maior por causa das suspeitas de dengue, crises hipertensivas e de glicemia.

Nesta semana, as UPAs também começaram com grande procura por atendimento de casos respiratórios. Na segunda-feira a espera durava horas. Ontem, igualmente; algumas das UPAs da Capital seguiam bastante pressionadas.

Boletim

O boletim da dengue divulgado pela Sesa mostra que, dos 399 municípios, apenas quatro seguem sem confirmações de dengue: Agudos do Sul e Doutor Ulysses, da 2ª Regional de Saúde, Fernandes Pinheiro, da 4ª RS, e Santana do Itararé, da 19ª Regional.

"Reforço a importância e faço um apelo para que a população se junte a nós nessa luta contra o mosquito. Precisamos da colaboração de todos neste processo de remoção e eliminação de criadouros. Só conseguiremos êxito com a colaboração e participação de todos", disse o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto.

"Precisamos ampliar as ações com as instituições para garantir uma ramificação em todo o Estado, expandido ações e a conscientização coletiva. É fundamental baixar o número de casos ainda antes do frio e, principalmente, cuidar de erradicar focos do mosquito *Aedes aegypti*", afirmou o secretário.

Franklin de Freitas

UPA de Curitiba lotada mesmo com plano de contingência

OUTRAS DOENÇAS

Chikungunya e zika

O mosquito Aedes aegypti também é responsável pela transmissão da zika e chikungunya. Durante este período epidemiológico não houve confirmação de casos de zika. São 109 notificações e nenhum caso ou óbito confirmado.

O novo boletim registrou 11 novos casos de chikungunya, somando 115 confirmações da doença no Estado. Do total, 73 são autóctones e 28 considerados importados. Desde o início do atual período epidemiológico foram registradas 1.304 notificações.

A 10ª Regional de Saúde de Cascavel é a que concentra o maior número de diagnósticos confirmados de dengue, com 35.793, seguida da 8ª RS de Francisco Beltrão (32.491), 16ª RS de Apucarana (29.565), 17ª RS de Londrina (25.030), 15ª RS de Maringá (22.868) e 11ª RS de Campo Mourão (20.406).

Cobertura de 13 das 16 vacinas do calendário infantil apresenta alta

O Ministério da Saúde registrou, em 2023, aumento nas coberturas vacinais de 13 dos 16 principais imunizantes do calendário infantil do Programa Nacional de Imunizações (PNI) se comparado com dados de 2022.

Entre os destaques de crescimento estão: as vacinas contra a poliomielite (VIP e VOP), pentavalente, rotavírus, hepatite A, febre amarela, meningocócica C (1ª dose e reforço), pneumocócica 10 (1ª dose e reforço), tríplice viral (1ª e 2ª doses) e reforço da tríplice bacteriana (DTP). O resultado, observado em todo o país, consolida a reversão da queda dos índices vacinais enfrentada pelo Brasil desde 2016.

Para a ministra da Saúde, Nísia Trindade, os dados demonstram o sucesso das estratégias coordenadas pela pasta. "Os números consolidados reafirmam que estamos no caminho certo, de retomada das coberturas vacinais de nossas crianças, após quedas consecutivas nos últimos anos, e de reconstrução de uma das principais políticas de saúde pública do país", ressalta.

Nos 13 imunizantes que apresentaram recuperação, a média de alta foi de 7,1 pontos percentuais, sendo que nacionalmente a que mais cresceu em cobertura foi o reforço da tríplice bacteriana, com 9,23 pontos, passando de 67,4% para 76,7%. Ao avaliar a cobertura vacinal entre os estados, a maioria apresenta melhoria na cobertura das 13 vacinas citadas.

IZA ZILLI
IZA ZILLI | contatoizazilli@gmail.com

"A Vida em Preto e Branco".

A artista Plástica Maria de Francisco, reúne nesta coleção intitulada "Sinfonia em Aquarela", obras elaboradas nos últimos anos, incluindo as executadas durante o período em que todos nós, fomos submetidos a longos períodos de isolamento, e convivendo apenas em nossos círculos familiares e amigos mais chegados. Ao todo são 29 obras, na técnica de aquarela sobre papel. O público pode visitar a exposição no Espaço de Arte Francis Bacon, Museu Egípcio, AMORC, na Rua Nicarágua, 2620 - Bairro Bacacheri de 23/04/2024 a 25/05/2024. Fotos- Alice Varajão, jornalista.

Sergio F. Rolim, Maria de Francisco e Isadora Paixão.

Thais Thá e Maria de Francisco

Valdir, Maria e Ludmila, família Francisco

Harmonia do ambiente

A Presidente da ACCUR Maria Inês Pierin Borges da Silveira e sua diretoria, estão a frente do evento que acontece no dia 26 de abril das 12 as 14 horas, no restaurante A landerna. O almoço de confraternisação será seguido de palestra com a psicóloga Bernadete Lauter. (Foto). Confirme a sua presença 41-995774762

contatoizazilli@gmail.com

MERCADO

Dólar recua e fecha em R$ 5,13

A redução do pessimismo econômico no exterior e as apostas sobre os juros no Brasil fizeram o dólar ter o segundo dia consecutivo de queda expressiva. A bolsa de valores recuou pela primeira vez após três altas seguidas.

O dólar comercial encerrou vendido a R$ 5,13, com recuo de R$ 0,038 (-0,74%). A cotação chegou a iniciar em alta, atingindo R$ 5,18 nos primeiros minutos de negociação, mas inverteu o movimento após a abertura dos mercados nos Estados Unidos. Na mínima do dia, por volta das 15h30, chegou a R$ 5,12.

A moeda norte-americana está no menor nível desde o último dia 12, quando tinha fechado em R$ 5,12. A divisa acumula alta de 2,29% em abril e de 5,7% em 2024. (ABr)

IMPOSTO DE RENDA

Apenas 41,4% dos contribuintes já entregaram o IRPF no Paraná

Em quase 40 dias desde o início do prazo, 1.046.921 de paranaenses entregaram a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) até o fim da tarde de terça-feira, segundo do site da Receita Federal.

Isso corresponde a 41,3% do total de declarações previstas para este ano, 2.827.512 declarações. Em 2023 foram entregues, no prazo regulamentar, 2.705.963 declarações em todo Estado.

No País, até as 15h30 da terça-feira, a Receita Federal recebeu 17.337.749 declarações. Isso equivale a 40,3% das 43 milhões de declarações esperadas para este ano. O prazo de entrega da declaração começou às 8h de 15 de março e vai até as 23h59min59s de 31 de maio.

Segundo a Receita Federal, 75,7% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 13,8% terão que pagar Imposto de Renda e 10,4% não têm imposto a pagar nem a receber.

Juca Varella/ABr

Contribuinte deve ficar atento ao prazo: 31 de maio

Até 2019, o prazo de entrega da declaração começava no primeiro dia útil de março e ia até o último dia útil de abril. A partir da pandemia da covid-19, a entrega passou a ocorrer entre março e 31 de maio. Desde 2023, passou a vigorar o prazo mais tardio, com o início do envio em 15 de março, o que dá mais tempo aos contribuintes para prepararem a declaração desde o fim de fevereiro, quando chegam os informes de rendimentos.

Segundo a Receita Federal, a expectativa é que sejam recebidas 43 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde do ano passado, quando o Fisco recebeu 41.151.515 documentos.

Quem enviar a declaração depois do prazo pagará multa de R$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

EM 2024

Mercado financeiro eleva previsão de alta do PIB pela décima vez seguida

Luciano Nascimento - Agência Brasil

O mercado financeiro elevou pela décima vez consecutiva a projeção do crescimento da economia brasileira para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado na terça-feira pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano em 2,02%. Há uma semana, a projeção era que o índice ficasse em 1,95%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê um crescimento de 2%, o mesmo das últimas 19 semanas. Índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim indica, por outro lado, um aumento na inflação que, segundo os analistas, deve fechar o ano em 3,73%. Há uma semana, a previsão era que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse em 3,71%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

145mil tentativas

de fraudes de identidade foram registradas no Sul do País em fevereiro, segundo a Serasa Experian. Em fevereiro, no Sul do país, foram registradas 145.236 tentativas de fraude de identidade. A Unidade Federativa (UF) com a maior concentração de diligências foi o Paraná (57.491). Na visão nacional, fevereiro registrou uma nova queda no Indicador de Tentativas de Fraude da Serasa Experian. Dessa vez, de 0,1% em comparação com o mesmo mês de 2023. No período, foram registradas 3.485 ocorrências a cada milhão de habitantes no Brasil, totalizando 756.576. As diligências são relacionadas a fraudes de identidade – quando golpistas roubam dados pessoais e tentam se passar por outras pessoas para obter vantagens financeiras.

PROGRAMA

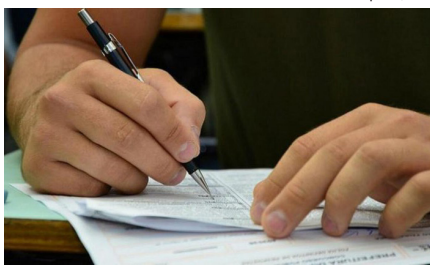
Mais de 1,6 milhão de MEIs podem se beneficiar do Acredita no PR

O Paraná tem atualmente 1.655.044 Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte que podem ser beneficiados pelo Programa Acredita, lançado na segunda-pelo Governo Federal.

Entre as metas da iniciativa estão criar condições para ampliar o acesso a crédito, renegociar dívidas e garantir mais apoio a esses três setores da economia.

Em todo o país, são mais de 15,6 milhões de MEIs, dos quais 1.014.362 no Paraná. Desse universo paranaense, 557,5 mil são comandados por homens (55%) e 456,8 mil (45%) por mulheres.

CONCURSO UNIFICADO

Arquivo/ABr

Enem dos Concursos terá medidas de segurança inéditas no dia da prova

Medidas de proteção reforçarão a segurança durante a aplicação das provas do Concurso Nacional Unificado, o chamado Enem dos concursos, previsto para o dia 5 de maio. São regras que proíbem a saída dos candidatos com o caderno de questões ou com anotações do gabarito, além da coleta de digitais e exame grafológico antes da aplicação do exame.

Com a adoção das medidas, o próprio cartão de respostas conterá a identificação do candidato, onde, além das seleções marcadas durante o exame, também ficará registrada uma frase copiada pelo concorrente com a própria letra e a sua digital.

Detectores de metal e de equipamentos eletrônicos também serão instalados

ATENÇÃO

Seis secretarias se unem em caravana pelas mulheres

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi), inicia na sexta-feira, em Goioerê, no Centro-Oeste, a segunda temporada da Caravana Paraná Unido pelas Mulheres.

A novidade deste ano é a presença da força-tarefa com as demais secretarias que integram o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres do Paraná: Segurança Pública; Saúde; Desenvolvimento Social e Família; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e Justiça e Cidadania.

THIAGO BARROS

Linha temporal de Alien

O lugar da série Alien na linha do tempo da franquia foi confirmado. De acordo com o Deadline, a história se passará no final deste século, algo em torno de alguns anos antes de Prometheus (sétimo filme da franquia).

+ em bemparana.com.br/blog/thiagobarros

SIMONE BELLO

Churrasco japonês

O Taisho Yakiniku acaba de inaugurar uma nova unidade no Shopping Curitiba. É o primeiro restaurante da marca dentro de um shopping. Sinônimo de tradição e qualidade quando o assunto é churrasco japonês.

+ em bemparana.com.br/blog/simonebello

MESA DIVIDIDA

Faichecleres no Jokers

Essa semana está cheia de atrações na casa mais eclética de Curitiba, o Jokers (R. São Francisco, 164 – Centro Histórico). Hoje tem o trio Jazz Piratta. Amanhã é o músico Jean Veríssimo. Na sexta (26) tem show com a banda Faicheleres.

+ em bemparana.com.br/blog/mesadividida

TEMPO

Paraná registra pancadas de chuva; Capital deve ter dia abafado hoje

Pancadas de chuva com algumas trovoadas foram registrada na metade sul do Paraná, ontem. Os maiores volumes ficaram concentrados entre o oeste, sudoeste e centro-sul, com destaque para a região sudoeste, que registrava volumes pouco acima dos 70 mm no fim da tarde.

Em Curitiba, o céu ficou encoberto. E hoje novamente deve ter muitas nuvens, mas sem previsão de chuva significativa. A temperatura máxima fica na casa dos 26°C, o que deve dar uma sensação de abafado ao longo da tarde.

Amanhã resfria na Capital e a máxima fica abaixo dos 20°C.

PREVISÃO DO TEMPO

Hoje em Curitiba

Muitas nuvens

MÍNIMA 18°C MÁXIMA 26°C

Na quarta-feira segue com situação meteorológica bem semelhante ao dia anterior, com possibilidade de chuvas mais expressivas apenas na metade sul do estado. Aumento de nuvens entre o centro, leste e litoral e continua bem abafado.

VERMELHO VIVO

Franklin de Freitas

"RUA DO OUTONO" COMEÇA A GANHAR OS TONS FERROSOS DA ESTAÇÃO – A cor das folhas começou a mudar e um dos mais famosos corredores verdes de Curitiba está assumindo os tons vermelhos, que fazem muito sucesso agora na época do outono. Até o final do mês de maio, as calçadas ao lado da canaleta de ônibus da Avenida Padre Anchieta e da Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nos bairros Campina do Siqueira e Mossunguê, ficarão ainda mais bonitas com o vermelho das folhas das 853 árvores liquidâmbares (*Liquidambar styraciflua*). A mudança na coloração das folhas desta espécie, que ganha tons ferrosos, costuma atrair visitantes pela sua beleza ímpar. No auge do outono, as ruas ficam cheias de pedestres que tiram fotos e até mesmo invandem a pista de rolagem. Por isso a Prefeitura orienta que a visitação ao local seja feita com cuidado, já que a Rua Deputado Heitor Alencar Furtado é a rua do Expresso. Curitiba tem outros corredores verdes, como as avenidas Sete de Setembro, República Argentina, João Gualberto, Paraná, Winston Churchill e Marechal Floriano Peixoto.

PLANTÃO DE POLÍCIA

PRF-PR/Divulgação

Duas pessoas são presas no Paraná suspeitas de roubo de carga

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) cumpriram ontem seis ordens judiciais durante operação contra uma organização criminosa ligada a roubo de cargas. A ação aconteceu simultaneamente em Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste, na região Sudoeste do Estado. Dentre as ordens, foram cumpridos dois mandados de prisão e quatro mandados de busca e apreensão.

Operação conjunta mira casal de Curitiba suspeito de fraude

A Operação Moto Perpétuo desencadeada ontem é resultado de um trabalho conjunto entre a Receita Federal e Polícia Federal em Curitiba. A investigação buscou identificar o patrimônio oculto e os rendimentos oriundos da atividade criminosa da organização liderada por um casal de empresários da região de Curitiba, ligado ao setor de saúde.

'CHALLENGE DAY'

Luiz Costa/SMCS

Dia do Desafio será em 29 de maio e Curitiba vai participar novamente

Curitiba vai participar novamente do Dia do Desafio, o Challenge Day, que neste ano acontece no dia 29 de maio.

O Dia do Desafio é um evento que estimula a população à prática de exercícios e acontece sempre na última quarta-feira de maio.

O Dia do Desafio será um momento para pessoas de todas as idades se reunirem em espaços públicos, como escolas, clubes e até mesmo locais de trabalho, para praticar exercícios físicos e celebrar a importância do movimento para a saúde e o bem-estar.

A atividade deste ano foi apresentada na terça-feira pelo diretor administrativo do Sesc Paraná, Marcus Vinicios de Mello, na Prefeitura de Curitiba.

ALEP

Sessão solene homenageia os 100 anos da União Escoteira do Brasil

Na noite de ontem, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) realizou uma Sessão Solene em homenagem aos 100 anos da União dos Escoteiros do Brasil e aos 86 anos dos Escoteiros do Ar. A sessão foi proposta pelo deputado Ney Leprevost (União Brasil).

O Movimento Escoteiro chegou ao Brasil em 1910 e rapidamente se espalhou por todo o país. "O escotismo ensina para as nossas crianças e adolescentes um conjunto de valores que envolvem lealdade, cortesia e educação, além do conceito de cidadania", afirma Leprevost.

PR-092

Geraldo Bubniak/AEN

Cidade da RMC ganha primeira ligação asfáltica com outros municípios

O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou, nea terça-feira, a ordem de serviço da pavimentação da PR-092 em Doutor Ulysses, na Região Metropolitana de Curitiba. Serão asfaltados 11,95 quilômetros na saída do município em direção à Cerro Azul, dando mais segurança e agilidade aos motoristas que trafegam no trecho.

A obra vai atender a uma demanda histórica de Doutor Ulysses, que terá sua primeira ligação asfáltica a outros municípios. O investimento do Governo do Estado é de R$ 56,9 milhões. A previsão é que ela seja finalizada até 2026.

TOP FIVE

As cinco mais acessadas ontem no site

1. CRIMES — **Operação mira empresários de Curitiba por fraude milionária ao SUS; desvio foi de R$ 70 milhões**
2. CAMPEONATO PARANAENSE — **Carlos Werner anuncia retorno ao Paraná Clube e pede 'mobilização em todas as frentes'**
3. MATA-MATA — **Athletico vai estrear pela Copa do Brasil no feriado do Dia do Trabalho**
4. MERCADO — **Foz do Iguaçu deve ganhar novo atrativo turístico em junho**
5. CRIMES — **Quadrilha que lavou R$ 20 milhões do tráfico em postos de combustíveis no Paraná é alvo de operação**

Clique no QR Code e veja mais em

NO URUGUAI

Athletico usa time misto contra o Danubio

Furacão viaja sem nove jogadores para Montevidéu, onde vai defender a liderança de grupo na Copa Sul-Americana

Silvio Rauth Filho

O Athletico Paranaense enfrenta hoje às 19 horas o Danubio, no estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai, pela 3ª rodada da fase de grupos da Copa Sul-Americana. O time brasileiro lidera com 6 pontos e, se terminar em 1º lugar, avança direto para as oitavas de final. O 2º colocado precisa disputar um playoff contra o 3º lugar de um dos grupos da Libertadores.

O técnico Cuca decidiu deixar nove jogadores do Athletico em Curitiba. O zagueiro Thiago Heleno, o lateral-esquerdo Esquivel, o lateral-direito Leo Godoy, os volantes Erick e Fernandinho e o centroavante Pablo vão se recuperar do desgaste físico e não participam da partida. Outros três que não viajaram são o volante Gabriel, o ponta Nikão e o meio-campista Zé Vitor, que foram contratados em abril, após o prazo final de inscrição de jogadores para a fase de grupos da Sul-Americana.

Divulgação/Athletico/José Tramontin

Fernando: único lateral-esquerdo da delegação que viajou ao Uruguai

As novidades na lista são o zagueiro Marcos André (17 anos), o volante João Cruz (17 anos) e o meia Dudu (18 anos), todos da equipe sub-20.

Canobbio está suspenso para a partida de domingo, contra o Juventude, em Caxias do Sul (RS), pelo Brasileirão. O uruguaio foi expulso na última rodada da competição nacional. Com isso, é possível que seja titular no Uruguai.

Cuca vem usando o esquema tático 4-2-3-1 como base, com dois volantes. Na linha de três, vem utilizando dois jogadores de velocidade pelos lados do campo (como Cuello e Julimar, por exemplo) e um meia ofensivo centralizado (Canobbio). O treinador também já apresentou variações de esquemas, inclusive com três zagueiros.

Retrospecto

Por competições oficiais, o Athletico nunca enfrentou o Danubio. Apenas disputou um amistoso em 2023 – empate em 1 a 1. Contra outros adversários uruguaios, o Furacão somou nove vitórias e apenas uma derrota, todos os duelos por torneios da Conmebol. Jogando como visitante, no Uruguai, foram quatro vitórias e uma derrota.

CONVOCADOS

Para o jogo no Uruguai

- Goleiros
Bento, Léo Linck e Mycael
- Lateral-direito
Madson
- Lateral-esquerdo
Fernando
- Zagueiros
Kaique Rocha, Marcos André e Gamarra
- Volantes
Felipinho e João Cruz
- Meio-campistas
Alex Santana e Christian
- Meias
Dudu e Zapelli
- Pontas
Jader, Canobbio, Cuello, Julimar e Romeo Benítez
- Centroavantes
Di Yorio, Mastriani e Renan Viana

Adversário vive crise e tem artilheiro veterano

O Danubio está em 10º lugar no campeonato uruguaio e demitiu o técnico Saralegui na semana passada. O novo comandante, Alejandro Apud, estreou com empate com o Cerro Largo, no último sábado.

O artilheiro do time em 2024, com 3 gols em 13 jogos, é o atacante uruguaio Sebastián 'Papelito' Fernández, 38 anos, que jogou a Copa do Mundo de 2010.

O melhor jogador do Danubio no campeonato nacional é o chileno Fracchia, de 28 anos e 1,88 de altura. Ele tem nota 7,24 no ranking Sofascore – a maior entre o elenco. Ele é o único estrangeiro do clube uruguaio em 2024 e atua em duas posições: zagueiro e lateral-esquerdo.

O goleiro do Danubio é Goicoechea, 36 anos. Ele ficou seis temporadas no Toulouse, da França, de 2016 a 2021. E foi titular da Roma, da Itália, na temporada 2012/13. Defendeu a seleção uruguaia sub-20 no Mundial de 2007.

Outro jogador com passagem por seleção de base é o lateral-direito Ancheta, 24 anos, que disputou o Mundial Sub-20 de 2019. Ele se destaca pelos dribles e também atua em posições mais ofensivas.

História — Fundado em 1932, o Danubio foi quatro vezes campeão nacional (2014, 2007, 2004 e 1988). Foi vice em 1983, 2001 e 2022.

Por competições internacionais oficiais, a maior façanha foi em 1989, quando chegou à semifinal da Libertadores. O clube já disputou oito edições do maior torneio da América do Sul – a última vez foi em 2019.

Essa é a 12ª vez que o Danubio disputa a Copa Sul-Americana – nunca chegou às oitavas.

Divulgação/Danubio FC

O atacante Sebastián 'Papelito' Fernández

NO URUGUAI

DANÚBIO

Goicoechea; Ancheta, Lucas Ferreira, Etchebarne e Fracchia; Santiago Romero; Ignacio Pintos, Kevin Lewis, Menendez e Nicolás Rossi; Sebastián Fernández. Técnico: Alejandro Apud

ATHLETICO

Bento; Madson, Kaique Rocha, Gamarra e Fernando (Felipinho); Alex Santana e Christian (Felipinho); Cuello, Canobbio (Zapelli) e Julimar (Romeo Benítez); Mastriani

Árbitro: Kevin Ortega (Peru)

Local: estádio Centenário, às 19 horas

TV: Star+ e ESPN

SEGUNDA DIVISÃO

Paraná Clube pode jogar no Couto e na Arena em 2024

O Paraná Clube está negociando para realizar jogos da segunda divisão do Campeonato Paranaense no Couto Pereira e na Arena da Baixada (Ligga Arena). A partida no estádio do Athletico Paranaense seria em 4 de maio (sábado), contra o Nacional, pela primeira rodada. O duelo contra o Apucarana, pela segunda rodada, em 11 de maio (sábado), seria no estádio do Coritiba. Quem lidera as negociações é o empresário Carlos Werner, segundo informações da rádio Transamérica.

Werner anunicou seu retorno ao Paraná Clube em carta na última segunda-feira. Ele não ocupa cargo no clube, mas pretende ajudar liderando projetos para recuperar o time tricolor.

A ideia de usar a Ligga Arena (capacidade para 42 mil lugares) e o Couto Pereira (40 mil) é conseguir uma arrecadação maior, já que na Vila Capanema o espaço é limitado a 17.140 pessoas.

Por enquanto, a negociação é para as duas primeiras partidas como mandante na segunda divisão estadual. Dessa forma, o primeiro jogo do Paraná Clube na Vila Capanema em 2024 seria em 25 de maio (sábado), contra o Laranja Mecânica.

Franklin de Freitas

Arena da Baixada: jogo contra o Nacional em maio

Reforço

O Paraná acertou ontem com o volante Guilherme Borges, de 24 anos. O jogador estava no Juventus-SP, onde disputou a série A2 do Campeonato Paulista neste ano. É o 21º jogador trazido para a disputa da Segunda Divisão Paranaense.

SÉRIE B

Rui Santos

Lucas Ronier: ele pode ganhar a vaga de David da Hora

Coritiba tenta recuperar oito

O Coritiba teve oito desfalques na 1ª rodada da Série B, no último domingo – empate com a Ponte Preta. Todos estavam em recuperação e agora são dúvidas para a 2ª rodada. O próximo duelo será neste domingo, no Couto Pereira, contra o Brusque.

Quem está em fase final de recuperação e pode voltar no domingo são o centroavante Eberth, o volante/meia Geovane Meurer, o zagueiro Jean Pedroso e o volante Sebá Gómez.

Outros quatro jogadores vão precisar um tempo maior de recuperação: os volantes Arilson e Fransérgio, o ponta Robson e o zagueiro Thalisson Gabriel.

Contra a Ponte, o técnico Guto Ferreira montou o time no 4-2-3-1, com Morisco; Natanael, Maurício Antonio, Bruno Melo e Jamerson; Morelli e Vini Paulista; David da Hora, Figueiredo e Frizzo; Leandro Damião.

No segundo tempo, o time melhorou com a entrada do ponta Lucas Ronier no lugar de David – e com Frizzo jogando centralizado.

Tabelão

BRASILEIRÃO, SÉRIE A

4ª rodada

Sábado
16h00 Vasco x Criciúma
18h30 Cuiabá x Atlético-MG
21h00 Bahia x Grêmio

Domingo
11h00 Flamengo x Botafogo
16h00 Cruzeiro x Vitória
16h00 Corinthians x Fluminense
18h30 Fortaleza x Bragantino
18h30 Juventude x Athletico-PR
20h00 Internacional x Atlético-GO

Segunda-feira
20h00 São Paulo x Palmeiras

Classificação: RB Bragantino (7), Flamengo (7), Botafogo-RJ (6), Athletico (6), Internacional (6), Atlético-MG (5), Fortaleza (4), Bahia (4), Fluminense (4), Palmeiras (4), Cruzeiro (4), Juventude (4), São Paulo (3), Grêmio (3), Vasco (3), Criciúma (2), Vitória (1), Corinthians (1), Cuiabá (1), Atlético-GO (0)

SÉRIE B

1ª rodada

Segunda-feira
Vila Nova-GO 2 x 0 Guarani

Ontem
21h00 Brusque x Mirassol
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Classificação: Chapecoense (3), Santos (3) Vila Nova (3), Sport (3), Novorizontino (3), Operário (3), América-MG (1), Botafogo-SP (1), Ceará (1), Goiás (1), Coritiba (1), Ponte Preta (1), Brusque (0), Mirassol (0), Amazonas (0), CRB (0), Avaí (0), Ituano (0), Guarani (0), Paysandu (0)

SÉRIE C

1ª rodada

Hoje
20h00 Aparecidense x Sampaio Corrêa

Classificação: Athletic Club (3), Ypiranga-RS (3), Figueirense (3), Volta Redonda (3), Tombense (3), Botafogo-PB (1), Floresta (1), Náutico (1), São Bernardo (1), ABC (1), Confiança (1), Ferroviária (1), Londrina (1), Aparecidense (0), Sampaio Corrêa (0), Ferroviário (0), Remo (0), São José-RS (0), CSA (0), Caxias (0)

CAMPEONATO ESPANHOL

32ª rodada

Ontem
Sevilla 2 x 1 Mallorca

Classificação: Real Madrid (81), Barcelona (70), Girona (68), Atlético de Madrid (61), Athletic Bilbao (58), Real Sociedad (51), Betis (48), Valencia (47), Villarreal (42), Getafe (40), Osasuna (39), Sevilla (40), Las Palmas (37), Alavés (35), Rayo Vallecano (34), Mallorca (31), Celta (31), Cádiz (25), Granada (178), Almería (14)

CAMPEONATO INGLÊS

29ª rodada, jogos atrasados

Ontem
Arsenal 5 x 0 Chelsea
Gols: Trossard (5-1º), Ben White (7 e 25-2º), Havertz (12 e 19-2º)

Hoje
15h45 Wolverhampton x Bounemouth
16h00 Crystal Palace x Newcastle
16h00 Everton x Liverpool
16h00 Manchester United x Sheffield

Classificação: Arsenal (77), Liverpool (74), Manchester City (73), Aston Villa (66), Tottenham (60), Newcastle (50), Manchester United (50), West Ham (48), Chelsea (47), Brighton (44), Wolverhampton (43), Fulham (42), Bournemouth (42), Everton (38), Crystal Palace (36), Brentford (35), Nottingham (30), Luton (25), Burnley (23), Sheffield United (16)

COPA ITÁLIA

Semifinais, jogos de volta

Ontem
Lazio 2 x 1 Juventus
Ida: Juventus 2 x 0 Lazio
Obs.: A Juventus avança para a final

Hoje
16h00 Atalanta x Fiorentina
ida: Fiorentina 1 x 0 Atalanta

COPA LIBERTADORES

Fase de Grupos, 3ª rodada

Grupo A

Ontem
21h30 Colo-Colox Alianza Lima
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Amanhã
19h00 Cerro Porteño x Fluminense
Classificação: Fluminense (4), Colo-Colo (CHI) (3), Cerro Porteño (PAR) (3), Alianza Lima (PER) (1)

Grupo B

Amanhã
19h00 Cobresal x Talleres
21h00 Barcelona de Guayaquil x São Paulo
Classificação: Talleres (ARG) (4), São Paulo (3), Barcelona de Guayaquil (EQU) (2), Cobresal (CHI) (1)

Grupo C

Ontem
Estudiantes 0 x 1 Grêmio
Gol: Nathan Fernandes (29-2º)

Hoje
19h00 Huachipato x The Strongest
Classificação: Huachipato (CHI) (4), Estudiantes (ARG)(4), The Strongest (BOL)(3), Grêmio (3)

Grupo D

Ontem
23h00 Junior Barranquilla x LDU
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Hoje
19h00 Botafogo-RJ x Universitario
Classificação: Junior Barranquilla (COL) (4), Universitario (PER) (4), LDU (EQU) (3), Botafogo-RJ (0)

Grupo E

Hoje
21h30 Bolívar x Flamengo

Amanhã
21h00 Palestino x Millonarios
Classificação: Bolívar (BOL) (6), Flamengo (4), Millonarios (COL) (1), Palestino (CHI) (0)

Grupo F

Ontem
21h00 Liverpool-URU x San Lorenzo
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Hoje
21h30 Independiente del Valle x Palmeiras
Classificação: Independiente del Valle (EQU) (4), San Lorenzo (ARG) (1), Palmeiras (1), Liverpool (URU) (1)

Grupo G

Ontem
Caracas 1 x 1 Rosario Central
Gols: Pernia (C, 26-1º), Modica (R, 22-2º)
21h00 Atlético-MG x Peñarol
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição
Classificação: Atlético-MG (6), Rosario Central (ARG) (4), Peñarol (URU) (3), Caracas (VEN) 1)

Grupo H

Hoje
19h00 Nacional x Deportivo Táchira
21h30 Libertad x River Plate
Classificação: River Plate (ARG) (6), Libertad (PAR) (3), Nacional (URU) (3), Deportivo Táchira (VEN) (0)

COPA SUL-AMERICANA

Fase de Grupos, 3ª rodada

Grupo A

Amanhã
21h00 Always Ready x Univ. César Vallejo
23h00 Independiente Medellín x Defensa y Justic
Classificação: Defensa y Justicia (ARG) (4), Always Ready (BOL) (4), Independiente Medellín (COL) (3), Univ. César Vallejo (PER) (0)

Grupo B

Ontem
Unión La Calera 0 x 0 Cruzeiro
23h00 Alianza Petrolera x Universidad de Quito
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição
Classificação: Universidad de Quito (EQU) (4), Unión La Calera (CHI) (4), Cruzeiro (3), Alianza Petrolera (COL) (1)

Grupo C

Hoje
21h30 Real Tomayapo x Belgrano

Amanhã
23h00 Delfín x Internacional
Classificação: Delfín (EQU) (4), Belgrano (ARG) (2), Internacional (2), Real Tomayapo (BOL) (1)

Grupo D

Ontem
21h00 Trinidense x Nacional Potosí
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Amanhã
21h00 Fortaleza x Boca Juniors
Classificação: Fortaleza (6), Boca Juniors (ARG) (4), Nacional Potosí (BOL) (1), Sportivo Trinidense (PAR) (0)

Grupo E

Hoje
19h00 Danubio x Athletico-PR
23h00 Rayo Zuliano x Sportivo Ameliano
Classificação: Athletico-PR (6), Danubio (URU) (4), Sportivo Ameliano (PAR) (1), Rayo Zuliano (VEN) (0)

Grupo F

Ontem
21h30 Argentinos Juniors x Corinthians
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Amanhã
19h00 Nacional-PAR x Racing-URU
Classificação: Corinthians (4), Racing (URU) (4), Argentinos Juniors (ARG) (3), Nacional (PAR) (0)

Grupo G

Ontem
21h00 Deportivo Garcilaso x Cuiabá
Obs.: não encerrado até o fechamento da edição

Amanhã
19h00 Metropolitanos x Lanús
Classificação: Cuiabá (4), Lanús (ARG) (4), Deportivo Garcilaso (PER) (3), Metropolitanos (VEN) (0)

Grupo H

Hoje
19h00 Coquimbo Unido x Racing
21h00 Bragantino x Sportivo Luqueño
Classificação: Racing (ARG) (6) , Coquimbo Unido (CHI) (3), Bragantino (3), Sportivo Luqueño (PAR) (0)

Loterias

QUINA
Concurso: 6.423 **Data**: 23/03/2024
Dezenas: 24 - 25 - 32 - 68 - 71

LOTOFÁCIL
Concurso: 3.086 **Data:** 23/03/2024
Dezenas: 01- 03 - 04 - 05 - 06 - 07 - 11 - 12 - 13 - 16 - 17 - 18 - 19 - 21 - 23

MEGA SENA
Concurso: 2.716 **Data**: 12/03/2024
Dezenas: 05 - 20 - 27 - 28 - 48 - 49

TIMEMANIA
Concurso: 2.083 **Data**: 23/03/2024
Dezenas: 35 - 40 - 43 - 53 - 60 - 68 - 77
Time do coração: Cruzeiro/MG

DIA DE SORTE
Concurso: 904
Data: 23/03/2024
Dezenas: 02 - 04 - 05 - 11 - 16 - 25 - 27
Mês da sorte: dezembro

LOTECA
Data: 25/04/2024
Concurso: 1111
Nº Time x Time
1) Bolívar x Flamengo
2) Estudiantes x Grêmio
3) Unión La Calera 0x0 Cruzeiro m
4) Atlético-MG x Peñarol
5) Deportivo Garcilaso x Cuiabá
6) Brusque x Mirassol
7) Argentinos Juniors x Corinthians
8) Atalanta x Fiorentina
9) Botafogo-RJ x Universitario
10) Danubio x Athletico
11) Aparecidense x Sampaio Corrêa
12) RB Bragantino x Sportivo Luqueño
13) Libertad x River Plate
14) Ind. del Valle x Palmeiras

CNPJ/MF Nº 76.104.397/0001-23

RELATÓRIO DA DIRETORIA

"Srs. Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício financeiro compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, de acordo com os preceitos legais. Colocamo-nos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários, além das informações contidas nas Notas Explicativas.
Desempenho: A Receita Bruta no ano foi de R$ 140 milhões; a Receita Líquida foi de R$ 109,8 milhões; o Lucro Líquido foi de R$ 2,9 milhões.
A Transportadora Sulista atua fortemente no transporte de cargas nos segmentos automotivo, metal-mecânico, madeireiro e linha branca e sempre buscando a novos segmentos. Também conta com uma equipe de projetos buscando soluções logísticas e apoiando os clientes na busca de maior produtividade nos seus processos.
Conforme projetamos para 2023, esse foi um ano foi de estabilidade e foco nos negócios e clientes atuais.
Projeções: Para 2024, projetamos um ano de muitos desafios, buscamos um crescimento da nossa receita de, no mínimo, 19% com relação a 2023, com a ampliação de negócios em nossos clientes atuais e a conquista de novos segmentos. A diversificacão de nossos segmentos e novas parcerias de negócios, assim como as mudanças e melhorias em tecnologia e seguindo sempre as boas práticas baseadas nos pilares do ESG, continuam fazendo parte dos nossos desafios para 2024 na busca de soluções que encantem os nossos clientes e a nós mesmos.

A Diretoria.
Piraquara (PR.),18 de abril de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO	R$ 2023	R$ 2022
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	348.307,87	200.999,20
Clientes	21.575.528,66	17.618.125,03
Adiantamentos a Funcionários	385.584,32	108.016,32
Despesas Antecipadas	753.262,01	693.637,35
Adiantamentos a Fornecedores	6.345.893,46	5.799.010,98
Impostos a Recuperar	6.657.206,63	8.615.649,47
Estoques	412.093,81	365.914,67
TOTAL DO CIRCULANTE	**36.477.876,76**	**33.401.353,02**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo	**4.304.659,54**	**2.885.233,87**
Títulos a Receber	633.581,93	1.020.251,21
Partes Relacionadas	2.495.784,24	818.980,60
Depósitos Judiciais	1.175.293,37	1.046.002,06
Imobilizado em Andamento	**2.081.835,92**	**1.931.106,87**
Consórcios	2.081.835,92	1.931.106,87
Imobilizado	**19.393.880,86**	**23.687.005,32**
Bens em Operações	43.094.461,07	50.317.607,18
(-) Depreciações	-23.700.580,21	-26.630.601,86
Intangível	**7.535,72**	**180.899,93**
Software	12.060,75	480.961,17
(-) Amortizações	-4.525,03	-300.061,24
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**25.787.912,04**	**28.684.245,99**
TOTAL DO ATIVO	**62.265.788,80**	**62.085.599,01**

PASSIVO	R$ 2023	R$ 2022
CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	2.535.068,71	6.537.889,67
Fornecedores	5.381.528,94	6.783.867,48
Salários e Contr. Sociais	3.712.525,63	3.032.680,78
Obrigações Tributárias	6.519.535,63	9.994.039,32
Impostos Parcelados	3.652.422,29	2.317.600,41
Outras Contas a Pagar	2.601.116,48	1.734.642,24
TOTAL DO CIRCULANTE	**24.402.197,68**	**30.400.719,90**
NÃO CIRCULANTE		
Impostos Parcelados	8.871.986,74	7.355.334,18
Empréstimos e Financiamentos	2.887.376,13	5.210.164,87
Partes Relacionadas	8.861.011,22	5.796.006,40
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**20.620.374,09**	**18.361.505,45**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	9.500.000,00	8.500.000,00
Reservas de Capital	3.502.427,71	0,00
Reservas de Lucros	4.240.789,32	4.823.373,66
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**17.243.217,03**	**13.323.373,66**
TOTAL DO PASSIVO	**62.265.788,80**	**62.085.599,01**

DEMOSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	R$ 2023	R$ 2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**109.794.923,21**	**111.608.706,86**
Custo dos Serviços Prestados	-90.549.069,15	-92.000.919,22
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**19.245.854,06**	**19.607.787,64**
Despesas Administrativas	-12.595.251,28	-10.016.885,15
(-) Outras Despesas Operacionais	-8.644.947,16	-7.137.739,64
Outras Receitas Operacionais	11.413.299,39	8.922.169,55
LUCRO ANTES DAS DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	**9.418.955,01**	**11.375.332,40**
(-/+) DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	**-5.886.307,74**	**-6.609.322,47**
(-) Despesas Financeiras	-5.963.839,56	-6.682.401,40
Receitas Financeiras	77.531,82	73.078,93
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	**3.532.647,27**	**4.766.009,93**
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	**-612.803,90**	**0,00**
IRPJ	-457.637,30	0,00
CSLL	-155.166,60	0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.919.843,37**	**4.766.009,93**

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	R$ 2023	R$ 2022
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Liquido do exercício	2.919.843,37	4.766.009,93
Ajustes:		
Depreciações	-3.225.557,86	2.060.823,71
Lucro Liquido do Exercicio Ajustado	**-305.714,49**	**6.826.833,64**
Contas a receber	-3.957.403,63	-6.903.592,45
Adiantamentos a funcionários	-277.568,00	-33.766,70
Impostos a recuperar	1.958.442,84	-3.613.419,83
Adiantamentos a fornecedores	-546.882,48	-326.226,81
Despesas antecipadas	-59.624,66	-375.100,73
Estoques	-46.179,14	-58.633,43
Aumento/Diminuição do Ativo Circulante	**-2.929.215,07**	**-11.310.739,95**
Fornecedores	-1.402.338,54	1.852.903,07
Salários/contribuições	679.844,85	409.886,78
Obrigações tributárias	-3.474.503,69	841.424,75
Impostos parcelados	2.851.474,44	717.299,04
Outras contas a Receber	866.474,24	-469.666,93
Aumento/Diminuição do Passivo Circulante	**-479.048,70**	**3.351.846,71**
Caixa Líquido gerado das Ativ. Operacionais	**-3.713.978,26**	**-1.132.059,60**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ativo imobilizado	7.692.046,53	-3.006.926,21
Outros não circulantes	-1.570.154,72	4.829.643,51
Caixa Líquido aplicado nas Ativid. Invest.	**6.121.891,81**	**1.822.717,30**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos/financiamentos	-6.325.609,70	-6.488.102,09
Emprestimos com Partes Relacionadas	3.065.004,82	5.796.006,40
Aumento de Capital Social	1.000.000,00	0,00
Caixa Líquido gerado pelas Ativid. Financiamento	**-2.260.604,88**	**-692.095,69**
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**147.308,67**	**-1.437,99**
Caixa e equiv. de caixa início do período	200.999,20	202.437,19
Caixa e equiv. de caixa fim do período	348.307,87	200.999,20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	R$ CAPITAL SOCIAL	R$ RESERVAS DE LUCROS			R$ RESERVAS DE CAPITAL	R$ LUCROS ACUMULADOS	R$ TOTAL DO PL
		RESERVA LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	LUCROS A REALIZAR			
SALDOS EM 31/12/2021	**8.500.000,00**	**0,00**	**0,00**	**57.363,73**	**0,00**	**0,00**	**8.557.363,73**
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.766.009,93	4.766.009,93
Destinação: Reserva de Incent. Fiscais	0,00	0,00	1.139.626,79	0,00	0,00	-1.139.626,79	0,00
Destinação: Reserva Lucros a Distribuir	0,00	0,00	0,00	3.445.063,98	0,00	-3.445.063,98	0,00
Destinação: Constituição Reserva Legal	0,00	181.319,16	0,00	0,00	0,00	-181.319,16	0,00
SALDOS EM 31/12/2022	**8.500.000,00**	**181.319,16**	**1.139.626,79**	**3.502.427,71**	**0,00**	**0,00**	**13.323.373,66**
Aumento de Capital Social	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.919.843,37	2.919.843,37
Destinação: Reserva de Incent. Fiscais	0,00	0,00	1.142.988,91	0,00	0,00	-1.142.988,91	0,00
Destinação: Reserva Lucros a Distribuir	0,00	0,00	0,00	1.688.011,74	0,00	-1.688.011,74	0,00
Destinação: Constituição Reserva Legal	0,00	88.842,72	0,00	0,00	0,00	-88.842,72	0,00
Destinação: Constituição Reserva de Capital	0,00	0,00	0,00	-3.502.427,71	3.502.427,71	0,00	0,00
SALDOS EM 31/12/2023	**9.500.000,00**	**270.161,88**	**2.282.615,70**	**1.688.011,74**	**3.502.427,71**	**0,00**	**17.243.217,03**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023. (em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Transportadora Sulista é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Curitiba/PR que atua no mercado de transporte rodoviário de cargas, no território nacional, sob concessão e autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações - Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 - e foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas - os padrões internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards -"IFRS")*, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

3. DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
As principais práticas adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Moeda Funcional
A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e Equivalentes de Caixa da Empresa incluem principalmente saldos em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

(c) Clientes
Registra o saldo a receber proveniente de faturamento dos serviços de transportes avaliados pelo montante original, deduzidas as retenções das contribuições federais e demais impostos retidos. Não foram realizadas vendas parceladas ou identificados valores para aplicação do princípio da atualização monetária.

(d) Estoques
Os estoques de peças, materiais de reposição e combustível, utilizados na prestação de serviços, são registrados ao custo médio de aquisição. O custo dos estoques é reconhecido no resultado quando da sua utilização.

(e) Imobilizado
Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa de valor residual e da vida útil econômica dos respectivos componentes. A empresa tem por política realizar a revisão anual das estimativas de vida útil e de valores residuais.
Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.
Redução do Valor recuperável dos ativos (teste de "*impairment*")
Anualmente, a administração revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, reconhecida no resultado do período, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para tanto, a Empresa definiu, como unidades geradoras de caixa, cada um dos veículos de sua frota e adota como base para determinar o valor recuperável do ativo o valor justo, líquido de despesas de venda, partindo da premissa de existência de um mercado ativo.

(f) Títulos a Receber (LP)
Referente a clientes em processo de falência e cobrança judicial cujos vencimentos ocorreram a menos de 05 anos, assim como a créditos com pessoas ligadas.

(g) Depósitos Judiciais
Correspondem aos valores depositados em juízo ou bloqueados judicialmente, relativos a ações cíveis, tributárias e trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações ou para suspender a exigibilidade de crédito tributário.

(h) Empréstimos e Financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são registrados pelo seu valor principal e sujeitos a juros e atualizações conforme taxas e prazos contratuais reconhecidos quando do efetivo pagamento. As garantias são a própria carteira de clientes da empresa, bens do Ativo Imobilizado e aval de Diretores.

(i) Fornecedores
Referem-se a obrigações a pagar por bens e serviços adquiridos de fornecedores no curso normal de negócios, registradas pelo custo original contratado, todas vencíveis em até 360 dias.

(j) Impostos Parcelados:
Os impostos parcelados (com exigibilidade suspensa) são referentes a débitos declarados registrados pelo seu valor principal e sujeitos a multa, juros e atualizações que são reconhecidas quando do efetivo pagamento.

(k) Patrimônio Líquido
O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

(l) Apuração do Resultado
O resultado das operações - receitas, custos e despesas - é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transportes. As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, e que gera um gasto já considerado certo ou de grande possibilidade de ocorrência.

(m) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
As demonstrações de fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento NBC TG 03.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Os saldos das contas de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro tem a seguinte composição:

Fundo fixo das filiais	9.916,69
Saldo em Contas Correntes	69.451,92
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	268.939,26
	348.307,87

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes, é demonstrado como segue:

	2023	2022
A vencer	19.318.609,09	15.953.107,55
Vencidos de 1 a 30 dias	695.541,71	289.900,79
Vencidos de 31 a 60 dias	150.673,60	137.347,97
Vencidos de 61 a 90 dias	112.738,47	5.670,78
Vencidos acima de 91 dias	1.297.965,79	1.232.097,94
Total	**21.575.528,66**	**17.618.125,03**

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2023	2022
Saldo Credor de ICMS	5.082.377,80	4.842.907,16
ICMS Ativo Permanente a Recuperar	577.389,35	869.200,41
Créditos Federais a Compensar	740.099,20	2.812.661,33
Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	257.340,28	90.880,57
Total de impostos a recuperar	**6.657.206,63**	**8.615.649,47**

7. TITULOS A RECEBER (LP)

Títulos a Receber (LP)	2023	2022
Aplicação Financeira de LP - Garantias	310.000,00	630.000,00
Clientes	323.581,93	390.251,21
	633.581,93	**1.020.251,21**

8. PARTES RELACIONADAS
As transações com empresas ligadas e acionistas foram realizadas a preços e condições de mercado, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação.

	Valores - R$
Nilson Adm de Bens S/C Ltda	**2.495.784,24**

9. ATIVO IMOBILIZADO

	Veículos de Transportes	Máquinas e Equipamentos	Veículos de Apoio	Móveis e Utensílios	Terrenos e Edificações	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Imóveis Terceiros	Total
Custo	42.525.308	1.171.435	1.095.838	247.965	64.853	547.787	4.664.421	**50.317.607**
Depreciação Acum	-24.839.848	-604.705	-747.938	-132.874	-2.624	-291.422	-11.191	**-26.630.602**
Saldo 31/12/2022	17.685.459	566.731	347.900	115.091	62.229	256.365	4.653.230	**23.687.006**
Aquisições	560.516	597.250	335.000	150.840		107.005	692.576	**2.443.187**
Baixas	-5.178.361	-34.822				-87.652	-4.365.498	**-9.666.333**
Depreciação	3.185.739	-15.673	-208.275	-12.790		26.299	-45.278	**2.930.022**
Saldo 31/12/2023	16.253.353	1.113.486	474.625	253.141	62.229	302.017	935.030	**19.393.881**
Custo	37.907.462	1.733.864	1.430.838	398.806	64.853	567.141	991.499	**43.094.463**
Depreciação	-21.654.109	-620.378	-956.213	-145.665	-2.624	-265.123	-56.469	**-23.700.581**
Valor Líquido	16.253.353	1.113.486	474.625	253.141	62.229	302.017	935.030	**19.393.881**

10. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS
10.1. Circulante
Os empréstimos e financiamentos de Curto Prazo são realizáveis em prazos inferiores a 360 dias.

Empréstimos e Financiamentos	2023	2022
Financiamento Imobilizado - Moeda Nacional	843.003,54	6.277.065,62
Capital de Giro - Moeda Nacional	1.692.065,17	2.873.814,94
	2.535.068,71	**6.537.889,67**

10.2. Não circulante
Os empréstimos e financiamentos de Longo Prazo possuem os seguintes vencimentos:

Ano	Valores - R$
2025	1.609.889,26
2026	962.714,76
2027	314.772,11
	2.887.376,13

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
São registrados os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços prestados e tomados e os incidentes sobre o lucro:

Tributos/Contribuições Recolher	Valores - R$
ICMS	1.912.759,31
Tributos Federais	4.228.881,13
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	377.895,19
	6.519.535,63

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Valores - R$
Seguros a Pagar	782.628,55
Aluguéis a Pagar	102.040,70
Outros Fornecedores (relativos às despesas administrativas)	831.884,18
Fornecedores de Bens do Ativo Imobilizado	500.119,13
Adiantamento de Clientes	242.346,21
Outras contas	142.097,71
	2.601.116,48

13. IMPOSTOS PARCELADOS

	Curto Prazo - R$	Longo Prazo - R$
Impostos Federais	996.433,93	3.687.413,98
Impostos Estaduais	2.655.988,36	5.184.572,76
	3.652.422,29	**8.871.986,74**

14. PATRIMONIO LÍQUIDO
14.1. Capital Social
O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 9.500.000,00, representado em 9.500.000 ações Ordinárias Nominativas, todas com direito a voto e possui a seguinte composição:

Acionistas	Nº Ações	Participação - R$	Participação - %
Total Linhas Aéreas S.A.	9.423.641	9.423.641,00	99,20%
Nilson Administradora de Bens LTDA	42.761	42.761,00	0,76%
Scherer Participações S/C LTDA	4.582	4.582,00	0,05%
	9.500.000	**9.500.000,00**	**100,00%**

14.2. Reservas de Lucros/ Reservas de Capital
Foi constituída Reserva de lucros a Distribuir pelo do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, após a constituição da Reserva Legal, para posterior distribuição dos dividendos legais. O valor da subvenção para investimentos gerada pelo benefício fiscal do Crédito Presumido foi devidamente destinado para Reserva de Incentivos Fiscais. A Reserva de Capital foi criada para suportar reformulações futuras no Capital Social da empresa.

	2023	2022
Reserva Legal	270.161,88	181.319,16
Reserva de Lucros a Distribuir	1.688.011,74	1.139.626,79
Reserva de Incentivos Fiscais	2.282.615,70	3.683.746,87
Reserva de Capital	3.502.427,71	3.502.427,71
	7.743.217,03	**4.823.373,66**

15. RECEITA BRUTA

	2023	2022
RECEITA BRUTA	**140.493.018,83**	**142.960.306,02**
De Transportes de Cargas	137.358.091,65	142.630.774,61
De Serviços	3.134.927,18	329.531,41
DEDUÇÕES DA RECEITA	**-30.698.095,62**	**-31.351.599.16**
Impostos Incidentes sobre Serviços	-28.095.625,68	-28.369.659,92
Descontos e Cancelamentos	-2.602.469,94)	-2.981.939,24
RECEITA LIQUIDA	**109.794.923,21**	**111.608.706,86**

16. DESPESAS POR NATUREZA
A empresa optou por apresentar a demonstração do resultado conforme requerido pelo NBC TG 26, apresenta, a seguir, o detalhamento do resultado por natureza:

16.1. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Combustível	15.544.889,42	12.235.963,02
Depreciação	2.313.563,76	1.751.340,24
Subcontratação	43.297.673,04	45.995.971,38
Custos com Pessoal	17.354.562,24	13.937.243,89
Outros Custos	12.038.380,69	18.080.400,69
	90.549.069,15	**92.000.919,22**

16.2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Despesas com Pessoal	4.211.649,02	3.418.398,61
Despesas com Propaganda e Publicidade	145.391,34	105.841,22
Despesas Gerais e Tributárias	8.238.210,92	6.492.645,32
	12.595.251,28	**10.016.885,15**

16.3. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2023	2022
Outras Receitas Operacionais	**Valores - R$**	**Valores - R$**
Receitas Vendas de Ativo Imobilizado	3.005.295,23	102.000,00
Subvenções para Investimentos	1.142.988,91	820.707,03
Recuperação Créditos Tributários **(*)**	5.977.153,73	7.271.925,01
Indenizações Recebidas	948.000,00	
Outras Contas	339.861,52	359.344,75
	11.413.299,39	**8.922.169,55**
Outras Despesas Operacionais	**Valores - R$**	**Valores - R$**
Multas de Trânsito	-466.964,97	-346.103,95
Multas Fiscais/Trabalhistas	-23.809,00	-39.470,50
Baixa de Ativo Imobilizado	-4.638.256,13	-50.452,52
Perda no Recebimento de Créditos	-1.850.275,07	-3.463.633,50
Outras Contas	-1.665.641,99	-3.238.079,17
	-8.644.947,16	**-7.137.739,64**
SALDO	**2.768.352,23**	**1.784.429,91**

(*) Créditos Federais auferidos decorrentes da aplicabilidade do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reduziu a zero (0%) as alíquotas dos tributos incidentes sobre o PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no período de março/2022 a março/2023, bem como àqueles auferidos na revisão e readequação da operação contábil e fiscal realizada no período de 2019 a 2023.

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras	**Valores - R$**	**Valores - R$**
Juros Recebidos	45.511,92	21.365,46
Outras	32.019,90	51.713,47
	77.531,82	**73.078,93**
Despesas Financeiras	**Valores - R$**	**Valores - R$**
Juros Mora Fornecedores	-47.584,95	-1.402.697,93
Juros/Taxas Bancárias	-100.205,15	-227.182,84
Tarifa de Baixa de Título Protesto	-34.381,83	-20.157,38
Descontos Concedidos	-56.259,52	-99.895,66
Encargos Desconto de Duplicatas	-1.008.881,37	-1.190.076,90
Juros de Capital de Giro	-812.431,71	-1.631.652,51
Juros de Financiamento	-1.056.928,53	-1.245.173,62
Taxa Administração Consórcios	-78.841,16	-835.532,58
Multas/Juros Tributários	-2.768.325,24	-30.031,98
	-5.963.839,56	**-6.682.401,40**
SALDO	**-5.886.307,74**	**-6.609.322,47**

18. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO
Os tributos sobre o lucro (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foram apurados com base no Lucro Real Anual, dentro das alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor.

19. COBERTURA DE SEGUROS
A Administração considera que a cobertura de seguros contratada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. A empresa possui um programa de gerenciamento de riscos que visa minimizar prejuízos, ameaças e danos que possam afetar suas operações. Os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros em seus ativos, meio ambiente bem como os bens ou mercadorias de terceiros entregues para transporte, estão discriminados a seguir:

MODALIDADE	OBJETO	COBERTURA	VIGÊNCIA
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Transporte Rodoviário	R$ 2.200.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Vidros em Geral	R$ 500.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Seguro de Cargas - Roubo e Acidente	Carga transportada - Veículos Utilitários	R$ 50.000,00 por embarque/viagem	17/07/2023 a 17/07/2024
Frota de Veículos - Cascos, Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais	Veículos	RCF/DMO: R$ 100.000,00/veículo RCF/Garantia Única: R$ 1.000.000,00/veículo	18/11/2023 a 18/11/2024
Riscos Ambientais	Riscos Ambientais - Transporte	R$ 700.000,00 por ocorrência	30/11/2023 a 30/11/2024
Seguro Predial	Imóvel de Terceiros - Piraquara/PR	Danos Materiais: R$ 1.000.000,00	20/10/2023 a 20/10/2024
	Imóvel de Terceiros - São Bernardo do Campo/SP	Danos Materiais: R$ 7.525.875,00	20/10/2023 a 20/10/2024

ALFREDO MEISTER NETO
CPF: 202.058.489-15
DIRETOR PRESIDENTE

JOSANA TERUCHKIN
CPF: 458.972.630-00
DIRETORA

JOSIANE C. FERREIRA DA SILVA
CPF : 031.384.079-27
CRC-CO/PR 064294/O-3

INSTITUTO CURITIBA DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90.004/2024 - ICS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.004/2024 - ICS
PROCESSO: 01-087792/2024
OBJETO: Aquisição de medicamentos através do sistema de Registro de Preços, para atendimento aos beneficiários do Instituto Curitiba de Saúde – ICS, por um período de 12 (doze) meses. Itens configurados DESERTOS/FRACASSADOS nos PE's – ICS nº 23, 24 e 27/2023.

PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO, PREFERENCIAL PARA ME/EPP/MEI/EIRELI.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 10.031.999,93 (dez milhões, trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).
EDITAL DISPONÍVEL NO PORTAL COMPRASNET À PARTIR DE: 24/04/2024.
DATA / HORÁRIO PARA ENVIO DE LANCES: 08/05/2024 – 10:00 HORAS (horário oficial de Brasília).

MAURO MARTINS TOSTA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

- AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS VIA INTERNET NA DATA E HORÁRIOS DETERMINADOS ACIMA.
- O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAL - COMPRASNET: https://www.gov.br/compras/pt-br
- SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DO ENVIO DE LANCES AS EMPRESAS QUE ESTIVEREM DEVIDAMENTE CADASTRADAS NO PORTAL DE COMPRAS E QUE APRESENTAREM PROPOSTAS.
- INFORMAÇÕES CONTACTAR PELOS FONES: (0XX41) 3330-6084, 3330-6167 ou 3330-6033.

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2024

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de horas-máquina e serviços de transporte por Km rodado, pela Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura, de Campo do Tenente. Paraná., Data de abertura e julgamento das propostas: 09/05/2024, às 9h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site www.campodotenente.pr.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.

Campo do Tenente, 23 de abril de 2024.
Weverton Willian Vizentin- Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2024-PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2024-PMM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS QUE SERÃO DESTINADAS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ASSISTIDAS PELO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 09/05/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 09/05/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 09/05/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: compras.gov.br
Sitio: www.mandaguari.pr.gov.br
FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.
INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8440 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.
Mandaguari, 23 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

Súmula de recebimento de Licença de Operação

ASPENN - Comércio de Gás LTDA - Torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Licença Ambiental de Operação, válida até 30 de agosto de 2023 para a atividade de Comércio atacadista de Gás liquefeito de Petróleo (GLP), situada à Rua Marçal Guarani, n° 197, Umbará, Curitiba/PR.

Súmula de requerimento de renovação de Licença de Operação

ASPENN - Comércio de Gás LTDA- Torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba a Renovação da Licença Ambiental de Operação, para a atividade de Comércio atacadista de Gás liquefeito de Petróleo (GLP), situada à Rua Marçal Guarani, n° 197, Umbará, Curitiba/PR.

SIRAMA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.
CNPJ N.º 76.710.318/0001-28
ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a não instalação, em primeira convocação, da Assembleia de Sócios, agendada para 22 de abril de 2024, são convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 30 de abril de 2024, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023;

b) Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;

c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da administração.

d) Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:

(i) 541.434 (quinhentas e quarenta e um mil, quatrocentas e trinta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de Ruth Gomes Slaviero partilhadas aos seus herdeiros Lilian Slaviero Abrão, Cláudio Gomes Slaviero, Ruth Maria Gomes Slaviero e Rubens Slaviero Filho;

(ii) 2.215.989 (dois milhões, duzentas e quinze mil, oitocentas e noventa e oito) quotas de titularidade de Tania Dallegrave Goes para a sociedade Trópicos Holding e Participações Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital;

(iii) 8.460.014 (oito milhões, quatrocentas e sessenta mil e quatorze) quotas de titularidade de Zigard Participações Societárias Ltda. para R.R. Slaviero Participações e Administração de Bens Ltda., transferidas em virtude de operação societária de incorporação;

(iv) 10.688.183 (dez milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, cento e oitenta e três) quotas de titularidade de Edy Gomes Cassemiro para Emílio Batista Gomes, Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação;

(v) 4.312.422 (quatro milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e duas) quotas de titularidade de Emílio Batista Gomes para Guilherme Araújo Gomes, Gabriela Araújo Gomes e Thaís Araújo Gomes, , transferidas por doação;

(vi) 1.622.636 (um milhão, seiscentas e vinte e duas mil, seiscentas e trinta e seis) quotas de titularidade de Maria Elizabeth Araújo Slaviero para MESAH Participações Societárias Ltda., transferidas por conferência para integralização de capital; e

(vii) 1.852.580 (um milhão, oitocentas e cinquenta e duas mil, quinhentas e oitenta) quotas sociais de titularidade de Maria Cecília de Araújo Gomes para Eduardo de Araújo Gomes, Edson de Araújo Gomes, Eliane de Araújo Gomes Obladen e Eleonora de Araújo Gomes, transferidas por doação.

e) Aprovação da minuta da 67ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente e, adicionalmente, a revogação da disposição transitória prevista na Cláusula Trigésima Segunda do Contrato Social em razão da perda do seu objeto, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 23 de abril de 2024.
Conselho de Administração

TRANSPORTADORA SULISTA S.A.
CNPJ nº 76.104.397/0001-23 - NIRE 41300004196
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Transportadora Sulista S.A.** a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 30 de abril de 2024, excepcionalmente na sede administrativa da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Padre Dehon, nº 185, Hauer, CEP: 81.630-090. A Assembleia será instalada em primeira ou segunda convocação, desde que estejam presentes Acionistas que representem, no mínimo, 51% do Capital Social, nos termos do §3º do Art. 7º do Estatuto Social, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia. Piraquara/PR, 22 de abril de 2024. **Alfredo Meister Neto -** Diretor Presidente.

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE MATINHOS – ESTADO DO PARANÁ
OFICIAL: ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO
Rua Léa Viale Cury, nº 232, Centro – Fone: (41) 3453-1001 – CEP 83.260-000

Ofício nº 38/2024 – NAF — Matinhos, 18 de Abril de 2024.

EDUARDO LUCAS VIANA – CPF 092.639.569-60

Intimação ao devedor - Por Edital (Art. 26, § 4º, da Lei 9.514 de 20/11/1997)

Prezado(a)Senhor(a),

1. Na qualidade de Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Matinhos/PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da lei 9.514/97, bem como pelo credor **Caixa Econômica Federal**, conforme contrato por instrumento particular de venda e compra de imóvel, mútuo e alienação fiduciária em garantia no SFH - sistema financeiro da habitação, nº 1.4444.1773838-5, datado de 18/03/2022, registrado sob nº 03 e 04 (R.3 e R.4), as margens da matrícula nº 55.460 desta Serventia, Unidade nº 01 (um), do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL SERRA DOS PINHAIS, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR, situado neste Município e Comarca de Matinhos-PR. **FAZ SABER** a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **EDUARDO LUCAS VIANA** é devedor dos encargos vencidos e não pagos.
2. Informamos que, o valor destes encargos posicionados em até 18/04/2024 corresponde a **R$ 5.680,02** sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até o efetivo pagamento, somando-se também, o(s) encargos(s) que vencer (em) no prazo deste Edital.
3. E como a mesma está em lugar incerto e não sabido, não sendo possível intimá-la pessoalmente, intimo-os pelo presente a comparecer na agência detentora do financiamento, dentro do prazo definido nesta intimação, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da terceira e última publicação deste Edital.
4. Na oportunidade, fica V. Sª., ciente de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel, em favor do credor fiduciário **Caixa Econômica Federal**, nos termos do art. 26 parágrafo 7º da Lei 9.514/97.

ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO:01716573904 — Assinado de forma digital por ALCESTE RIBAS DE MACEDO FILHO:01716573904 Dados: 2024.04.18 16:43:50 -03'00'
Alceste Ribas de Macedo Filho - Oficial

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024-PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2024-PMM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE DOSIMETRIA (MEDIDORES DE RADIAÇÃO) PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL - PAM.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 10/05/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 10/05/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 10/05/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: compras.gov.br
Sitio: www.mandaguari.pr.gov.br
FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.
INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8440 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari, 23 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

Empresa Princesa do Norte S.A. CNPJ nº 81.159.857/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	21.987	26.239
Caixa e equivalentes de caixa	6.057	7.097
Contas a receber	11.636	8.556
Estoques	904	1.126
Tributos a recuperar	326	794
Partes relacionadas	22	23
Adiantamentos	7	311
Outros créditos	3.035	8.332
Ativo não circulante	110.048	133.819
Realizável a longo prazo	16.894	32.785
Contas a receber	-	18
Partes relacionadas	5.270	11.926
Depósitos judiciais	532	676
Outros créditos	8	-
Tributos diferidos	10.470	19.889
Tributos a recuperar	614	276
Imobilizado	91.815	99.367
Intangível	1.339	1.667
Total do ativo	132.035	160.058

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	58.481	75.362
Empréstimos e financiamentos	25.264	33.361
Arrendamentos a pagar	8.590	6.958
Arrendamentos por direito de uso	4.215	3.709
Fornecedores	2.761	2.992
Obrigações risco sacado	3.689	13.088
Obrigações tributárias	2.026	1.908
Parcelamentos fiscais	1.575	1.456
Obrigações trabalhistas	5.602	5.367
Adiantamentos	2.988	5.005
Outras obrigações	680	516
Partes relacionadas	1.091	1.002
Passivo não circulante	62.036	65.150
Empréstimos e financiamentos	6.445	21.193
Arrendamentos a pagar	15.917	14.177
Arrendamentos por direito de uso	1.053	5.049
Obrigações tributárias	2.403	2.397
Tributos diferidos	17.374	16.089
Parcelamentos fiscais	3.409	4.472
Outras obrigações	138	468
Partes relacionadas	14.410	544
Passivos contingenciais	887	761
Patrimônio líquido	11.518	19.546
Capital social	47.407	47.407
Reserva de incentivos fiscais	1.476	1.476
Prejuízos acumulados	(37.365)	(29.337)
Total do passivo e patrimônio líquido	132.035	160.058

Ebitda e dívida líquida exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.443	(9.501)
Resultado financeiro	(12.949)	(14.301)
EBIT	15.392	4.800
Depreciação/amortização	(13.764)	(11.130)
EBITDA	29.156	15.930
Caixa e equivalentes de caixa	6.057	7.097
Empréstimos e financiamentos - circulante	(25.264)	(33.361)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(6.445)	(21.193)
Arrendamentos financeiros - circulante	(12.805)	(10.667)
Arrendamentos financeiros - não circulante	(16.970)	(19.226)
DIVIDA LÍQUIDA	(55.427)	(77.350)
EBITDA (últimos 12 meses)	29.156	15.930
Total da dívida líquida sobre EBITDA (i)	1,90	4,86

(i) Cálculo efetuado com o EBITDA dos últimos doze meses

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Patrimonio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	47.407	1.476	(22.775)	26.108
Resultado líquido do exercício	-	-	(6.329)	(6.329)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(233)	(233)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.407	1.476	(29.337)	19.546
Resultado líquido do exercício	-	-	(8.261)	(8.261)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	233	233
Saldos em 31 de dezembro de 2023	47.407	1.476	(37.365)	11.518

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	169.713	154.554
Receita dos serviços prestados	167.872	150.415
Outras receitas	1.833	4.142
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(3)
Insumos adquiridos de terceiros	(69.509)	(72.957)
Custo dos serviços prestados	(52.202)	(53.790)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.201)	(18.944)
Perda / Recuperação de valores ativos	(106)	(223)
Valor adicionado bruto	100.204	81.597
Depreciação e amortização	(13.764)	(11.130)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	86.440	70.467
Valor adicionado recebido em transferência	4.546	3.540
Receitas financeiras	676	622
Outras	3.870	2.918
Valor adicionado total a distribuir	90.986	74.007
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	45.000	40.739
Remuneração direta	34.684	31.508
Benefícios	7.250	6.633
F.G.T.S	3.066	2.598
Impostos, taxas e contribuições	40.577	24.740
Federais	20.267	6.373
Estaduais	16.613	14.792
Municipais	3.697	3.575
Remuneração de capitais de terceiros	13.670	14.857
Juros	9.304	12.289
Aluguéis	611	620
Outras remunerações de capitais de terceiros	3.755	1.948
Remuneração de capitais próprios	(8.261)	(6.329)
Resultado líquido do exercício	(8.261)	(6.329)
	90.986	74.007

Demonstrações dos fluxos de caixas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.443	(9.501)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	13.436	10.802
Amortização	328	328
Baixas de imobilizado e intangível	2.237	7.091
Provisão (Reversão) de contingências	126	522
Juros e variações monetárias s/ endividamento	10.800	11.291
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosas	8	3
Provisão para obsolescência de estoque	(6)	(33)
Resultado ajustado	29.372	20.503
Variações no ativo	3.000	1.638
Estoques	203	(287)
Contas a receber	(3.070)	1.911
Tributos a recuperar	130	1.165
Depósitos	144	(4)
Adiantamentos	304	(290)
Outros créditos	5.289	(857)
Variações no passivo	(12.140)	9.593
Fornecedores	27	(807)
Obrigações risco sacado	(9.399)	2.557
Obrigações trabalhistas	235	947
Obrigações tributárias	124	406
Parcelamentos fiscais	(944)	4.446
Adiantamentos	(2.017)	2.287
Outras obrigações	(166)	(243)
	20.232	31.734
Juros pagos	(8.128)	(9.776)
Caixa líquido das atividades operacionais	12.104	21.958
Atividades de investimentos		
Transações com partes relacionadas	6.657	16.937
Aquisição de imobilizado	(8.121)	(34.916)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.464)	(17.979)
Atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(22.658)	(27.549)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	10.344
Amortização de arrendamentos	(9.582)	(4.938)
Captação/Baixas de arrendamentos	6.605	29.992
Transações com partes relacionadas	13.955	(8.428)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(11.680)	(579)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.040)	3.400
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	7.097	3.697
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6.057	7.097
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.040)	3.400

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	141.375	126.528
Custos	(105.304)	(103.217)
Lucro bruto	36.071	23.311
Receitas (despesas) operacionais	(22.512)	(22.654)
Despesas comerciais	(8.424)	(7.534)
Despesas gerais e administrativas	(18.250)	(18.514)
Outras receitas operacionais	4.162	3.394
Resultado na alienação do imobilizado	1.833	4.143
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	15.392	4.800
Resultado financeiro	(12.949)	(14.301)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.443	(9.501)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.704)	3.172
Resultado líquido do exercício	(8.261)	(6.329)
Número de ações	6.334.083	6.334.083
Resultado líquido básico e diluído por ação (em reais)	(1,30)	(1,00)

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(8.261)	(6.329)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(8.261)	(6.329)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Empresa Princesa do Norte S.A, ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital nacional fechado, do Grupo Comporte, com sede social localizada na Rua 24 de Maio, 253 – Vila Claro, Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná.

Fundada em 05 de Outubro de 1.966, tem como objeto principal o transporte público coletivo de passageiros, sejam em linhas regulares ou sob forma de fretamento contínuo ou eventual, em qualquer parte do território nacional, sendo este transporte de forma municipal, metropolitano, intermunicipal e interestadual, nas modalidades rodoviárias, urbanas e suburbanas; prestação de transporte turístico e transporte terrestre de superfície previsto na legislação em vigor.

A Companhia mantém suas permissões reguladas pelo poder Concedente, em que o Serviço Público de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros é regulado pelo Poder Concedente Federal, o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal pelo Poder Concedente Estadual e o Serviço Público de Transporte Rodoviário Municipal pelo Poder Concedente Municipal.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Demonstrações Financeiras -

Completas e auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

Paulo Sérgio Coelho
Diretor

Maria Zélia R. S. França
Diretora

Kelly C. Tonin Damasceno
CRC SP-214086/0-6
Contadora

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná - Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2024
Processo nº 13.794/2024

Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/24, Lei Federal Nº 13.019/2014, torna público, que, através deste, realiza para fins de Chamada Pública para **"SELEÇÃO DE PROJETOS EM ARTES VISUAIS PARA A OCUPAÇÃO DA CASA MONSENHOR CELSO NA CIDADE DE PARANAGUÁ-PR, A FIM DE SELECIONAR 05 (CINCO) PROJETOS DE EXPOSIÇÕES COM LIVRE TEMÁTICA ABERTOS PARA TODAS AS LINGUAGENS DAS ARTES VISUAIS CONVENCIONAIS (DESENHO, PINTURA, ESCULTURA, GRAVURA, FOTOGRAFIA) E NÃO CONVENCIONAIS (INSTALAÇÃO, VÍDEO ARTE, OBJETO OU MONTAGEM ESPECIAL), SENDO ADMITIDOS PROJETOS DE MOSTRAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS"**.

Os interessados deverão apresentar a documentação para credenciamento de 24 (vinte e quatro) de Abril de 2024 à 21 (vinte e um) de Maio de 2024, Sessão pública de Abertura: 21 (vinte e um) de Maio de 2024 às 09h:00 - recebimento dos envelopes até o horário da abertura da sessão, na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro – Palácio São José – Paranaguá-Pr, 1º andar - Comissão Permanente de Licitação/Secretaria Municipal de Administração, das 08h:00 as 11h:00 e das 13h:00 as 18h:00. O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no endereço e horário acima mencionado, também, através do site: www.paranagua.pr.gov.br – no link chamada pública. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou através do telefone 41-3721-1810 e 41-3422-6290.

PARANAGUÁ, 23 DE ABRIL DE 2024

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Licitação – C.P.L.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

ERRATA

A Divisão de Licitações da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas, por meio desta, retifica a publicação abaixo, por erro material que constou do extrato publicado no Jornal Bem Paraná em 23 de abril de 2024, na folha n° 16 da edição n° 12.388:

Onde lê-se "CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 18/2024", **leia-se** "PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2024".

Desta forma o texto correto é o que segue:

PREGÃO ELETRÔNICO nº 18/2024
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Objeto: contratação de empresa especializada na execução de serviços continuados de NUTRICIONISTA, FISIOTERAPEUTA, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL e JORNALISTA, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas da Capital, com o fornecimento de equipamentos para o Posto de FISIOTERAPEUTA
Data início acolhimento das propostas: 23/04/2024
Data abertura das propostas: 09/05/2024 às 13:00 h (horário de Brasília/DF)
Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos acima.

A íntegra do edital e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: https://www.tjpr.jus.br/editais, https://www.gov.br/compras/ (UASG nº 926415) e no PNCP (Portal Nacional das Contratações Públicas) - https://www.gov.br/pncp/. Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações, na Rua Ivo Leão nº 651, através dos telefones (41) 3250-6541 e (41) 3250-6542 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 23 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e Convênios

VIVA S.A. - CNPJ/MF 52.845.346/0001-94 - NIRE 41300325146

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2024, realizou-se às 10h horas, na sede da Viva S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, sala 1501, Condomínio Opus One Ecoville, bairro de Campo Comprido, CEP 81200-528. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, considerando a presença da unanimidade dos diretores eleitos, quais sejam: (i) Sr. Eduardo Seleme, e (ii) Sr. Edson Vanzella Pereira de Souza. **MESA:** Presidente: EDUARDO SELEME, Secretário: EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** a realização, pela Companhia, da sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, no montante total de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão ("Emissão" e "Notas Comerciais Escriturais", respectivamente), para oferta pública de distribuição pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta"); **(II)** a autorização aos diretores da Companhia ("Diretoria da Companhia") e/ou seus procuradores para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, sem limitação, o Termo de Emissão (conforme definido abaixo), o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), bem como celebrar todos os documentos necessários para depósito das Notas Comerciais Escriturais na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"); e **(III)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou seus procuradores para a consecução da Emissão e da Oferta. **DELIBERAÇÃO TOMADA:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os diretores, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: **(I)** Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, as quais terão as seguintes principais características e condições, a serem estabelecidas no "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, da Viva S.A.*" ("Termo de Emissão"): **(a) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia. **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). **(c) Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Notas Comerciais Escriturais serão utilizados para alongamento do passivo bancário e reforço de caixa da Companhia. **(d) Séries**: A Emissão será realizada em série única. **(e) Agente de Liquidação e Escriturador:** O agente de liquidação da Emissão e o escriturador das Notas Comerciais Escriturais ("Agente de Liquidação" e o "Escriturador", respectivamente) é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88. **(f) Agente Fiduciário:** O agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares de Notas Comerciais Escriturais ("Titulares de Notas Comerciais Escriturais") é a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88. **(g) Procedimento de Distribuição:** As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM 160 e das demais disposições aplicáveis sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Garantia Firme"), devendo ser observado o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão da Viva S.A.*", celebrado entre a Companhia, a Viposa S.A. ("Viposa"), a Vancouros Indústria e Comércio de Couros Ltda. ("Vancouros"), a Gelprime Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ("Gelprime"), a Vanz Empreendimentos Ltda. ("Vanz"), a VPS Empreendimentos Ltda. ("VPS"), a Gelvip Participações Ltda. ("Gelvip"), o Sr. Marcelo Seleme ("Sr. Marcelo"), o Sr. Eduardo Seleme ("Sr. Eduardo"), o Sr. Edson Vanzella Pereira de Souza ("Sr. Edson"), o Sr. Pedro Roberto Mazzarin ("Sr. Pedro"), o Sr. Claudiomar Pereira de Souza ("Sr. Claudiomar") e o Sr. Marcelo Luis Vanzella ("Sr. Marcelo" e, em conjunto com a Viposa, Vancouros, Gelprime, Vanz, VPS, Gelvip, Sr. Marcelo, Sr. Eduardo, Sr. Edson, Sr. Pedro e Sr. Claudiomar, os "Avalistas") e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), e de acordo com os procedimentos da B3. **(h) Local de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais Escriturais será o município de São Paulo, Estado de São Paulo. **(i) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a data definida no Termo de Emissão ("Data de Emissão"). **(j) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Notas Comerciais Escriturais ("Data de Início da Rentabilidade" e "Data da Primeira Integralização", respectivamente). **(k) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Notas Comerciais Escriturais:** As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais. **(l) Garantia:** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil" e "Valor Garantido", respectivamente), os Avalistas, se obrigarão nos termos do Termo de Emissão, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, como avalistas e principais pagadores, responsáveis pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Companhia no âmbito da Oferta ("Aval"). **(m) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto no Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vencimento de 1.826 (mil, oitocentos e vinte e seis) dias a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser definida no Termo de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definida abaixo) da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, nos termos do Termo de Emissão. **(n) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário). **(o) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Emitidas:** Serão emitidas 10.000 (dez mil) Notas Comerciais Escriturais. **(p) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso a primeira subscrição e primeira integralização das Notas Comerciais Escriturais ocorram simultaneamente na Data da Primeira Integralização, referida primeira integralização das Notas Comerciais Escriturais será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Nota Comercial Escritural venha ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as disposições previstas neste Termo de Emissão. **(q) Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. **(r) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita no Termo de Emissão. **(s) Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente, sem carência, conforme as datas indicadas no Termo de Emissão, a partir da Data da Primeira Integralização e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme cronograma de pagamento indicado no Termo de Emissão (sendo cada data de pagamento uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **(t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos neste Termo de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais será amortizado em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais consecutivas, conforme as datas indicadas no Termo de Emissão, nos termos do cronograma de pagamentos indicado no Termo de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Notas Comerciais Escriturais") e percentuais previstos no Termo de Emissão. **(u) Local de Pagamento:** Os pagamentos, a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais, serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Notas Comerciais Escriturais custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Notas Comerciais que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **(v) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. **(w) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Titulares das Notas Comerciais, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial), (a) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **(x) Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no item "w" acima, o não comparecimento do Titular de Notas Comerciais Escriturais para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas no Termo de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos do Termo de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. **(y) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os Titulares das Notas Comerciais Escriturais, igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada de acordo com os termos previstos no Termo de Emissão. **(z) Resgate Antecipado Facultativo:** Não será admitido o resgate antecipado facultativo das Notas Comerciais Escriturais. **(aa) Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será admitida a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais. **(II)** autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a praticar(em) todos e quaisquer atos que forem necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (i) a contratação do Coordenador Líder e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e/ou da Oferta, tais como o(s) assessor(es) legal(is), o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; e (ii) a negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta reunião, dos termos e condições dos documentos da Oferta (em especial as hipóteses de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais), da Emissão e/ou da Oferta bem como celebrar todos os instrumentos (contratos, requerimentos, declarações etc.) que se fizerem necessários à implementação da Emissão e/ou da Oferta, tais como o Termo de Emissão e o Contrato de Distribuição. **(III)** aprovar e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada por unanimidade e assinada por todos os diretores presentes. Mesa: Eduardo Seleme - Presidente; Edson Vanzella Pereira de Souza - Secretário. Diretores: (i) Sr. Eduardo Seleme, e (ii) Sr. Edson Vanzella Pereira de Souza. Certificando o Secretário e Presidente que a presente é cópia da ata lavrada no livro próprio. Documento assinado digitalmente por Edson Vanzella Pereira de Souza, como secretário da mesa, Eduardo Seleme, como presidente da mesa, e pelos diretores Eduardo Seleme e Edson Vanzella Pereira de Souza. Curitiba, 17 de abril de 2024. **EDUARDO SELEME - Presidente**, **EDSON VANZELLA PEREIRA DE SOUZA - Secretário.** JUCEPAR - Certifico o registro em 17.04.2024 sob nº 20242723233 e protocolo: 242723233 de 17.04.2024, Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO AUTOS N° 0003251-08.2023.8.16.0193 PRAZO: 10 (DEZ) DIAS (...) III - DISPOSITIVO: Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, resolvendo o mérito e julgando extinta a demanda, para o fim de impor a curatela de FILIPE AUGUSTO PEREIRA DE FRANÇA e, por conseguinte, nomear como curadora a pessoa de NILDA PEREIRA FRANCA, apenas para o fim de administrar o benefício previdenciário auferido pela parte interessada e representá-la perante as instituições bancárias, hospitais e órgão previdenciário (INSS). Transitada em julgado esta sentença, expeça-se o respectivo termo de curatela definitiva. Em obediência ao disposto no art. 775, §3º, do CPC, inscreva-se a presente no Registro Civil competente e publique-se na rede mundial de computadores, no site do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do CNJ, na imprensa local, 1 vez, e no órgão oficial, por 3 vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Custas pela parte autora, observando-se, se for o caso, a incidência da Lei nº 1.060/50. Considerando a ausência de Defensoria Pública neste Foro Regional, condeno o Estado do Paraná ao pagamento de honorários advocatícios em favor do curador especial da parte interessada, fixados em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), os quais se encontram em consonância com a Resolução Conjunta 15 /2019, já que houve apresentação de contestação por negativa geral, conforme item "2.8" da referida tabela. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado e, em nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, observando-se as Portarias em vigor nesta Serventia, bem como o CN, no que couber. Colombo, 30/03/2024. CLAUDIA HARUMI MATUMOTO Juíza de Direito

HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S.A.

CNPJ/MF: 19.322.873/0001-49 | NIRE: 41.300.094.292

Relatório de Administração do exercício findo em 31/12/2023.

Aos Interessados, apresentamos o Relatório de Administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia foi concebida para implantar a Usina Hidrelétrica Santa Branca, no Rio Tibagi, com capacidade instalada de 62MW (conforme Concessão Pública Federal nº 0017/2016-MME). A implantação da UHE Santa Branca estava prevista para entrar em operação comercial em 2021, no entanto, diante do atraso do órgão ambiental licenciador (Instituto Água e Terra) na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, não foi possível iniciar a implantação no cronograma previsto. Considerando que o órgão ambiental licenciador indeferiu o pedido de ASV formulado, em fevereiro de 2022, a companhia apresentou à ANEEL Requerimento de Rescisão Amigável do Contrato de Concessão, com o afastamento de penalidades. No dia 02 de abril de 2024, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 989/2024, recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) a rescisão do Contrato de Concessão nº 17/2016-MME-UHE Santa Branca. Aguarda-se, agora, manifestação do MME ao qual cabe acatar, ou não, a recomendação da ANEEL, acerca da rescisão amigável do Contrato de Concessão. Por se tratar de sociedade de propósito específico que não perpassou o estágio pré-operacional, a Companhia não obteve faturamento ao longo do ano de 2023, de forma que a manutenção das atividades é feita através do aporte de recursos dos acionistas ordinários da Companhia. Maiores informações sobre o estado financeiro da Companhia poderão ser obtidas através da análise das demonstrações financeiras, estando ainda os Diretores à disposição para prestar maiores esclarecimentos. Curitiba, 19 de abril de 2024.

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 015/2024

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Contratação de empresa para locação de veículos em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Cianorte.** Credenciamento até as 08h30min do dia 17 de Maio de 2024 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 17 de Maio de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 17 de Maio de 2024; oferecimento de lances a partir das 09h30 do dia 17 de Maio de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portaltransparencia/licitacoes. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 23 de Abril de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo
Chefe da Divisão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
A V I S O

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024
NUMERAÇÃO NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL: 90006/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação mensal de veículos, sob demanda, sem motorista e sem fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, lavagem automotiva, seguros, taxas e impostos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Curitiba (CMC), pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ANEXO I, parte integrante do Edital, que veicula o Termo de Referência.

Data de Abertura: dia 09 de maio de 2024, a partir das 09:00 horas, no Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/compras, obedecendo ao Horário Oficial de Brasília-DF.

Recebimento das Propostas: até às 9:00 horas do dia 09 de maio de 2024, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/compras.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Preço Máximo: A execução do objeto desta licitação terá como preço global máximo anual de até R$ 2.107.272,96 (dois milhões, cento e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

Informações: O Edital pode ser obtido pelo endereço eletrônico https://cmcuritiba.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, também no link https://www.curitiba.pr.leg.br/transparencia/portal-da-transparencia/servicos/, clicar em "licitações", bem como pelo site https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras, Pregão Eletrônico nº 90006/2024, UASG 927631.

VIVA LTDA. - CNPJ Nº 52.845.346/0001-94 - NIRE 41212080567

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, **Vanz Holding Ltda**, com sede em Rolândia/PR, à Avenida dos Expedicionários, nº 426, sala 02, Centro, CNPJ nº 19.405.963/0001-01, registrada na JUCEPAR NIRE 412.077.664-30, representada por **Edson Vanzella Pereira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, residente em Rolândia/PR, RG nº 3.305.259-6 (SSP/PR), CPF/MF nº 596.962.659-72; e **Viposa Participações Ltda**, com sede em Curitiba/PR, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Sala 1501, Condomínio Opus One Ecoville, Campo Comprido, CNPJ nº 52.730.706/0001-02, registrada na JUCEPAR NIRE 41212059312, representada por **Eduardo Seleme**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente em Caçador/SC, RG nº 10/C 327.261 (SSP/SC), CPF nº 533.765.449-72; Únicos sócios, RESOLVEM, por decisão unânime, alterar e consolidar o "Contrato Social", de acordo com as cláusulas e condições seguintes: **I. Cláusula 1ª:** Deliberam os Sócios pela transformação do tipo jurídico da Sociedade, passando de Sociedade Empresária Limitada para S/A Fechada, passando a ser regida por um Estatuto Social, pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, sem lapso de continuidade de suas atividades sociais, ou alteração de seu objeto social, bem como sem prejuízo aos eventuais credores. **Cláusula 2ª:** Os sócios quotistas da Companhia tornam-se, neste ato, Acionistas e as 10.000 quotas da Companhia, no valor nominal de R$ 1,00 cada, no montante total de R$ 10.000,00 totalmente subscritas e integralizadas, são convertidas em 10.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, permanecendo inalterado o capital social. **II. Cláusula 3ª:** Em razão da transformação do tipo jurídico da Companhia, o nome empresarial passa de **Viva Ltda.** para **Viva S.A. III. Cláusula 4ª:** Em virtude da transformação do tipo jurídico da Companhia deliberam os acionistas que a Companhia passará a ser administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com composição e atribuições estabelecidas no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia. **Cláusula 5ª:** Em razão da deliberação tomada, ficam nomeados neste ato, para compor o Conselho de Administração da Companhia, por um mandato de 2 anos, os Srs.: **i. Edson Vanzella Pereira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, residente em Rolândia/PR, RG nº 3.305.259-6 (SSP/PR), CPF nº 596.962.659-72; **ii. Vinicius Vanzella de Souza**, brasileiro, casado, empresário, residente em Londrina/PR, Cédula de Identidade nº 12.766.827-2 (SSP/PR), CPF nº 098.013.909-05; **iii. Pedro Roberto Mazzarin**, brasileiro, casado, empresário, residente em Rolândia/PR, RG nº 3.199.532-9 (SSP-PR), CPF nº 548.346.279-34; **iv. Eduardo Seleme**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente em Caçador/SC, RG nº 10/C 327.261 (SSP/SC), CPF nº 533.765.449-72; **v. Marcelo Seleme**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, residente em Caçador/SC, RG nº 390.137-8 SSP/SC, CPF/MF nº 444.279.309-30; e **vi. Eduardo do Faglioni Ribas**, brasileiro, casado, advogado, residente em Curitiba/PR, RG nº 6.273.949-5 SSP/PR, CPF nº 047.527.959-06. **§ único** - Os Conselheiros eleitos tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia e suas remunerações serão definidas pela Assembleia Geral. **Cláusula 6ª:** Em razão da deliberação tomada, ficam eleitos, para compor a Diretoria da Companhia, por um mandato de 2 anos: i. Na condição de Diretor Presidente, **Eduardo Seleme**; e ii. Na qualidade de Diretor Executivo, **Edson Vanzella Pereira de Souza**. **§ único:** Os Diretores eleitos tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no livro de atas de reuniões de Diretoria da Companhia e suas remunerações serão definidas pelo Conselho de Administração. **Cláusula 7ª:** Os Diretores e Conselheiros eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **IV. Cláusula 8ª:** Desta forma, em decorrência da transformação do tipo jurídico da Companhia e das demais alterações descritas acima, os acionistas deliberam pela aprovação do Estatuto Social da Companhia, conforme redação constante ao "Anexo I". Curitiba/PR, 01.12.2023. **Vanz Holding Ltda.**, Rep. por Edson Vanzella Pereira de Souza, **Viposa Participações Ltda.**, Rep. por Eduardo Seleme. **Advogado**: Gustavo Kendy Futata - OAB/PR 49.830. JUCEPAR - Certifico o registro em 26.12.2023 sob nº 41300325146 e protocolo: 239011619 de 22.12.2023, Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

Estatuto Social: Viva S.A. - CNPJ Nº 52.845.346/0001-94 - NIRE em fase de transformação do tipo jurídico: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo: Artigo 1º - A Companhia exerce suas atividades sob a denominação social de **VIVA S.A.** e é regida pelas disposições deste Estatuto ("Estatuto"), do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), e, para os casos omissos, pela legislação aplicável. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3350, Sala 1501, Condomínio Opus One Ecoville, bairro Campo Comprido, CEP 81200-528. **Artigo 3º** - A Companhia tem como objeto social: (i) Participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista; e (ii) Compra e venda de participações societárias. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado. **Artigo 5º** - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar, manter ou extinguir, filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos necessários ao desempenho das atividades consubstanciadas no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes. **Capítulo II - Do Capital Social: Artigo 6º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 10.000,00, representado por 10.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, de conformidade com o art. 110 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º** - Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, observadas as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas da Companhia para exercício do direito de preferência. **§ 1º** - A responsabilidade de cada acionista está restrita ao valor de suas ações. **§ 2º** - Aos acionistas é vedada a constituição de qualquer gravame sobre suas ações, sem prévia autorização expressa e unânime dos demais acionistas. **Capítulo III - Do Direito de Preferência: Artigo 8º** - Qualquer transferência de ações da Companhia, seja entre os próprios acionistas ou entre os acionistas e terceiros, está sujeita a observância do estabelecido pelo Acordo de Acionistas, sob pena de nulidade. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos demais casos previstos em lei, sendo instalada e realizada de acordo com o disposto nas normas estabelecidas por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, e, nas suas omissões, pelo regramento disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas. **§ 1º** - As Assembleias Gerais serão sempre instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representantes da totalidade das ações emitidas pela Companhia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas representantes do equivalente, no mínimo, à maioria absoluta das ações. **§ 2º** - A Assembleia Geral terá a competência definida em lei e suas deliberações, salvo as exceções previstas em lei, neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por maioria absoluta dos acionistas titulares das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco. **§ 3º** - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por pessoa escolhida pelo voto da maioria dos acionistas presentes. O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, o(a) secretário(a). **§ 4º** - A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência, em conformidade com a lei, mediante envio de carta registrada, mensagem eletrônica (e-mail) ou qualquer outra forma que seja possível constatar o recebimento da convocação pelos acionistas e demais interessados, se houver, contendo a data, local e ordem do dia da Assembleia. **§ 5º** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 11** - Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista se identificará e apresentará à Companhia comprovante de sua condição de acionista, mediante documento de identidade e, conforme o caso, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. **Artigo 12** - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e no presente Estatuto, mediante aprovação pela maioria dos acionistas titulares das ações com direito a voto: i. Aprovação das contas dos administradores, destinação do lucro, demonstrações financeiras e pareceres de auditoria independente da Companhia; ii. Fixação de remuneração global anual dos administradores da Companhia; iii. Realização de atos, pela Companhia que importem em doação, renúncia de direito ou exoneração de obrigação de terceiros cujo valor unitário, ou série de valores somados no mesmo exercício fiscal, cujo valor exceda R$ 50.000.000,00; iv. Aquisição, venda, alienação, arrendamento, promessa de alienação, transferência, permuta, dação em pagamento, contratação de opção de compra ou cessão de direitos, de bens e direitos de propriedade ou posse, investimentos, bens imóveis ou móveis, do ativo não circulante e circulante, ativos intangíveis, direitos de propriedade intelectual, títulos de investimento em participações, aquisição e/ou cessão de direitos e obrigações da Companhia, de forma individual ou em conjunto com outras operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00; v. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer operação de financiamento para capital de giro cujo valor exceda R$ 200.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios da Companhia; vi. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer outra operação de financiamento ou endividamento, ou outros passivos financeiros, exceto as referidas no item "iii", cujo valor exceda R$ 200.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; vii. Autorização à Companhia para prestação de garantias reais ou pessoais em favor de terceiros; viii. Realização de transação ou acordo de qualquer litígio, incluindo litígios arbitrais envolvendo a Companhia, cujo valor exceda R$ 100.000.000,00; ix. Realização de investimentos pela Companhia em projetos cujo valor exceda R$ 100.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações, similares ou não realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; x. Modificação do capital social da Companhia, emissão de Ações, e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia, inclusive debêntures (conversíveis em ações da Companhia), bônus de subscrição e/ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e/ou a criação de partes beneficiárias; xi. Recompra, resgate, desdobramento, grupamento, amortização ou aquisição de Ações ou quotas, conforme aplicável, pela Companhia; xii. Incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão, transformação, cisão, total ou parcial, ou qualquer outro tipo de reorganização societária da Companhia; xiii. Alteração do Estatuto Social da Companhia que envolva qualquer uma das seguintes matérias: (a) alteração do objeto social; (b) criação de nova espécie ou classe de ações e/ou quotas, conforme aplicável; (c) alteração dos direitos, preferências e vantagens atribuídas às ações e/ou quotas, conforme aplicável; e (d) alteração da estrutura da administração e governança; xiv. Declaração e pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio pela Companhia e, que não obedeça às regras da política de distribuição prevista no Estatuto Social, na Lei e em Acordo de Acionistas; xv. Aprovação do Plano de Negócios e do Orçamento Anual da Companhia, a ser definida em Assembleia específica, observados os termos dispostos em Acordo de Acionistas; xvi. Aprovação ou cancelamento de plano de opção de compra (*stock option*) e/ou planos de *phantom options* em benefício de funcionários e empregados da Companhia; xvii. Revisões ou alterações nas projeções de receitas totais, despesas totais e investimentos totais do Plano de Negócios da Companhia, na hipótese de tais revisões ou alterações serem maiores que 30%, para mais ou para menos, das projeções originalmente aprovadas no Plano de Negócios, e desde que sejam devidamente fundamentadas; e xviii. Aprovação da outorga de procurações pela Companhia para a realização de quaisquer atos compreendidos nas deliberações de assembleia. **§ 1º** - A aprovação das matérias descritas abaixo dependerá de aprovação de 75% dos acionistas titulares das Ações Ordinárias com direito a voto emitidas pela Companhia: i. Aprovação da realização de um IPO, incluindo o preço por ação a ser estabelecido para o IPO, ou alienação, pela Companhia, de qualquer participação em qualquer das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia; ii. Dissolução e/ou liquidação da Companhia, bem como a eleição do liquidante; iii. Aprovação de pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, e/ou de falência da Companhia e/ou das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia. **Artigo 13** - A Assembleia Geral para aprovação do Plano de Negócios, que deverá conter as diretrizes de estratégia e direcionamento da condução de negócios e atividades da Companhia e das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia para o exercício do ano subsequente, e futuros Aportes de Capital, será convocada e realizada de acordo com o disposto nas normas estabelecidas por este Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, e na sua omissão, pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 14** - Na hipótese de empate em deliberação submetida à Assembleia Geral, e caso o resultado positivo da deliberação pendente de aprovação seja fundamental à execução do objeto social e seja ela do interesse social da Companhia, conforme deliberação a ser exarada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração em até 5 dias úteis contados da Assembleia Geral na qual a deliberação restar empatada, serão observadas as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas para o procedimento de desempate. **Capítulo V - Administração: Artigo 15** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§ 1º** - Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas respectivo, no prazo da Lei. **§ 2º** - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. **Seção I - Do Conselho de Administração: Artigo 16** - O Conselho de Administração é órgão de administração da Companhia e será composto por 6 Conselheiros efetivos e até igual número de suplentes. **§ 1º** - Os membros do Conselho de Administração e seus suplentes, se houver, serão eleitos para um mandato unificado de 2 anos, ou até a eleição e posse dos novos Conselheiros, sendo permitida a reeleição sem limitação de número de mandatos. **§ 2º** - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral, observado o que estabelece o Acordo de Acionistas. **Artigo 17** - O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou de 2 de seus membros, a cada 30 dias, ou extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. As reuniões deverão ser convocadas com antecedência mínima de 3 dias, por qualquer meio físico ou eletrônico, devendo com a mesma antecedência serem encaminhadas aos membros do Conselho de Administração as propostas e matérias a serem discutidas na reunião, acompanhadas dos respectivos documentos necessários às deliberações. **§ 1º** - As deliberações pelo Conselho de Administração serão tomadas sempre por decisão favorável da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. **§ 2º** - As decisões do Conselho de Administração serão registradas no respectivo Livro de Atas. As atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros serão publicadas e arquivadas na Junta Comercial. **§ 3º** - A instalação das reuniões do Conselho de Administração ocorrerá somente com a presença da totalidade de seus conselheiros ou respectivos procuradores. **§ 4º** - É facultado a qualquer dos membros do Conselho de Administração fazer-se representar por outro Conselheiro ou por qualquer suplente de Conselheiro nas reuniões às quais não puder comparecer, desde que outorgue a ele poderes de representação, mediante instrumento firmado por escrito, com as instruções de voto, que deverá ser entregue ao Presidente do Conselho. **§ 5º** - Os Conselheiros poderão participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito, por meio físico ou eletrônico, encaminhada ao Presidente logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido Conselheiro. **§ 6º** - Será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros. **Artigo 18** - Ao Conselho de Administração competirá o exame de matérias que lhes sejam atribuídas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social ou por Acordo de Acionistas, incluindo, mas não se limitando às seguintes matérias: i. Aprovação das contas dos administradores, destinação do lucro, demonstrações financeiras e pareceres de auditoria independente das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia; ii. Realização de atos, pela Companhia que importem em doação, renúncia de direito ou exoneração de obrigação de terceiros cujo valor unitário, ou série de valores somados no mesmo Exercício Fiscal, esteja compreendido entre R$ 25.000.000,00 e R$ 50.000.000,00; iii. Aquisição, venda, alienação, arrendamento, promessa de alienação, transferência, permuta, dação em pagamento, contratação de opção de compra ou cessão de direitos, de bens e direitos de propriedade ou posse, investimentos, bens imóveis ou móveis, do ativo não circulante e circulante, ativos intangíveis, direitos de propriedade intelectual, títulos de investimento em participações, aquisição e/ou cessão de direitos e obrigações, da Companhia, de forma individual ou em conjunto com outras operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, cujo valor esteja compreendido entre R$ 50.000.000,00 e R$ 100.000.000,00; iv. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer operação de financiamento para capital de giro cujo valor esteja compreendido entre R$ 100.000.000,00 e R$ 200.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; v. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer outra operação de financiamento ou endividamento, ou outros passivos financeiros, exceto as referidas no item "iv", cujo valor esteja compreendido entre R$ 100.000.000,00 e R$ 200.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; vi. Concessão de mútuos pela Companhia que não estejam contemplados no Plano de Negócios, em valor superior a R$ 50.000.000,00, para qualquer Pessoa, exceto subsidiárias cuja participação da Companhia, direta ou indireta, seja de pelo menos 50%; vii. Autorização à Companhia para prestação de garantias reais ou pessoais, em favor de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituída ou a ser constituída pela Companhia; viii. Realização de transação ou acordo de qualquer litígio, incluindo litígios arbitrais envolvendo a Companhia, cujo valor esteja compreendido entre R$ 50.000.000,00 e R$ 100.000.000,00; ix. Realização de investimentos pela Companhia em projetos cujo valor exceda R$ 50.000.000,00 até R$ 100.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações, similares ou não, realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; x. Revisões ou alterações nas projeções de receitas totais, despesas totais e investimentos totais do Plano de Negócios da Companhia, desde que (a) tais revisões ou alterações não sejam menores do que 15% e nem maiores do que 30%, para mais ou para menos, das projeções originalmente aprovadas no Plano de Negócios, e (b) sejam devidamente fundamentadas; xi. Contratação de firma(s) de auditores independentes para a realização de auditoria anual nas contas da administração e nas demonstrações financeiras da Companhia; xii. Eleição e destituição dos Diretores da Companhia; xiii. Instituição e extinção dos Comitês do Conselho; xiv. Contratação do Banco Coordenador e dos assessores legais em caso da aprovação da realização de um IPO pela Companhia; xv. Alteração do Estatuto Social ou do Contrato Social, conforme aplicável, das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, que envolva qualquer uma das seguintes matérias: (a) alteração do objeto social; (b) criação de nova espécie ou classe de ações e/ou quotas, conforme aplicável; (c) alteração dos direitos, preferências e vantagens atribuídas às ações e/ou quotas, conforme aplicável; e (d) alteração da estrutura da administração e governança; xvi. Declaração e pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio pelas sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia e, que não obedeça às regras da política de distribuição prevista no Estatuto Social, na Lei e no Acordo de Acionistas; xvii. Aprovação ou cancelamento de plano de opção de compra (*stock option*) e/ou planos de *phantom options* em benefício de funcionários e empregados das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia; xviii. Dissolução e/ou liquidação das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, bem como a eleição do liquidante; xix. Autorização às sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, para prestação de garantias reais ou pessoais em favor de terceiros; xx. Recompra, resgate, desdobramento, grupamento, amortização ou aquisição de ações ou quotas, conforme aplicável, pelas sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia; xxi. Modificação do capital social das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, emissão de Ações, e/ou quaisquer valores mobiliários pela Companhia, inclusive debêntures (conversíveis em ações de referidas sociedades), bônus de subscrição e/ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e/ou a criação de partes beneficiárias; xxii. Incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão, transformação, cisão, total ou parcial, ou qualquer outro tipo de reorganização societária das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia; e xxiii. Aprovação da outorga de procurações pela Companhia para a realização de quaisquer atos compreendidos nas matérias previstas nesta Cláusula. **Artigo 19** - Não serão consideradas válidas, em nenhuma circunstância, não podendo ser implementadas, quaisquer deliberações tomadas pelo Conselhos de Administração em violação aos termos e condições do Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas. **Seção II - Diretoria: Artigo 20** - A Diretoria da Companhia é órgão de administração da Companhia, com função deliberativa e executiva. **Artigo 21** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 diretores, sendo estes, obrigatoriamente, um Diretor Presidente e um Diretor Executivo, sem prejuízo de outras nomeações fixadas pelo Conselho de Administração, caso necessário, e, no máximo, 5 diretores. **§ 1º** - Os Diretores serão nomeados, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, e serão profissionalmente qualificados em conformidade com as previsões constantes em Acordo de Acionistas. **§ 2º** - A critério da Assembleia Geral, poderão ser atribuídas designações específicas para cada um dos Diretores que compõem a Diretoria da Companhia. **§ 3º** - Os Diretores têm o dever de diligência, de lealdade e de informar, e são obrigados a prestar aos Membros do Conselho e aos Acionistas contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventário anual e relatório da administração. **§ 4º** - Os membros da Diretoria farão jus a um pró-labore mensal, a ser fixado pelo Conselho de Administração, e o prazo do mandato será de 2 anos, com possibilidade de recondução ao cargo. **Artigo 22** - As seguintes matérias deverão ser aprovadas, em conjunto, pelos Diretores Presidente e Executivo: i. Realização de atos pela Companhia que importem em doação, renúncia de direito ou exoneração de obrigação de terceiros cujo valor unitário, ou série de valores somados no mesmo Exercício Fiscal, esteja compreendido entre R$ 1.000.000,00 e R$ 25.000.000,00; ii. Aquisição, venda, alienação, arrendamento, promessa de alienação, transferência, permuta, dação em pagamento, contratação de opção de compra ou cessão de direitos, de bens e direitos de propriedade ou posse, investimentos, bens imóveis ou móveis, do ativo não circulante e circulante, ativos intangíveis, direitos de propriedade intelectual, títulos de investimento em participações, aquisição e/ou cessão de direitos e obrigações, da Companhia, de forma individual ou em conjunto com outras operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, cujo valor esteja compreendido entre R$ 15.000.000,00 e R$ 50.000.000,00; iii. Prática de atos, pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer operação de financiamento para capital de giro cujo valor esteja compreendido entre R$ 50.000.000,00 e R$ 100.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; iv. Prática de atos pela Companhia que importem em assunção ou celebração de qualquer outra operação de financiamento ou endividamento, ou outros passivos financeiros, exceto as referidas no item "iii", cujo valor esteja compreendido entre R$ 25.000.000,00 e R$ 100.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; v. Concessão de mútuos pela Companhia que não estejam contemplados no Plano de Negócios, cujo valor esteja compreendido entre R$ 5.000.000,00 e R$ 50.000.000,00, para qualquer Pessoa, exceto subsidiárias cuja participação da Companhia, direta ou indireta, seja de pelo menos 50% ; vi. Realização de transação ou acordo de qualquer litígio, incluindo litígios arbitrais envolvendo a Companhia, cujo valor esteja compreendido entre R$ 1.000.000,00 e R$ 50.000.000,00; vii. Realização de investimentos pela Companhia em projetos cujo valor esteja compreendido entre R$ 5.000.000,00 e R$ 50.000.000,00, por operação ou por conjunto de operações, similares ou não, realizadas no mesmo Exercício Fiscal, que não estejam contemplados no Plano de Negócios; viii. Revisões ou alterações nas projeções de receitas totais, despesas totais e investimentos totais do Plano de Negócios da Companhia, desde que: (a) tais revisões ou alterações não sejam maiores que 15%, para mais ou para menos, das projeções originalmente aprovadas no Plano de Negócios, e (b) sejam devidamente fundamentadas; ix. Orientação e aprovação prévia do voto de qualquer representante da Companhia em assembleias gerais, reuniões de sócios, do conselho de administração ou da diretoria de qualquer das sociedades na quais a Companhia detenha participação, com ou sem controle, constituídas ou a serem constituídas pela Companhia, incluindo a indicação dos administradores de referidas sociedades, sempre que tal decisão seja prerrogativa da Companhia, na condição de sócia ou acionista, na forma do Acordo de Acionistas e desde que não seja a matéria objeto de deliberação de competência do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral; e x. Aprovação da outorga de procurações pela Companhia para a realização de quaisquer atos compreendidos nas matérias previstas nesta Cláusula. **Capítulo VIII - Conselho Fiscal: Artigo 23** - A Companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, que será composto por 4 membros efetivos e 4 membros suplentes, sendo instalado, para um determinado exercício social, mediante deliberação da Assembleia Geral, a qual definirá, também, o valor da remuneração dos seus membros. **§ 1º** - Quando instalado, competirá ao Conselho Fiscal: i. Examinar trimestralmente os livros, as demonstrações contábeis, balancetes, e demais peças elaboradas pelo contador, administrador ou liquidante, sendo de obrigação dos responsáveis pela gestão desses documentos prestar todas as informações solicitadas; ii. Lavrar o livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, emitindo opinião formal sobre a situação econômica e financeira da Companhia; iii. Denunciar erros e fraudes que descobrirem, sugerindo as providências úteis à Companhia; e iv. Convocar a assembleia para deliberar sobre assuntos que entendam relevantes ou que possam alterar o resultado da gestão patrimonial. **§ 2º** - Na deliberação da Assembleia Geral que criar o Conselho Fiscal, eleger-se-ão os membros que comporão o órgão durante seu prazo de vigência, respeitadas as condições de eleição e destituição de conselheiros previstas em Acordo de Acionistas. **Capítulo IX - Acordos de Acionistas: Artigo 24 -** Todos os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições de compra e venda de suas ações ou o direito de preferência da compra das mesmas, o exercício do direito de voto, ou quaisquer outras deliberações relacionadas às condições específicas de investimento, obrigações e apuração de haveres entre os acionistas e condições da formação e operação da Companhia serão sempre observados pela Companhia e pelos acionistas, quando tais acordos forem devidamente registrados na sede da Companhia, na forma do art. 118, da Lei 6.404/76. § Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros, herdeiros e sucessores. **Capítulo IX - Exercício Social e Resultados: Artigo 25** - O exercício social coincide com o ano civil e no seu término a Companhia levantará um balanço geral de suas atividades para apurar o resultado do período, e elaborará as demonstrações financeiras correspondentes para fins de publicação e apreciação pela Assembleia Geral. **Artigo 26** - Do resultado de cada exercício social será deduzido antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Artigo 27** - Do lucro líquido do exercício, depois de deduzidas as despesas operacionais, serão destinados 5%, antes da distribuição de qualquer dividendo, para a constituição da Reserva Legal nos termos da Lei nº 6.404/76, e o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, que estudará e deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício, bem como de outras eventuais reservas de lucros. **Artigo 28** - A Companhia distribuirá os dividendos no valor ou percentual que a Assembleia Geral deliberar, observadas as destinações previstas no Artigo 16, e garantida a distribuição de dividendo mínimo obrigatório no percentual de 25% por cento do lucro líquido após a dedução prevista no Artigo 27. **Artigo 29 -** Salvo as deliberações em contrário da Assembleia Geral, o pagamento dos dividendos, de juros sobre o capital próprio e a distribuição de ações provenientes de aumento de capital serão efetivadas no prazo de 60 dias da data da respectiva deliberação, salvo se deliberado de forma diversa em Assembleia. **§ 1º** - Poderá a Companhia levantar balanços mensais, trimestrais e semestrais, bem como declarar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou nos intermediários, na forma prevista em lei. **§ 2º** - Por deliberação da maioria do capital social, poderá a Companhia distribuir antecipadamente dividendos a seus acionistas. Entretanto, findo o exercício social e sendo apurado prejuízo ou inexistência de dividendos a distribuir, os acionistas que os receberam antecipadamente restituirão integralmente ao caixa da Companhia os valores recebidos. **Capítulo X - Da Liquidação da Companhia: Artigo 30** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação em vigor, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que funcionará nesse período. **Capítulo XI - Disposições Finais: Artigo 31**- Este Estatuto Social admitirá execução específica, nos termos do § 3º do artigo 118 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, independentemente do pagamento de perdas e danos sofridos pelas infrações contra ele praticadas. **§ Único** - Cada acionista terá o direito de requerer ao presidente da Assembleia Geral ou da reunião de Diretoria que declare a invalidade do voto proferido em desacordo com as previsões deste Estatuto Social ou do Acordo de Acionistas e/ou requerer à administração a suspensão ou o cancelamento imediato do registro da transferência de ações de emissão da Companhia efetuado em desacordo com o aqui previsto, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial. **Artigo 32** - A administração da Companhia arquivará na sede social os acordos de acionistas assinado pelas Partes, obrigando-se a cumpri-los integralmente. **Artigo 33** - Quaisquer controvérsias decorrentes do presente Estatuto ou a ele relacionadas serão submetidas, exclusivamente, à Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC), em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil, e supletivamente pelas disposições da Lei nº 9.307, de 23.09.1996, observadas ainda as disposições do Acordo de Acionistas. **Artigo 34** - Sem prejuízo da eficácia da cláusula compromissória, os Acionistas elegem o Foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, para as finalidades exclusivas de buscar medidas cautelares (ou qualquer outro remédio legal que não possa ser obtido ou que não tenha a eficácia necessária segundo a lei de arbitragem brasileira, incluindo, entre outras, a proteção específica fornecida pelo artigo 498 do Código de Processo Civil Brasileiro), cuja concessão seja considerada essencial para assegurar que o autor possa exercer quaisquer direitos que possam ser outorgados através de tal remédio, e para os fins estipulados no art. 7º da Lei nº 9.307/96. **Artigo 35 -** Os Diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. **Artigo 36** - O presente Estatuto Social rege-se pelas disposições da Lei 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ - CINDEPAR

CONCORRÊNCIA N°005/2022 – CINDEPAR

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ – CINDEPAR

CNPJ: 18.273.727/0001-08

CONTRATADA: **RIBER CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ/MF: 32.013.298/0001-60

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de recuperação de estrada vicinais com fornecimento de materiais (cascalho), nos municípios de Araruna-PR, Barbosa Ferraz-PR, Campina da Lagoa-PR, General Carneiro-PR, Goioerê-PR, Guairaça-PR, Jardim Alegre-Pr, Mangueirinha-Pr, Maripá-PR, Nova Cantú-PR, Peabiru-PR, São Jorge do Patrocínio-Pr, todos municípios consorciados ao Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado do Paraná – CINDEPAR, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO n°891186/2019/MDR.

SEGUNDO TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO NO PRAZO DE EXECUÇÃO: É objeto do presente aditamento à prorrogação do prazo de execução contratual, por mais 7 (sete) meses e 24 (vinte e quatro) dias, a contar de **03/05/2024 até 27/12/2024**, com fundamento no Artigo 57, Parágrafo 1°, Inciso VI da Lei N. 8.666/93 e clausula 7.2, alínea ''e'' do Contrato.

SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Edemar Ribeiro dos Santos.

DATA DA ASSINATURA: 23 de abril de 2024.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA:65081820997
Assinado de forma digital por SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA:65081820997
Dados: 2024.04.23 14:02:58 -03'00'

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

Objeto: Registro de preços, objetivando a eventual aquisição de refeições (marmita) para servidores da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Com cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e Ampla Concorrência.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 6
Tipo: Edital de Pregão Eletrônico
Data de início de recebimento de propostas: 24/4/2024
Data fim de recebimento de propostas: 9/5/2024
13h45min (horário de Brasília)
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.
Dois Vizinhos, 23 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO Nº 01/2024 RETIFICADO

A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Recreação, torna pública a presente **Retificação do Edital de Premiação dos vencedores do Festival Gomarábica, através da modalidade Concurso Presencial, do tipo Melhor Conteúdo Artístico.**
Inscrições até 03 de maio de 2024 até às 17h30min.
Maiores informações no site:
http://www.telemacoborba.pr.gov.br/servicos/licitacao/concursos.html
O edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitações ou através do endereço eletrônico:
https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1
Telêmaco Borba,23 de Abril de 2024.
Denise Apª. Mendes Maciel
Agente de Contratação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

MODALIDADE: DISPENSA FÍSICA Nº 04/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2024 E EXTRATO DE CONTRATO. OBJETO: Contratação de serviço com o fito de elaborar documentação técnica para Secretaria Municipal de Educação do Município de Sapopema/Pr. O prefeito Municipal de Sapopema juntamente com a Secretaria Municipal de Industria de Educação torna pública a **DISPENSA FÍSICA** de Licitação, na forma do artigo Artigo 54 § 1º da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal Nºs 57/2024 e 58/2023. **ADJUDICADO: ESLAINE MORAIS CHAVES – ME. CNPJ:** 44.353.393/0001-92**- CONTRATO:** 65/2024. **EXECUÇÃO:** Conforme o Termo de Referencia-**VIGENCIA:** 03 (três) meses.**VALOR DE R$:** 8.000,00 (oito mil reais). Sapopema-Pr, 22 de abril de 2024. **Paulo Maximiano de Souza Junior- Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

Objeto: Contratação de empresa para a Aquisição um Caminhão para Coleta Seletiva de Recicláveis para a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo do Tenente – PR., Data de abertura e julgamento das propostas: 08/05/2024, às 9h. O edital está disponível na página bllcompras.com e no site https://www.campodotenente.pr.gov.br/. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, à Av. Miguel Komarchewski, nº 900, Centro, Campo do Tenente/PR - Fone: (41) 3628-1795, e-mail licitacaoctpr@gmail.com.
Campo do Tenente, 23 de abril de 2024.
Weverton Willian Vizentin- Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
Secretaria de Planejamento Finanças e Gestão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024-PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 91/2024-PMM

AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSLADO PARA PACIENTES ENVIADOS A CIDADE DE CURITIBA – PR, SENDO TODOS ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 13/05/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 13/05/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 13/05/2024.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.compras.gov.br
Sitio: www.mandaguari.pr.gov.br
FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.
INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8440 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari, 23 de abril de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024

Objeto: Registro de Preços, objetivando a eventual prestação de serviços especializados em manutenção e instalação de aparelhos de ar condicionado – Exclusivo para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Local: Dois Vizinhos/PR
Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR
Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 6
Tipo: Edital de Pregão Eletrônico
Data de início de recebimento de propostas: 24/4/2024
Data fim de recebimento de propostas: 9/5/2024
8h15min (horário de Brasília)
Fonte: Compras.gov.br
O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.
Dois Vizinhos, 23 de abril de 2024.
Luis Carlos Turatto
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

O Município de Inácio Martins/PR torna público que fará realizar, às 09h00mim horas do dia 13 de maio do ano de 2024, na plataforma do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível em www.bll.org.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Itapará	Construção de barracão para cobertura de playground existente	509,55 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura , disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima e na plataforma do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível em www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Inácio Martins/PR, 23 de Abril de 2024.
EDEMETRIO BENATO JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

O Município de Inácio Martins/PR torna público que fará realizar, às 09h00min horas do dia 13 de maio do ano de 2024, na plataforma do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível em www.bll.org.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede do município	Pavimentação de vias urbanas em CBUQ	14.085,31 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura , disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima e na plataforma do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, disponível em www.bll.org.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Inácio Martins/PR, 23 de Abril de 2024.
EDEMETRIO BENATO JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 007/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO DIGITAL Nº 32157/2023 - PREGÃO Nº 003/2023
PROCESSO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº007/2024
PROCESSO DIGITAL Nº 46437/2024

CONTRATANTE: **Companhia Municipal de Habitação de Araucária - COHAB ARAUCÁRIA**

CONTRATADA: TOPOTÉCNICA SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

CNPJ: 02.615.288/0001-34

OBJETO: Contratação de serviços de levantamento planialtimétrico (topografia) e demarcação física dos vértices do terreno com implantação de estacas, conforme Termo de Referência do Pregão Eletrônico Nº 003/2023, para atender às necessidades da Companhia.

VALOR: **R$ 54.210,00 (Cinquenta e quatro mil, duzentos e dez reais),** para o período de 12 (doze) meses, sendo **R$ 0,39 (Trinta e nove centavos),** o valor do m².

PRAZO: Fica prorrogado o prazo de execução e o prazo de vigência a partir do dia 17 de abril de 2024, para até o dia 16 de abril de 2025.

Araucária, 23 de abril de 2024.

LUCINIO LEONIDAS GREBOS
Diretor Presidente

BRADO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ 03.307.926/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Brado Logística S.A., doravante "Companhia", relativas ao exercício de 2023 com os respectivos relatórios dos auditores.

APRESENTAÇÃO

Criada em 2011, a Brado Logística S.A é referência em serviços de logística multimodal. Tem estrutura própria composta por 20 locomotivas, mais de 5 mil contêineres e 2,2 mil vagões, equipamentos, armazéns e terminais, complementadas por meio de parcerias estratégicas nos principais centros de consumo do país. Com atuação cada vez mais adaptada às necessidades do mercado de importação, exportação e mercado interno, a empresa preza pela excelência na movimentação de contêineres no Brasil, focada na integração multimodal.

A Brado acredita no movimento como forma de evolução e, em 2023, continuou progredindo. Foram 437.024 TEU's (Unidade Equivalente de Transporte) movimentadas de janeiro a dezembro, se consolidando como o melhor ano da Brado, com 12.524 TEU's a mais em comparação a 2022. Esses números significativos representam o resultado da aplicação da solução logística multimodal da Brado, visando alternativas mais eficientes e inovadoras referentes ao custo-benefício e à sustentabilidade, com qualidade e segurança.

Janeiro registrou um recorde na movimentação de milho, com mais de 2 mil contêineres transportados pela Brado. O milho saiu de Rondonópolis (MT) com destino a Sumaré (SP), conectando o maior polo produtor de milho do país à região mais industrializada.

Nos meses de março e maio, houve recorde no transporte de frango congelado, com mais de 3 mil contêineres em cada mês. Originários de Cambé (PR) e Cascavel (PR), esses produtos foram direcionados ao porto de Paranaguá para exportação, sendo a ponte para diversos países, com destaque para China, África do Sul, Japão, Emirados Árabes Unidos, Filipinas e México.

Em agosto, outro recorde foi registrado, desta vez na movimentação de papel e celulose do projeto KBT, uma parceria entre a Klabin, a Brado e o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). Mais de 1.700 contêineres foram transportados de Ortigueira ao Porto de Paranaguá.

Nesse mesmo mês, a Brado alcançou outro marco significativo, com mais de 10 mil contêineres movimentados, considerando suas operações nos mercados de exportação, importação e interno. Este recorde foi alcançado em 31 de agosto, totalizando 10.137 contêineres transportados. Em setembro foi atingido o segundo melhor resultado, com 10.132 contêineres.

Também em setembro, a Brado realizou sua primeira viagem comercial pela Ferrovia Norte-Sul, conectando Goiás ao Porto de Santos. Esta viagem inaugural, ainda em fase de testes, transportou insumos industriais e defensivos agrícolas da China, Estados Unidos e Europa de Santos a Anápolis (GO). Este evento marcou um momento histórico para a infraestrutura brasileira, uma vez que a rota era aguardada há quase 40 anos e promete alavancar o crescimento da região.

A Brado recebeu em outubro a certificação ABR-LOG, da Abrapa e Anea, destacando seu compromisso com a qualidade e integridade no transporte de algodão. A auditoria em seu terminal de Rondonópolis (MT) obteve 100% de aprovação, demonstrando sua dedicação às boas práticas socioambientais e à qualidade do produto. Essa conquista ressalta a busca contínua da Brado pela excelência operacional e fortalece a reputação do algodão brasileiro no mercado global.

Além de todas as conquistas, vale também destacar que, de janeiro a dezembro de 2023, os clientes da Brado deixaram de emitir cerca de 300 mil toneladas de gás carbônico ao movimentarem mais de 437 mil TEU's. O CO_2 evitado equivale à emissão anual de cerca de 63 mil automóveis e seriam necessárias mais de 2 milhões de árvores para absorver todo esse carbono.

RESULTADOS APRESENTADOS

A Brado anuncia os resultados de 2023 com um faturamento de R$ 650.667 milhões.
O EBITDA consolidado atingiu o valor de R$ 128.392 milhões, com uma margem de 23% (vs 21% em 2022).
A companhia gerou EBITDA de R$ 171.726 milhões no negócio Intermodal, R$ 8.686 milhões nas unidades de serviços e um custo corporativo de R$ 52.022 milhões.
A Brado transportou na ferrovia 109 mil contêineres, volume histórico para a companhia.
No corredor Larga, houve um aumento de 2% em volume de contêineres, sendo a exportação de algodão um dos destaques, devido ao crescimento do market share. O mercado interno foi responsável por 26% da movimentação geral da Brado, sendo o milho principal produto desse mercado.
No corredor Paraná, houve um crescimento de 3% em volume no mercado de exportação, motivado principalmente pelo projeto KBT e demanda de carga congelada.
Em 2023, a Brado iniciou suas operações no corredor Central, sendo a primeira viagem feita no fluxo de importação, de Santos a Anápolis (GO), levando insumos para a indústria e defensivos agrícolas vindos da China, Estados Unidos e Europa. No total, foram movimentados 413 contêineres pelo novo trecho.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, a companhia prevê mais um ano de crescimento, com perspectivas que envolvem o estabelecimento e expansão das operações do corredor Central, entre Anápolis (GO) x Santos (SP) no mercado externo, além dos demais corredores.
Há uma expectativa de crescimento no corredor Paraná, ancorado pelo projeto KBT no fluxo de Ortigueira até Paranaguá. E no corredor Norte é previsto manter os patamares do volume performado em 2023, focando, principalmente, no ganho de market share dos clientes do mercado de pluma de algodão, carne bovina e grãos. Para o mercado interno, espera-se mais um ano de crescimento no sentido de São Paulo até Mato Grosso, em especial nos mercados de insumos agrícolas, nutrição animal e produtos de higiene e limpeza.
De modo geral, os objetivos para 2024 estão concentrados em dar continuidade ao crescimento nos mercados de atuação, com foco total em inovação, sustentabilidade e segurança das operações e de seus colaboradores. Para isso, a companhia continua fazendo logística multimodal eficiente, atenta às principais necessidades do mercado, e ao desenvolvimento do país, sendo cada vez mais a melhor distância entre quem produz e gente que consome.
Por fim, a Brado agradece aos colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e órgãos colegiados que têm apoiado os projetos da companhia com compromisso e dedicação.

Marcelo Terra Saraiva
Diretor Presidente

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**68.256**	43.935
Contas a receber	6	**156.391**	131.935
Estoques		**3.544**	3.411
Impostos a recuperar	7	**57.082**	54.924
Partes relacionadas	14	**6.354**	12.045
Despesas antecipadas		**7.106**	11.212
Adiantamentos a fornecedores e funcionários		**4.546**	11.097
Outras contas a receber	8	**9.356**	9.497
Total do ativo circulante		**312.635**	278.056
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	**427**	5.718
Depósitos judiciais	16	**17.882**	17.800
Impostos a recuperar	7	**4.423**	2.115
Outras contas a receber	8	**27.154**	32.594
Impostos diferidos	15	**10.933**	3.385
		60.819	61.612
Imobilizado	9	**536.927**	557.142
Intangível	10	**17.124**	10.392
Direito de uso	11	**118.581**	156.557
		672.632	724.091
Total do ativo não circulante		**733.451**	785.703
Total do ativo		**1.046.086**	1.063.759

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**63.798**	39.019
Empréstimos e financiamentos	13	**32.092**	109.051
Adiantamento de clientes	20	**27.826**	30.799
Obrigações tributárias		**4.266**	4.014
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**46**	46
Obrigações sociais e trabalhistas		**16.883**	10.569
Partes relacionadas	14	**19.155**	10.139
Outras contas a pagar		**268**	2.835
Risco sacado a pagar	17	**15.916**	21.426
Arrendamentos a pagar	18	**43.804**	42.242
Total do passivo circulante		**224.054**	270.140
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	**190.000**	111.419
Impostos diferidos	15	**-**	-
Provisão para contingências	16	**16.229**	16.024
Arrendamentos a pagar	18	**83.750**	121.214
Total do passivo não circulante		**289.979**	248.657
Patrimônio líquido			
Capital social	19	**81.030**	81.030
Reserva de capital		**473.380**	470.025
Resultados acumulados		**(22.357)**	(6.093)
Total do patrimônio líquido		**532.053**	544.962
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.046.086**	1.063.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social	**(23.812)**	(41.691)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	**43.176**	36.217
Depreciação do direito de uso	**43.310**	39.418
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	**8.998**	19.001
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	**3.002**	2.012
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos sobre empréstimos e financiamentos	**30.202**	24.490
Juros sobre arrendamentos	**12.541**	14.015
Rendimento aplicações em títulos e valores mobiliários	**(318)**	(698)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	**308**	751
Perda por saldos prescritos de impostos	**6.022**	-
Reversão de impairment sobre ativo imobilizado	**(1.692)**	(402)
Opções outorgadas reconhecidas	**3.355**	2.637
	125.092	95.750
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**(24.764)**	(4.721)
Impostos a recuperar	**(10.652)**	(5.825)
Despesas antecipadas	**(4.106)**	(3.510)
Adiantamento a fornecedores e funcionários e outras contas a receber	**6.132**	(21.352)
Estoques	**(133)**	400
Depósito judicial	**(82)**	(436)
Fornecedores	**11.387**	(15.177)
Obrigações sociais e trabalhistas	**6.314**	(1.650)
Partes relacionadas	**14.707**	(7.585)
Obrigações tributárias e imposto de renda e cssl a pagar	**252**	105
Outras contas a pagar	**(11.050)**	(7.622)
	121.310	28.377
Demandas judiciais pagas	**(8.793)**	(19.927)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**112.517**	8.450
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado, software e outros intangíveis	**(17.611)**	(4.125)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	**(414)**	(514)
Resgates de títulos e valores mobiliários	**6.186**	1.314
Venda de imobilizado	**6.000**	6.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	**(5.839)**	2.675
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Captações de novos empréstimos e financiamentos	**30.000**	50.000
Amortizações de empréstimos e financiamentos (principal)	**(19.219)**	(21.952)
Amortizações de empréstimos e financiamentos (juros)	**(39.361)**	(12.784)
Amortização de arrendamento IFRS 16 (principal)	**(53.777)**	(49.451)
Dividendos pagos	**-**	(413)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(82.357)**	(34.600)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**24.321**	(23.475)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**43.935**	67.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**68.256**	43.935
Aumento (redução) em disponibilidades e valores equivalentes	**24.321**	(23.475)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	20	**564.009**	462.863
Custos dos serviços prestados	21	**(492.791)**	(408.031)
Resultado bruto		**71.218**	54.832
Despesas gerais e administrativas	21	**(43.619)**	(36.550)
Despesas comerciais	21	**(9.092)**	(7.932)
Outras receitas líquidas	22	**22.549**	11.157
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**41.146**	21.507
Receitas financeiras	23	**1.541**	5.974
Despesas financeiras	23	**(66.498)**	(69.172)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**(64.957)**	(63.198)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(23.812)**	(41.691)
Imposto de renda e contribuição social	15	**7.548**	13.756
Resultado líquido do exercício		**(16.263)**	(27.935)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Resultado do exercício	**(16.263)**	(27.935)
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultados abrangentes total do exercício	**(16.263)**	(27.935)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de capital		Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva de ágio	Opções outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		81.030	464.729	2.659	10.445	11.397	-	570.260
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	**(27.935)**	**(27.935)**
Destinação do resultado:								
Reserva para retenção de lucro	19.f	-	-	-	-	(11.397)	11.397	-
Opções outorgadas reconhecidas	19.c	-	-	2.637	-	-	-	2.637
Em 31 de dezembro de 2022		81.030	464.729	5.296	10.445	-	(16.538)	544.962
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	**(16.263)**	**(16.263)**
Opções outorgadas reconhecidas	19.c	-	-	**3.355**	-	-	-	**3.355**
Em 31 de dezembro de 2023		**81.030**	**464.729**	**8.651**	**10.445**	-	**(32.801)**	**532.053**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Brado Logística S.A. ("Companhia"), localizada à Rua Emílio Bertolini, nº 100, em Curitiba (PR), tem como objetivo social atuar no mercado de contêineres dentro do Brasil, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem ao grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada.
Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade nos serviços, por meio de soluções logísticas customizadas que integram diferentes modais, terminais multimodais e armazéns. Possui também, armazenagem de cargas *reefer* e *dry*, distribuição, redex, vigiagro e habilitações para os mercados internacionais.
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia opera em aproximadamente 12 terminais intermodais rodoferroviários (próprios e de terceiros) e em três armazéns secos e um pátio de madeira, localizados no Paraná, São Paulo e Mato Grosso, além de possuir um EADI (Estação Aduaneira Interior) em Bauru, Estado de São Paulo. Possui também quatro escritórios, que estão instalados em Curitiba, São Paulo, Cuiabá e Anápolis.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis
2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de abril de 2024.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras são mensuradas e usa-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda R$ (real), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.3. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.
As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
(a) Notas 9 e 10 - Imobilizado e intangível: principais premissas da estimativa da vida útil de ativos do imobilizado e intangível;
(b) Nota 11 - Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento: principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos.
(c) Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: o julgamento da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal;
(d) Nota 16 - Provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
2.4. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os ativos de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo por meio do resultado.
2.5. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.
2.6. Aplicações financeiras
As aplicações financeiras estão concentradas em sua totalidade em ativos de renda fixa, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São ativos que apresentam baixo risco.
A Companhia aplica principalmente em ativos de curto prazo e com alta liquidez, devido ao grande volume de investimentos realizados.
Os ativos são distribuídos em algumas instituições financeiras, a fim de evitar concentração de capital. Todas as instituições que selecionadas pela Companhia atendem ao rating de risco solicitado pela política da Companhia.
2.7. Instrumentos financeiros
Classificação e mensuração
De acordo com o CPC 48, os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são exclusivamente compostos de pagamentos de principal e juros foi realizada com base nos fatos e circunstâncias existentes no reconhecimento inicial dos ativos.
A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Redução ao valor recuperável
O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Para o contas a receber, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.
Ativos financeiros
i) *Reconhecimento inicial e mensuração*
A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.
Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.
ii) *Mensuração subsequente*
A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado
São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.
Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.
Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.
Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros
O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.
Passivos financeiros
i) *Reconhecimento inicial e mensuração*
Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.
ii) *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros*
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.
2.8. Contas a receber
As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente, quando relevante, e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.
2.9. Receita de contrato com cliente
O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém

continua na próxima página ---->

o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.
O CPC 47 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:
Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
Passo 3: Determinar o preço da transação;
Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.
A Companhia satisfaz a sua obrigação de desempenho na prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão do serviço é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos, transferindo naquele momento o controle dos bens.
O quadro com a abertura da receita líquida de vendas e atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente está apresentada na Nota Explicativa nº 20.
2.10. Receitas e despesas financeiras
A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
2.11. Imobilizado
i) Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.
ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.
iii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de imobilizado	Taxa anual
Edificações	25 anos
Instalações, benfeitorias em terminais ferroviários e em propriedade de terceiros, silos, ferramentas, câmaras frigoríficas e outros	4-10 anos
Máquinas e equipamentos	2,5 -10 anos
Locomotivas	25 anos
Vagões	30 anos
Desvio ferroviário	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
2.12. Intangível
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As taxas utilizadas para amortização dos intangíveis estão demonstrados na Nota Explicativa nº 10.
2.13. Redução ao valor recuperável (impairment)
i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
Ativos de contrato.
A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.
A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".
As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplemento dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.
Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).
As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.
As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou revisão anual e não identificou indicadores adicionais de impairment. Adicionalmente a Companhia observou melhoras nos indicadores que motivaram a provisão para impairment incorrida em períodos anteriores, efetuando teste de recuperabilidade e revertendo o saldo de R$ 1.692, vide nota explicativa N° 9.
2.14. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.
2.15. Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
2.16. Arrendamentos
A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
Companhia como arrendatária
A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.13.
Passivos de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
2.17. Impostos
i) Impostos sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquotas
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	7% a 18%
Imposto sobre Serviços - ISS	2% a 5%
Programa Integração Social - PIS	0,65% a 1,65%
Contribuição para Seguridade Social - COFINS	4% a 7,60%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado, com exceção do PIS/COFINS sobre receitas financeiras, que são apresentados como dedução do resultado financeiro. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.
ii) Imposto de renda e contribuição social correntes
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
iii) Impostos diferidos
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:
Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.
Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.
2.18. Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.
Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.
i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
2.19. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.
2.20. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no patrimônio líquido quando pagos, ou na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.
2.21. Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
2.22. Subvenções e assistências governamentais
As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.
2.23. Moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.
Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.
2.24. Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.
Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja Nota Explicativa nº 3.1).
Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.
Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.
A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.
2.25. Demonstração dos fluxos de caixa
A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.
3. Gestão de risco financeiro
3.1. Instrumentos financeiros por categoria
Os ativos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5	**427**	5.718
		427	5.718
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**68.256**	43.935
Contas a receber de clientes	6	**156.391**	131.935
Recebíveis de partes relacionadas	14	**6.354**	12.045
Outros recebíveis		**48.162**	64.400
		279.163	252.315
Total ativos financeiros		**279.590**	258.033

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.
Os passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	12	**63.798**	39.019
Empréstimos e financiamentos	13	**222.092**	220.470
Contas a pagar para partes relacionadas	14	**19.155**	10.139
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		**28.094**	33.634
Risco sacado a pagar	17	**15.916**	21.426
Total passivos financeiros		**349.055**	324.688

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.
3.2. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia os expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela administração. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.
Nos períodos de 2022 e 2023, a Companhia não efetuou operação com instrumentos financeiros derivativos, para fins de gerenciamento de risco financeiro.
a) Risco de mercado
i) *Risco cambial*
O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio é praticamente nula em seus investimentos por operar internacionalmente apenas com fornecedores de máquinas e equipamentos não industrializados e comercializados no território nacional em situações pontuais.
Em suas operações de transporte intermodal nas rotas Brasil - Inglaterra, Alemanha e Singapura, a Companhia se expõe a risco cambial uma vez que seus serviços são precificados em moeda estrangeira (Dólar Americano) convertida para Reais na data de faturamento. Isto ocorre pelo fato de ser um serviço de transporte internacional e esta é a prática usual de todo o mercado.
A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2023		2022	
	Em milhares de dólares norte-americanos	Em milhares de reais	Em milhares de dólares norte-americanos	Em milhares de reais
Contas a receber de clientes (*)	**9.992**	**48.373**	9.003	46.975
Exposição líquida	**9.992**	**48.373**	9.003	46.975

(*) Os valores apresentados são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2023 no valor de R$ 4,8413 (R$5,2177 em 31 de dezembro de 2022).
Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio
O cenário provável normalmente é definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 29 de dezembro de 2023, que estabelece o encerramento do exercício. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.
Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 29 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/US$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)					
		Cenários				
	29/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Em 29 de dezembro de 2023	**4,8413**	4,8413	6,0516	7,2620	3,6310	2,4207

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

		Cenários				
	Fator de risco	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	**48.373**	**12.093**	**24.187**	**(12.093)**	**(24.187)**
Impactos no resultado do exercício		**48.373**	**12.093**	**24.187**	**(12.093)**	**(24.187)**

ii) *Risco de taxa de juros*
Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, aprovadas pela administração. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.
Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros
A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

			Cenários			
	Principal	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição taxa de juros (i)						
Aplicações financeiras	**67.947**	**7.916**	**1.979**	**3.958**	**(1.979)**	**(3.958)**
Títulos e valores mobiliários	**427**	**50**	**13**	**25**	**(13)**	**(25)**
Empréstimos e financiamentos	**222.092**	**(25.874)**	**(6.469)**	**(12.937)**	**6.469**	**12.937**
Impactos no resultado do exercício			**(4.477)**	**(8.954)**	**4.477**	**8.954**

(i) Índice de CDI considerado: 11,65% a.a. foi obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado.
b) Risco de crédito
A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
c) Risco de liquidez
É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalentes de caixa	**68.256**	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	**427**	-	-
Contas a receber de clientes	**156.391**	-	-	-
Demais contas a receber	**48.162**	**6.000**	-	-
Fornecedores	**63.798**	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	**32.092**	**70.000**	**120.000**	-
Outros passivos	**28.094**	-	-	-
Risco sacado	**15.916**	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalentes de caixa	43.935	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	534	5.184	-	-
Contas a receber de clientes	131.935	-	-	-
Demais contas a receber	52.400	6.000	6.000	-
Fornecedores	39.019	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	109.051	21.395	70.024	20.000
Outros passivos	33.634	-	-	-
Risco sacado	21.426	-	-	-

3.3. Gestão de capital
O objetivo principal de administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.
A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições

continua na próxima página ---->

econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.
O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. As variáveis utilizadas para os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser sumarizados conforme abaixo. Como a Companhia não apresenta situação de caixa líquido, os respectivos índices de alavancagem estão sendo apresentados.

	2023	2022
Total de empréstimos bancários	**222.092**	220.470
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(68.256)**	(43.935)
(-) Títulos e valores mobiliários	**(427)**	(5.718)
Dívida (caixa) líquido	**153.409**	170.817
Total do patrimônio líquido	**532.053**	544.962
Grau de alavancagem financeira	**28,83%**	31,34%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	**309**	1.465
Aplicações financeiras (CDB)	**67.947**	42.470
	68.256	43.935

As aplicações financeiras estão concentradas em sua totalidade em ativos de renda fixa, com remuneração atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição

	2023	2022
Caixa restrito no ativo não circulante (i)	**427**	5.718
	427	5.718

(i) Aplicação financeira vinculada a contratos de fiança bancária com vigência de dois anos, indexadas pela DI. A variação de 2022 para 2023 é referente a quitação dos FINAMES em 2023 e o desbloqueio do caixa restrito, sendo saldo incorporado nas aplicações financeiras de curto prazo.

b) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**5.718**	5.898
Aplicações	**413**	514
Resgates	**(6.186)**	(1.314)
Rendimentos	**318**	698
IRRF	**164**	(78)
Saldo final	**427**	5.718

6. Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Nacionais	**117.256**	93.890
Estrangeiros	**48.372**	46.975
	165.628	140.865
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		
Nacionais	**(8.374)**	(8.067)
Estrangeiros	**(863)**	(863)
	(9.237)	(8.930)
	156.391	131.935

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

	2023	2022
A vencer	**140.650**	114.358
Vencidos até 30 dias	**4.548**	5.437
Vencidos de 31 a 90 dias	**6.232**	4.013
Vencidos de 91 a 180 dias	**2.318**	1.856
Vencidos de acima de 181 dias	**11.880**	15.201
	165.628	140.865

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias sem tratativas em andamento com o cliente e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. A movimentação dos saldos de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está representada no quadro abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	**(8.930)**	(8.179)
Adições	**(584)**	(878)
Baixas	**277**	127
Saldo final	**(9.237)**	(8.930)

7. Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS e COFINS (i)	**39.616**	31.652
IRPJ e CSLL (ii)	**-**	6.022
IRRF (iii)	**5.948**	4.625
ICMS (iv)	**13.751**	11.524
FUNDAF (v)	**-**	1.025
Outros	**2.191**	2.191
	61.505	57.039
Circulante	**57.082**	54.924
Não circulante	**4.423**	2.115

(i) PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição Financeira da Seguridade Social: correspondem aos valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens do ativo imobilizado, e créditos extemporâneos referente a custos de (seguros de cargas, pedágio e rastreamento) dos períodos de 2013 a 2017, a ser compensado com débitos de tributos federais nos próximos períodos.
(ii) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: créditos originados de saldo antecipados durante o ano de IRPJ e CSLL.
(iii) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte: corresponde aos valores de créditos originados da retenção direta do tributo sobre os rendimentos com aplicações financeiras da Companhia.
(iv) ICMS - Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços: créditos originados da operação de armazenagem da Companhia.
(v) FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização: a filial Brado Bauru nas características de EADI (Estação Aduaneira Interior) teve sentença favorável para restituição, contra a ré União.

8. Outras contas a receber

	2023	2022
Venda de imobilizado (i e ii)	**32.040**	38.040
Outros (iii)	**4.470**	4.051
	36.510	42.091
Circulante	**9.356**	9.497
Não circulante	**27.154**	32.594

(i) No ano de 2021 foram vendidas 16 empilhadeiras no montante de R$18.000 as quais estão sendo pagas de forma parcelada no prazo de 36 meses. Em 2022 e 2023 houve o recebimento acumulado de R$12.000.
(ii) O valor de R$26.040 é referente a venda do armazém frigorificado de Cambé realizada em 2020, conforme contrato o valor será recebido após toda a escrituração ser realizada, devido a isso o valor está alocado em outras contas a receber a longo prazo.
(iii) Valores referentes a despesas antecipadas, previsão de recebimento de seguradoras e multas a receber por quebras contratuais.

9. Imobilizado

	Câmaras frigoríficas	Instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria terminais ferroviários	Edificações	Silos	Benfeitoria em propriedade de terceiros (i)	Terrenos	Vagões	Locomotivas	Desvio ferroviário	Outros	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022														
Saldo inicial	1.963	30.888	17.464	6.751	70.325	6.234	10.947	23.575	220.115	88.550	17.922	34.922	44.742	574.398
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.598	21.598
Baixas	(1)	-	(5)	-	-	-	-	-	(1.892)	-	-	(114)	-	(2.012)
Transferências	-	7.062	7.827	-	27.483	377	1	-	692	(11)	11.968	3.258	(62.377)	(3.720)
(-)Impairment	-	-	-	-	402	-	-	-	-	-	-	-	-	402
Depreciação	(408)	(4.461)	(3.189)	(2.695)	(3.903)	(544)	(1.142)	-	(9.046)	(4.678)	(1.049)	(2.409)	-	(33.524)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	3.963	557.142
Em 31 de dezembro de 2022														
Custo	16.280	67.990	47.324	49.650	123.057	8.853	21.973	23.575	268.841	116.959	34.283	52.350	3.963	835.098
Depreciação acumulada	(14.726)	(34.501)	(25.227)	(45.594)	(28.750)	(2.786)	(12.167)	-	(58.972)	(33.098)	(5.442)	(16.693)	-	(277.956)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	3.963	557.142
Em 1º de janeiro de 2023														
Saldo inicial	**1.554**	**33.489**	**22.097**	**4.056**	**94.307**	**6.067**	**9.806**	**23.575**	**209.869**	**83.861**	**28.841**	**35.657**	**3.963**	**557.142**
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31.003**	**31.003**
Baixas	**-**	**(122)**	**(1.481)**	**-**	**(31)**	**(239)**	**-**	**-**	**(1.110)**	**-**	**-**	**(19)**	**-**	**(3.002)**
Transferências (i)	**(1.280)**	**(858)**	**4.858**	**-**	**(8.071)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**738**	**19.503**	**(25.327)**	**5.707**
(-)Impairment	**0**	**722**	**33**	**-**	**937**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.692**
Depreciação	**(245)**	**(4.332)**	**(2.074)**	**(1.187)**	**(3.871)**	**(523)**	**(961)**	**-**	**(8.957)**	**(4.678)**	**(1.376)**	**(11.267)**	**-**	**(39.471)**
Saldo contábil, líquido	**29**	**28.899**	**23.433**	**2.869**	**83.271**	**5.305**	**8.845**	**23.575**	**199.802**	**79.183**	**28.203**	**43.874**	**9.639**	**479.129**
Em 31 de dezembro de 2023														
Custo	**13.308**	**58.176**	**45.723**	**49.650**	**104.564**	**8.433**	**21.941**	**23.575**	**267.173**	**116.959**	**35.021**	**83.361**	**9.639**	**837.613**
Depreciação acumulada	**(13.279)**	**(29.277)**	**(22.290)**	**(46.781)**	**(21.293)**	**(3.128)**	**(13.096)**	**-**	**(67.371)**	**(37.776)**	**(6.818)**	**(39.487)**	**-**	**(300.596)**
Saldo contábil, líquido	**29**	**28.899**	**23.433**	**2.869**	**83.361**	**5.305**	**8.845**	**23.575**	**199.802**	**79.183**	**28.203**	**43.874**	**9.639**	**536.927**

(i) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R$10.437 (R$3.720 em 2022). Vide nota 10.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia fez a revisão do valor recuperável dos ativos de vida útil, onde foi identificado a necessidade de reverter a provisão de impairment no valor de R$1.692 (R$ 402 em 31 de dezembro de 2022). O valor recuperável de R$76.701 foi baseado no valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) relacionado as unidades de serviço da Companhia, considerando a taxa de desconto 17,99% aplicada ao fluxo de caixa projetado.
No decorrer do exercício, houve investimentos em Imobilizado no montante de R$31.003, sendo que os principais itens foram em melhorias na infraestrutura e instalações dos Terminais e aquisições de equipamentos.
Em junho 2023, foram baixados quatorze vagões devido a venda. O valor correspondente à baixa residual de imobilizado foi de R$1.109.
Durante o período houve adições de imobilizado que não afetaram o caixa da Companhia:

	Nota	2023	2022
Fornecedores a pagar		**13.392**	15.355
Juros capitalizados	12	**-**	2.118
Total		**13.392**	17.473

10. Intangível

	Direito de uso de software	Software	Outros	Intangível em formação	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	2.547	5.889	103	826	9.365
Aquisições	-	-	-	-	-
Transferências(*)	2	2.260	1.338	120	3.720
Amortização	(995)	(1.682)	(16)	-	(2.693)
Saldo contábil, líquido	1.554	6.467	1.425	946	10.392
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	**1.554**	**6.467**	**1.425**	**946**	**10.392**
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências(*)	**95**	**11.064**	**224**	**(946)**	**10.437**
Amortização	**(954)**	**(2.438)**	**(313)**	**-**	**(3.705)**
Saldo contábil, líquido	**695**	**15.093**	**1.336**	**0**	**17.124**
Taxas médias ponderadas de amortização em %	**20,0%**	**20,0%**	**10,0%**	**0,0%**	**-**

(*) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R$10.437 Vide nota 9.

11. Ativo de direito de uso

	Aluguel de imóveis	Veículos	Terminais logísticos	Equipamentos de TI	Contêineres	Total
Em 1º de janeiro de 2022	37.381	95	22.097	-	71.567	131.140
Despesas de amortização do exercício	(11.851)	(129)	(1.660)	(12.177)	(13.601)	(39.418)
Adições (*)	2.433	34	3.543	44.558	14.840	65.408
Baixas	(573)	-	-	-	-	(573)
Em 31 de dezembro de 2022	27.390	-	23.980	32.381	72.806	156.557
Em 1º de janeiro de 2023	**27.390**	**-**	**23.980**	**32.381**	**72.806**	**156.557**
Despesas de amortização do exercício	**(12.611)**	**(128)**	**(1.787)**	**(15.197)**	**(13.588)**	**(43.311)**
Adições (*)	**491**	**467**	**-**	**2.919**	**2.089**	**5.966**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(631)**	**-**	**(631)**
Em 31 de dezembro de 2023	**15.270**	**339**	**22.193**	**19.472**	**61.307**	**118.581**

(*) Em 2023 foram adicionados ao direito de uso o valor de R$5.966 (2022 R$65.408), referente a constituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram no fluxo de caixa da Companhia.

12. Fornecedores

	2023	2022
Transportes rodoviários	**28.881**	22.452
Infraestrutura	**10.490**	5.869
Terminais portuários	**9.098**	1.771
Seguros	**1.376**	16
Manutenção	**521**	1.208
Ativos rodantes	**2.562**	1.490
Diversos	**10.870**	6.213
	63.798	39.019

13. Empréstimos e financiamentos

a) Saldos de empréstimos e financiamentos (moeda nacional)

	Indexador	Taxa média anual de juros	2023	2022
FINAME	TJLP/PRÉ	4,65%	**-**	9.240
Nota de Crédito Exportação	CDI	15,04%	**222.092**	211.230
			222.092	220.470
Passivo circulante			**32.092**	109.051
Passivo não circulante			**190.000**	111.419

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo;
CDI - Certificado de Depósito Interbancário;
PRÉ - Juros pré-fixados.

b) Cronograma de amortização da dívida
Os vencimentos das parcelas (principal) vencíveis a longo prazo podem ser assim demonstradas:

	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2023	**70.000**	**120.000**	**-**	**190.000**

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os equipamentos adquiridos, notas promissórias e recebíveis. Além disso, nos contratos captados diretamente com o BNDES existe a exigência de contratação de instrumento de fiança bancária. Os empréstimos e financiamentos para investimento nos terminais intermodais têm como garantia os recebíveis.
As movimentações de empréstimos e financiamentos são a seguir apresentadas:

	2023	2022
Saldo inicial	**220.470**	178.598
Captações	**30.000**	50.000
Atualização juros (*)	**30.202**	26.608
Pagamento principal	**(19.219)**	(21.952)
Pagamento juros	**(39.361)**	(12.784)
Saldo final	**222.092**	220.470

(*) Em 2022 foram capitalizados no imobilizado o montante de R$2.118, referente a juros sobre imobilizado em andamento. Em 2023 não houve capitalização de juros sobre obras em andamento. Vide Nota 9.

c) Cláusulas contratuais (“covenants”)
A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes em contratos de empréstimos com uma instituição financeira, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Em caso de descumprimento de alguma dessas cláusulas restritivas, a instituição pode exigir a quitação imediata das parcelas em aberto. Os indicadores financeiros consistem em Dívida líquida/EBITDA (Lucro antes das despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendeu a todos os indicadores.

14. Partes relacionadas

Os saldos entre partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022
Logispot Armazéns Gerais S.A.				
Contas a receber	**-**	-	**-**	-
Contas a pagar	**-**	-	**539**	993
Raízen Energia S.A.				
Contas a pagar	**-**	-	**661**	782
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.				
Contas a pagar	**-**	-	**15**	8
Contas a receber	**121**	128	**-**	-
Rumo S.A.				
Contas a receber (i)	**6.233**	11.917	**-**	-
Contas a pagar	**-**	-	**17.940**	8.356
	6.354	12.045	**19.155**	10.139

(i) Refere-se a valores a receber a título de multas incidentais, contingências rodoviárias, indenizações, locação de salas e disponibilidade de quilograma-força (kgf).
As transações comerciais entre partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	Compra de serviços 2023	Compra de serviços 2022	Venda de serviços 2023	Venda de serviços 2022
Rumo S.A.	**139.725**	132.504	**32.475**	13.661
Logispot Armazens Gerais S.A.	**6.846**	6.502	**-**	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	**86**	76	**481**	457
WX Energy	**215**	1.267	**-**	-
Raízen Combustíveis S.A.	**4.969**	6.370	**-**	-
	151.841	146.719	**32.956**	14.118

a) Operações comerciais
A Companhia realiza parcela significativa de suas operações de prestação de serviços e arrendamento de imóveis com empresas relacionadas. A principal operação realizada refere-se a ponta ferroviária do serviço intermodal prestado pela Companhia. Essa operação é realizada de acordo com o contrato operacional firmado entre a Companhia e a Rumo S.A., estabelecendo as condições do serviço de transporte ferroviário realizado, incluindo os preços praticados através de “frete combinado”, estipulado no referido contrato entre as partes, sendo reajustado periodicamente de acordo com os preços de mercado. Os contratos têm período de vigência até o término da concessão da malha ferroviária operada pela Rumo S.A., sendo renováveis de acordo com a ampliação dessas concessões. Em 2023, 100% da ponta ferroviária do transporte intermodal do Grupo foi realizada com tal parte relacionada, assim como no ano de 2022.
b) Remuneração da administração
O valor dos honorários pagos a Diretoria Executiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$3.891 (R$4.216 em 2022). A partir do ano de 2012, a Companhia elegeu membros do Conselho de Administração independentes. O valor dos honorários pagos aos conselheiros independentes, no exercício findo em 31 de dezembro 2023 foi de R$480 (R$481 em 2022). A Companhia não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social
A reconciliação da alíquota efetiva e da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se resumida a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(23.812)**	(41.691)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**8.096**	14.175
Demonstrativo da origem da despesa de imposto renda e contribuição social efetivos:		
Despesas permanentemente não dedutíveis	**(548)**	(419)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**7.548**	13.756
	31,70%	33,00%
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferida	**7.548**	13.756

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos

	2023	2022
Ativo		
Provisões temporariamente não dedutíveis	**32.728**	18.697
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**56.625**	54.917
Redução ao valor recuperável de ativos	**2.090**	2.924
	91.443	76.538
Passivo		
Imposto diferido sobre mais-valia de ativo imobilizado incorporado	**(2.068)**	(2.068)
Depreciação acelerada e diferença taxa depreciação fiscal x societária	**(63.759)**	(57.982)
Provisões de receita	**(11.063)**	(9.483)
Juros sobre obras em andamento	**(3.620)**	(3.620)
	(80.510)	(73.153)
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	**10.933**	3.385

c) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023: Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisões temporariamente não dedutíveis	18.697	**14.031**	**32.728**	**32.728**	**-**
Tributos diferidos sobre base negativa	54.917	**1.708**	**56.625**	**56.625**	**-**
Redução ao valor recuperável de ativos	2.924	**(834)**	**2.090**	**2.090**	**-**
Mais-valia - ativo imobilizado incorporado	(2.068)	**-**	**(2.068)**	-	**(2.068)**
Imobilizado	(57.982)	**(5.777)**	**(63.759)**	-	**(63.759)**
Provisões de receita	(9.483)	**(1.580)**	**(11.063)**	-	**(11.063)**
Juros sobre obras em andamento	(3.620)	**-**	**(3.620)**	-	**(3.620)**
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.385	**7.548**	**10.933**	**91.443**	**(80.510)**

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2022: Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisões temporariamente não dedutíveis	17.787	910	18.697	18.697	-
Tributos diferidos sobre base negativa	32.919	21.998	54.917	54.917	-
Redução ao valor recuperável de ativos	3.559	(635)	2.924	2.924	-
Mais-valia - ativo imobilizado incorporado	(2.068)	-	(2.068)	-	(2.068)
Imobilizado	(54.463)	(3.519)	(57.982)	-	(57.982)
Provisões de receita	(5.205)	(4.278)	(9.483)	-	(9.483)
Juros sobre obras em andamento	(2.900)	(720)	(3.620)	-	(3.620)
Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.371)	13.756	3.385	76.538	(73.153)

d) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos
Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização.
A Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos ativos:

	2023	2022
Dentro de um ano	**916**	**765**
Após um ano e menor que cinco anos	**64.009**	**52.046**
Após cinco anos	**26.518**	**23.727**
Total	**91.443**	**76.538**

16. Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2023	2022
Provisões trabalhistas	**5.019**	3.911
Provisões tributárias	**8.081**	8.133
Provisões cíveis	**3.129**	3.980
	16.229	16.024

Os valores estimados para as contingências de perda possível na Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 86.880 (R$101.379 em 31 de dezembro de 2022).
A movimentação das provisões de perdas prováveis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.935	5.154	6.861	16.950
(+) Complemento de provisão	6.805	18.931	400	26.136
(-) Pagamento	(4.893)	(15.034)	-	(19.927)
(-) Reversão de provisão não utilizada	(4.256)	(6.184)	-	(10.440)
(+) Atualização monetária	1.319	1.114	872	3.305
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.910	3.981	8.133	16.024
(+) Complemento de provisão	**5.734**	**4.723**	**3.840**	**14.297**
(-) Pagamento	**(3.452)**	**(5.341)**	**-**	**(8.793)**
(-) Reversão de provisão não utilizada	**(1.598)**	**(956)**	**(4.651)**	**(7.205)**
(+) Atualização monetária	**425**	**722**	**759**	**1.906**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.019**	**3.129**	**8.081**	**16.229**

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos judiciais com saldo de R$17.882 (R$17.800 em 31 de dezembro de 2022) referem-se, substancialmente, aos valores controversos sobre o Fator Acidentário de Prevenção INSS, INSS sobre aviso prévio indenizado e INSS sobre um terço das de férias, no montante de R$12.136 (R$11.994 em 2022). O saldo restante dos depósitos de R$5.746 (R$5.806 em 2022) refere-se aos depósitos judiciais de causas trabalhistas.

17. Risco sacado

Em 2023 e 2022, a Companhia celebrou contratos junto a instituições financeiras, com objetivo de permitir aos fornecedores a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras.
Serviços de terceiros tem o prazo de pagamento de 60 dias com a taxa de juros variável de acordo cotação diária, baseada em juros simples média 1,1% e 1,2% a.m.

	2022	2022
Circulante		
Serviços de terceiros	**15.916**	21.426
	15.916	21.426

18. Arrendamentos a pagar

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem projetar a inflação futura projetada sobre as parcelas a serem descontadas.
A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 4,0% a 16,06%, de acordo com o prazo de cada contrato.
A Companhia celebrou em 2016 contratos de arrendamentos de um terminal logístico e de contêineres que se caracterizam como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). O contrato do

continua na próxima página ---->

arrendamento do terminal logístico tem prazo de vigência de 20 anos, com possibilidade de renovação após esse período, podendo ser rescindindo após o 4º ano sem ônus para o Companhia. A contraprestação por este arrendamento inclui uma parcela fixa, paga anualmente de forma adiantada, e uma parcela variável por contêiner movimentado, liquidada no início de cada exercício social. A parcela fixa está sujeita a acréscimo anual de 100% do CDI no segundo e terceiro ano do contrato e IGP-M a partir do quarto ano do contrato, calculado anualmente. A parcela variável é reajustável anualmente pelo IGP-M.
O contrato de arrendamento de contêineres, firmado em novembro de 2016, vigorará pelo prazo de doze meses, podendo ser renegociado um novo prazo ao seu término. A Companhia vem mantendo a renovação do contrato, sendo que ano de 2021 houve renovação de contrato com prazo de cinco anos e a celebração de três novos contratos com vigência entre três a dez anos.
A Companhia arrenda imóveis. Esses arrendamentos são firmados pela vigência de três a quatro anos, reajustáveis anualmente pelo IGP-M. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).
Em 2023, a Companhia arrendou também contratos de locação de veículos os quais tem a validade de dois anos reajustáveis anualmente pelo IPC-A/FGV ou INPC-FIPE.
Em 2020 foi arrendado um terreno em Davinópolis no valor de R$3.498, o qual faz parte do projeto de construção do terminal correspondente à Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de um contrato onde o objeto arrendado será adquirido ao término. A vigência original era até fevereiro de 2021, porém em acordo entre as partes, houve celebração de aditivos no decorrer de 2021 e 2022 prorrogando a vigência até dezembro 2024.
Em 2022 e 2023 a Companhia celebrou novos contratos de arrendamento de máquinas firmados pela vigência de três a cinco anos, reajustáveis anualmente pelo IGP-M e IPCA.
As demais adições são provenientes da atualização monetária dos contratos já vigentes no início do período.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	163.456
Adições (*)	**5.965**
Baixas	**(631)**
Juros apropriados	**12.541**
Amortização	**(53.777)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**127.554**
Circulante	**43.804**
Não circulante	**83.750**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**127.554**

(*) Em 2023 foram adicionados ao passivo de arrendamento o valor de R$5.965 (2022 R$ 65.408), referente a constituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram no caixa da Companhia. Vide Nota 11.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é de R$81.030 (R$81.030 em 31 de dezembro de 2022). O capital é representado por 47.372.388 ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, assim distribuídas:

	2023		2022	
	Ações	**Percentual de participação**	**Ações**	**Percentual de participação**
Brado Logística e Participações S.A.	**47.372.388**	**100%**	47.372.388	100%
	47.372.388	**100%**	47.372.388	100%

b) Reserva de ágio na emissão de ações

A reserva de ágio representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico na data de emissão, com saldo de R$71.371 até 2012. Nos meses de setembro de 2013 e março de 2014 a Brado Logística S.A. recebeu aporte da Brado Logística e Participações S.A. no valor de R$200.000, e constituiu reserva de ágio na emissão de ações no valor de R$175.639 (2013 R$27.992 e 2014 R$147.647), houve um custo de capitalização no valor de R$(10.081). No mês de dezembro de 2016 a Brado Logística S.A. recebeu aporte da Brado Logistica e Participações S.A. de R$234.454 e constituiu reserva de ágio na emissão de ações no valor de R$217.719 e R$16.735 para aumento de capital.

Saldos em 1º de janeiro de 2016	247.010
Valor da operação - aporte Brado Logística e Participações S.A.	**234.454**
Valor destinado para aumento de capital	**(16.735)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**464.729**

c) Opções outorgadas reconhecidas

A controladora, Brado Logística e Participações S.A., que, por sua vez, tem como sócia mojoritária a Rumo S.A., possui um plano de remuneração baseados em ações, o "Plano de *Stock Grant*", sendo que concedeu ações (da Rumo) para executivos da Brado. O direito de receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência previsto no plano.
Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia da Controladora Rumo S.A, o modelo de Remuneração Baseada em Ações ("*Stock Grant*"), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Rumo, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos:
(i) Atrair, reter e motivar os beneficiários;
(ii) Gerar valor para os acionistas; e incentivar a visão de empreendedor do negócio.
O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Rumo S.A., a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.296
Opções outorgadas reconhecidas no resultado	**3.355**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.651**

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A administração não efetuou a destinação da reserva legal relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao prejuízo do exercício (em 31 de dezembro de 2022 não houve destinação devido ao prejuízo do exercício).

e) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro do exercício, após a constituição da reserva legal, como previsto na Lei nº 6.404/76. A administração não efetuou proposição para pagamento de dividendos aos acionistas, após a constituição de reserva legal, devido ao prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 não houve proposição de dividendos devido ao prejuízo do exercício).

f) Reserva de retenção de lucros

A Companhia não constituiu a reserva estatutária de retenção de lucros devido ao prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022 não houve constituição devido ao prejuízo do exercício).
O prejuízo fiscal de 2022 foi abatido da reserva de lucros dos anos anteriores, até o limite do saldo existente.
De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do exercício é levada à aprovação pela Assembleia Geral.

20. Receita líquida de vendas

a) Fluxos de receitas

	2023	2022
Receita bruta	**659.352**	539.531
Deduções da receita		
Tributos municipais	**(1.581)**	(1.332)
Tributos estaduais	**(14.832)**	(14.040)
Tributos federais	**(28.007)**	(29.650)
Cancelamento e abatimentos de vendas	**(50.833)**	(31.646)
	564.099	462.863

b) Saldos de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre recebíveis e passivos de contratos com clientes:

	2023	2022
Contas a receber	**156.391**	131.935
Passivos de contrato (i)	**(27.826)**	(30.799)
	128.565	101.136

(i) Os passivos de contratos referem-se, principalmente, ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários, que ainda não haviam cumprido os requisitos de efetivo reconhecimento, pela sua análise, para a qual a receita é reconhecida por períodos específicos.

21. Despesas por natureza

	2023	2022
Custos dos serviços prestados	**492.791**	408.031
Despesas gerais e administrativas	**43.619**	36.550
Despesas comerciais	**9.092**	7.932
Total	**545.503**	452.513
Despesas por natureza:		
Gastos com transporte intermodal	**309.664**	248.991
Depreciação e amortização	**86.486**	75.635
Custo com pessoal (i)	**91.383**	73.517
Gastos com manutenção	**7.677**	6.371
Gastos com energia dos armazéns	**6.577**	7.774
Gastos com aluguéis dos armazéns (ii)	**14.691**	13.862
Gastos gerais	**20.810**	18.081
Outros gastos operacionais	**8.214**	8.282
Total das despesas	**545.503**	452.513

(i) A variação do período na linha de custo com pessoal, está atrelada ao dissídio e remuneração variável, devido ao aumento de EBITDA em 30% no ano de 2023, se comparado ao ano de 2022.
(ii) Os saldos são referentes a contratos de aluguéis de curtíssimo prazo, para atendimento de contingência operacional, não enquadrados nos requisitos de reconhecimento do CPC 06.

22. Outras receitas operacionais, líquidas

	2023	2022
Recuperação de despesas (i)	**18.997**	12.970
Contingências	**(3.899)**	(6.245)
Baixas líquidas de ativo imobilizado	**(3.002)**	(2.012)
Receita logística de natureza diversa	**1.680**	3.199
Indenizações recebidas de seguradoras	**5.965**	1.545
Venda de ativos	**461**	323
Reversão provisão impairment	**2.452**	1.866
Outros	**(105)**	(489)
	22.549	11.157

(i) Os saldos registrados são referentes a recuperação de despesas com manutenção de máquinas e equipamentos, despesas compartilhadas em terminais arrendados, levantamento e recuperações de impostos.

23. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	**6.204**	4.724
Descontos obtidos	**339**	88
Variação cambial ativa	**1.368**	745
Outros(ii)	**(6.370)**	417
	1.541	5.974
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (i)	**(31.016)**	(24.490)
Juros sobre arrendamentos	**(12.541)**	(14.015)
Descontos concedidos (iii)	**(14.311)**	(8.778)
Variação cambial passiva	**(5.149)**	(7.871)
Outras despesas (iv)	**(3.215)**	(13.976)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(266)**	(42)
	(66.498)	(69.172)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(64.957)**	(63.198)

(i) O Valor de juros sobre empréstimos e aplicações financeiras cresceram majoritariamente em função do aumento da taxa SELIC e consequente impacto no CDI, na qual as NCEs e rendimentos da Companhia estão atreladas. O valor atualizado no ano de 2023 foi de R$30.202 (vide nota 13.b). Além do encerramento dos contratos de empréstimos com taxas pré-fixadas, que atrelou 100% da nossa dívida a taxa de juros. Outro impacto com relação aos rendimentos também se dá pelo aumento de caixa na companhia, fechado em 31/12 com 70 milhões.
(ii) Valor referente a baixa de saldo negativo de IR sobre aplicação financeira no valor de R$ (6.022).
(iii) Os valores são referentes aos descontos concedidos para armadores para transação de adiantamento de prazo de recebimento.
(iv) No ano de 2022 houve a execução da contingência cível referente a operação realizada no Mercosul no período de 2012 a 2015, operada pela requerente, gerando uma despesa de atualização de juros no valor de R$12.579.

24. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, podem ser assim demonstradas:

	Eventos	Importância segurada	Limite máximo de indenização por evento	Vigência
Seguro predial	Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granito. Danos elétricos. Roubo, tumulto, greves e "*lockout*".Alagamento e inundação. Queda de aeronave. Deterioração de matérias-primas e/ou mercadoria em ambientes frigorificadas. Fermentação ou aquecimento. Equipamentos eletrônicos. Fumaça. Impacto de veículos terrestres. Movimentação interna. Ruptura de tubulações. Equipamentos, móveis e estacionários.	200.000	200.000	15/07/2023 a 15/07/2024
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil empregador com extensão ao exterior. Estabelecimento comercial e/ou industrial, guarda de veículos, poluição súbita, danos mercadorias armazéns e operação de carga e descarga, equipamentos de terceiros em operação de carga e descarga operados em portos. Danos morais.	20.000	20.000	23/07/2023 a 23/07/2024
Seguro de carga rodoviária	Responsabilidade civil do transportador rodoviário, roubos e furtos de mercadoria em trânsito R-CTRC (por veículo/viagem com container) por embarque.	8.000	4.000	30/09/2023 à 30/09/2025
Seguro de automóvel	Responsabilidade Civil Facultativa (danos materiais, corporais e morais a terceiros), App - Morte,App - Invalidez	4.800	500	14/06/2023 a 14/06/2024

Os vagões e locomotivas do Companhia estão inseridos na apólice de seguro da Rumo S.A., sendo o custo deste seguro incluído no valor da prestação de serviço ferroviário contratado.
Não está incluída no escopo dos trabalhos de nossos auditores a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela administração do Companhia.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Brado Logística S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Brado Logística S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 03 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Terra Saraiva
Presidente

Tiago Augusto Machado Dias
Contador CRC - PR 057271/O-9

BRADO LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.341.618/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionaistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Brado Logística S.A., doravante "Companhia", relativas ao exercício de 2023 com os respectivos relatórios dos auditores.

APRESENTAÇÃO

Criada em 2011, Brado Logística e Participações S.A. é referência em serviços de logística multimodal. Tem estrutura própria composta por 20 locomotivas, mais de 5 mil contêineres e 2,2 mil vagões, equipamentos, armazéns e terminais, complementadas por meio de parcerias estratégicas nos principais centros de consumo do país. Com atuação cada vez mais adaptada às necessidades do mercado de importação, exportação e mercado interno, a empresa preza pela excelência na movimentação de contêineres no Brasil, focada na integração multimodal.

DESTAQUES 2023

A Brado acredita no movimento como forma de evolução e, em 2023, continuou progredindo. Foram 437.024 TEU's (Unidade Equivalente de Transporte) movimentadas de janeiro a dezembro, se consolidando como o melhor ano da Brado, com 12.524 TEU's a mais em comparação a 2022. Esses números significativos representam o resultado da aplicação da solução logística multimodal da Brado, visando alternativas mais eficientes e inovadoras referentes ao custo-benefício e à sustentabilidade, com qualidade e segurança.

Janeiro registrou um recorde na movimentação de milho, com mais de 2 mil contêineres transportados pela Brado. O milho saiu de Rondonópolis (MT) com destino a Sumaré (SP), conectando o maior polo produtor de milho do país à região mais industrializada.

Nos meses de março e maio, houve recorde no transporte de frango congelado, com mais de 3 mil contêineres em cada mês. Originários de Cambé (PR) e Cascavel (PR), esses produtos foram direcionados ao porto de Paranaguá para exportação, sendo a ponte para diversos países, com destaque para China, África do Sul, Japão, Emirados Árabes Unidos, Filipinas e México.

Em agosto, outro recorde foi registrado, desta vez na movimentação de papel e celulose do projeto KBT, uma parceria entre a Klabin, a Brado e o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP). Mais de 1.700 contêineres foram transportados de Ortigueira ao Porto de Paranaguá.

Nesse mesmo mês , a Brado alcançou outro marco significativo, com mais de 10 mil contêineres movimentados, considerando suas operações nos mercados de exportação, importação e interno. Este recorde foi alcançado em 31 de agosto, totalizando 10.137 contêineres transportados. Em setembro foi atingido o segundo melhor resultado, com 10.132 contêineres.

Também em setembro, a Brado realizou sua primeira viagem comercial pela Ferrovia Norte-Sul, conectando Goiás ao Porto de Santos. Esta viagem inaugural, ainda em fase de testes, transportou insumos industriais e defensivos agrícolas da China, Estados Unidos e Europa de Santos a Anápolis (GO). Este evento marcou um momento histórico para a infraestrutura brasileira, uma vez que a rota era aguardada há quase 40 anos e promete alavancar o crescimento da região.

A Brado recebeu em outubro a certificação ABR-LOG, da Abrapa e Anea, destacando seu compromisso com a qualidade e integridade no transporte de algodão. A auditoria em seu terminal de Rondonópolis (MT) obteve 100% de aprovação, demonstrando sua dedicação às boas práticas socioambientais e à qualidade do produto. Essa conquista ressalta a busca contínua da Brado pela excelência operacional e fortalece a reputação do algodão brasileiro no mercado global.

Além de todas as conquistas, vale também destacar que, de janeiro a dezembro de 2023, os clientes da Brado deixaram de emitir cerca de 300 mil toneladas de gás carbônico ao movimentarem mais de 437 mil TEU's. O CO2 evitado equivale à emissão anual de cerca de 63 mil automóveis e seriam necessárias mais de 2 milhões de árvores para absorver todo esse carbono.

RESULTADOS APRESENTADOS

A Brado anuncia os resultados de 2023 com um faturamento de R$ 650.667 milhões.

O EBITDA consolidado atingiu o valor de R$ 128.392 milhões, com uma margem de 23% (vs 21% em 2022). A companhia gerou EBITDA de R$ 171.726 milhões no negócio Intermodal, R$ 8.686 milhões nas unidades de serviços e um custo corporativo de R$ 52.022 milhões.

A Brado transportou na ferrovia 109 mil contêineres, volume histórico para a companhia.

No corredor Larga, houve um aumento de 2% em volume de contêineres, sendo a exportação de algodão um dos destaques, devido ao crescimento do market share. O mercado interno foi responsável por 26% da movimentação geral da Brado, sendo o milho principal produto desse mercado.

No corredor Paraná, houve um crescimento de 3% em volume no mercado de exportação, motivado principalmente pelo projeto KBT e demanda de carga congelada.

Em 2023, a Brado iniciou suas operações no corredor Central, sendo a primeira viagem feita no fluxo de importação, de Santos a Anápolis (GO), levando insumos para a indústria e defensivos agrícolas vindos da China, Estados Unidos e Europa. No total, foram movimentados 413 contêineres pelo novo trecho.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, a companhia prevê mais um ano de crescimento, com perspectivas que envolvem o estabelecimento e expansão das operações do corredor Central, entre Anápolis (GO) x Santos (SP) no mercado externo, além dos demais corredores.

Há uma expectativa de crescimento no corredor Paraná, ancorado pelo projeto KBT no fluxo de Ortigueira até Paranaguá. E no corredor Norte é previsto manter os patamares do volume performado em 2023, focando, principalmente, no ganho de market share dos clientes do mercado de pluma de algodão, carne bovina e grãos.

Para o mercado interno, espera-se mais um ano de crescimento no sentido de São Paulo até Mato Grosso, em especial nos mercados de insumos agrícolas, nutrição animal e produtos de higiene e limpeza.

De modo geral, os objetivos para 2024 estão concentrados em dar continuidade ao crescimento nos mercados de atuação, com foco total em inovação, sustentabilidade e segurança das operações e de seus colaboradores. Para isso, a companhia continua fazendo logística multimodal eficiente, atenta às principais necessidades do mercado, e ao desenvolvimento do país, sendo cada vez mais a melhor distância entre gente que produz e gente que consome.

Por fim, a Brado agradece aos colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e órgãos colegiados que têm apoiado os projetos da companhia com compromisso e dedicação.

Marcelo Terra Saraiva
Diretor Presidente

Balanços Patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**57**	58	**68.314**	43.993
Títulos e valores mobiliários	5	**1.317**	1.173	**1.317**	1.173
Contas a receber	6	-	-	**156.391**	131.935
Estoques		-	-	**3.544**	3.411
Dividendos a receber		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	**4.546**	11.096
Impostos a recuperar	7	**766**	766	**57.848**	55.691
Outras contas a receber	8	-	-	**9.356**	9.497
Partes relacionadas	15	-	-	**6.354**	12.045
Despesas antecipadas		-	-	**7.106**	11.212
Total do ativo circulante		**2.140**	1.997	**314.776**	280.053
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	**427**	5.718
Depósitos judiciais	17	-	-	**17.882**	17.800
Impostos a recuperar	7	-	-	**4.423**	2.115
Outras contas a receber	8	-	-	**27.154**	32.594
Impostos diferidos		-	-	**10.933**	3.385
		-	-	**60.819**	61.612
Investimentos	9	**532.054**	544.962	-	-
Imobilizado	10	-	-	**536.927**	557.142
Intangível	11	-	-	**17.124**	10.392
Ativos de direito de uso	12	-	-	**118.581**	156.557
		532.054	544.962	**672.632**	724.091
Total do ativo não circulante		**532.054**	544.962	**733.451**	785.703
Total do ativo		**534.194**	546.959	**1.048.227**	1.065.756

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	13	-	-	**63.798**	39.019
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	**32.092**	109.051
Adiantamentos de clientes	21	-	-	**27.826**	30.799
Obrigações tributárias		-	-	**4.266**	4.014
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**85**	50	**131**	97
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	**16.883**	10.569
Partes relacionadas	15	-	-	**19.155**	10.139
Dividendos		-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	**268**	2.834
Risco sacado a pagar	18	-	-	**15.916**	21.426
Arrendamentos a pagar	19	-	-	**43.804**	42.242
Total do passivo circulante		**85**	50	**224.139**	270.190
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	**190.000**	111.419
Impostos diferidos	16	-	-	-	-
Provisão para contingências	17	-	-	**16.229**	16.024
Arrendamentos a pagar	19	-	-	**83.750**	121.214
Total do passivo não circulante		-	-	**289.979**	248.657
Total do passivo		**85**	50	**514.118**	518.847
Patrimônio líquido	20				
Capital social		**128.486**	128.486	**128.486**	128.486
Reserva de capital		**370.016**	366.661	**370.016**	366.661
Resultados Acumulados		**35.607**	51.762	**35.607**	51.762
Total do patrimônio líquido		**534.109**	546.909	**534.109**	546.909
Total do passivo e patrimônio líquido		**534.194**	546.959	**1.048.227**	1.065.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	21	-	-	**564.099**	462.863
Custo dos serviços e produtos vendidos	22	-	-	**(492.791)**	(408.031)
Resultado bruto		-	-	**71.308**	54.832
Despesas gerais e administrativas	22	-	-	**(43.619)**	(36.550)
Despesas comerciais	22	-	-	**(9.092)**	(7.932)
Outras receitas e despesas operacionais	23	-	-	**22.549**	11.157
Equivalência patrimonial	9	**(16.263)**	(27.935)	-	-
Resultado operacional		**(16.263)**	(27.935)	**41.146**	21.507
Receita financeira	24	**143**	121	**1.684**	6.095
Despesa financeira	24	-	-	**(66.498)**	(69.172)
Resultado financeiro		**143**	121	**(64.814)**	(63.077)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**(16.120)**	(27.814)	**(23.669)**	(41.570)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16	**(35)**	(39)	**7.514**	13.717
Resultado líquido do exercício		**(16.155)**	(27.853)	**(16.155)**	(27.853)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado líquido do exercício	**(16.155)**	(27.853)	**(16.155)**	**(27.853)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	**(16.155)**	(27.853)	**(16.155)**	**(27.853)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital (*) Reserva de ágio	Reserva de capital (*) Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de lucros Reserva legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		128.486	361.366	2.658	8.330	71.285	-	572.125
Resultado **líquido do** exercício		-	-	-	-	-	(27.853)	(27.853)
Destinação do resultado:								
Reserva legal	20.c	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para retenção de lucro	20.e	-	-	-	-	(27.853)	27.853	-
Opções outorgadas reconhecidas	20.f	-	-	2.637	-	-	-	2.637
Saldo em 31 de dezembro de 2022		128.486	361.366	5.295	8.330	43.432	-	546.909
Resultado **líquido do** exercício		-	-	-	-	-	**(16.155)**	**(16.155)**
Destinação do resultado:								
Reserva legal	20.c	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para retenção de lucro	20.e	-	-	-	-	**(16.155)**	**16.155**	-
Opções outorgadas reconhecidas	20.f	-	-	**3.355**	-	-	-	**3.355**
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**128.486**	**361.366**	**8.650**	**8.330**	**27.277**	-	**534.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social	(16.120)	(27.814)	**(23.669)**	(41.570)
Ajustes:				
Depreciações e amortizações	-	-	**43.176**	36.217
Depreciação direito de Uso	-	-	**43.310**	39.418
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	-	-	**8.998**	19.001
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	-	-	**3.002**	2.012
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	**30.202**	24.490
Juros sobre arrendamentos	-	-	**12.541**	14.015
Rendimento aplicações em títulos e valores mobiliários	(144)	(121)	**(462)**	(819)
Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber	-	-	**308**	751
Perda por saldos prescritos de Impostos	-	-	**6.022**	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	**(1.692)**	(402)
Equivalência patrimonial	16.263	27.935	-	-
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	**3.355**	2.637
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	**(24.764)**	(4.721)
Impostos a recuperar	-	-	**(10.652)**	(5.825)
Despesas antecipadas	-	-	**(4.106)**	(3.510)
Adiantamentos a fornecedores e funcionários e outras contas a receber	-	-	**6.132**	(21.351)
Estoques	-	-	**(133)**	400
Depósito judicial	-	-	**(82)**	(436)
Fornecedores	-	-	**11.387**	(15.177)
Salários e encargos sociais	-	-	**6.314**	(1.650)
Partes relacionadas	-	-	**14.707**	(7.585)
Obrigações tributárias e imposto de renda e csll a pagar	-	-	**252**	105
Outras contas a pagar	-	-	**(11.050)**	(7.623)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1)	-	**121.310**	28.377
Demandas judiciais pagas	-	-	**(8.793)**	(19.927)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(1)	-	**112.517**	8.450
Atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	-	413	-	-
Adições ao imobilizado, software e outros intangíveis	-	-	**(17.611)**	(4.125)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	-	**(414)**	(514)
Resgates de títulos e valores mobiliários	-	-	**6.186**	1.314
Venda de Ativo Imobilizado			**6.000**	6.000
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	-	413	**(5.838)**	2.675
Atividades de financiamento				
Aumento dos empréstimos	-	-	**30.000**	50.000
Amortizações de empréstimos e financiamentos (principal)	-	-	**(19.219)**	(21.952)
Amortizações de empréstimos e financiamentos (juros)	-	-	**(39.361)**	(12.784)
Amortização de arrendamento IFRS 16 (principal)	-	-	**(53.777)**	(49.451)
Dividendos pagos	-	(420)	-	(420)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	-	(420)	**(82.357)**	(34.607)
Variação de caixa:	(1)	(7)	**24.321**	(23.482)
Caixa no início do exercício	58	65	**43.993**	67.475
Caixa no final do exercício	57	58	**68.314**	43.993
Aumento (redução) líquida em disponibilidades e valores equivalentes	(1)	(7)	**24.321**	(23.482)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brado Logística S.A. ("Companhia"), localizada à Rua Emílio Bertolini, nº 100, em Curitiba (PR), tem como objetivo social atuar no mercado de contêineres dentro do Brasil, utilizando o diferencial do transporte ferroviário para escoamento das cargas, que atendem ao grande, médio e pequeno embarcador, com logística e infraestrutura integrada.

Oferece capacidade, competitividade nos custos e qualidade nos serviços, por meio de soluções logísticas customizadas que integram diferentes modais, terminais multimodais e armazéns. Possui também, armazenagem de cargas *reefer* e *dry*, distribuição, redex, vigiagro e habilitações para os mercados internacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia opera em aproximadamente 12 terminais intermodais rodoferroviários (próprios e de terceiros) e em três armazéns secos e um pátio de madeira, localizados no Paraná, São Paulo e Mato Grosso, além de possuir um EADI (Estação Aduaneira Interior) em Bauru, Estado de São Paulo. Possui também quatro escritórios, que estão instalados em Curitiba, São Paulo, Cuiabá e Anápolis.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 19 de abril de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas e usa-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na moeda R$(Real), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Notas 10 e 11 - Imobilizado e intangível: Principais premissas da estimativa da vida útil de ativos do imobilizado e intangível;

(b) Notas 12 - Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento: Principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos.

(c) Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: O julgamento da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal;

(d) Nota 17 - Provisão para contingências: Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.4. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

	Porcentagem de participação (%) 2023	Porcentagem de participação (%) 2022
Brado Logística S.A.	**100%**	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia controlada. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os ativos de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo por meio do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão concentradas em sua totalidade em ativos de renda fixa, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São ativos que apresentam baixo risco.

Atualmente a Companhia aplica principalmente em ativos de curto prazo e com alta liquidez, devido ao grande volume de investimentos realizados pela Companhia.

Os ativos são distribuídos em algumas instituições financeiras, afim de evitar concentração de capital. Todas as instituições que trabalhamos atendem ao rating solicitado pela política da Companhia.

2.8. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48, os instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação toma por base dois critérios: o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos e se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são exclusivamente compostos de pagamentos de principal e juros foi realizada com base nos fatos e circunstâncias existentes no reconhecimento inicial dos ativos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, A Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis.

ii) *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, a Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

ii) *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.9. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente, quando relevante, e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.10. Receita de contrato com cliente

• O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O CPC 47 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente

continua na próxima página ---->

pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:
• Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
• Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
• Passo 3: Determinar o preço da transação;
• Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
• Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.
A Companhia satisfaz a sua obrigação de desempenho na prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão do serviço é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos, transferindo naquele momento o controle dos bens.
O quadro com a abertura da receita líquida de vendas e atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente está apresentada na nota explicativa 21.

2.11. Receitas e despesas financeiras
A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.12. Imobilizado
i) Reconhecimento e mensuração
Os itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.
Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.
ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.
iii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de imobilizado	Taxa anual
Edificações	25 anos
Instalações, benfeitorias em terminais ferroviários e em propriedade de terceiros, silos, câmaras frigoríficas e outros	4-10 anos
Máquinas e equipamentos	2,5-10 anos
Locomotivas	25 anos
Vagões	30 anos
Desvio ferroviário	25 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.13. Intangível
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As taxas utilizadas para amortização dos intangíveis estão demonstrados na nota explicativa 11.

2.14. Redução ao valor recuperável (impairment)
a) Ativos financeiros não-derivativos
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
• Ativos de contrato.
A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
• Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
• Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).
A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.
A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
• É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
• O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".
• As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).
O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.
Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).
As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
b) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC's.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC's são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC's), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC's) de forma pro rata.
As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou revisão anual e não identificou indicadores adicionais de impairment. Adicionalmente a Companhia observou melhoras nos indicadores que motivaram a provisão para impairment incorrida em períodos anteriores, efetuando teste de recuperabilidade e revertendo o saldo de R$ 1.692, vide nota explicativa N° 10.

2.15. Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16. Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Arrendamentos
A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
A Companhia como arrendatário
A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.14.
Passivos de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.18. Impostos
i) Impostos sobre vendas
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
• O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquotas
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	7% a 18%
Imposto Sobre Serviços - ISS	2% a 5%
Programa Integração Social - PIS	0,65% a 1,65%
Contribuição para Seguridade Social - COFINS	4% a 7,60%

Esses encargos são demonstrados como deduções de vendas na demonstração do resultado, com exceção do PIS/COFINS sobre receitas financeiras, que são apresentados como dedução do resultado financeiro. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.
ii) Imposto de renda e contribuição social correntes
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.
A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.
iii) Impostos diferidos
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:
• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.
Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.19. Provisões
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.
Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.
i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.21. Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no patrimônio líquido quando pagos, ou na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.22. Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.23. Subvenções e assistências governamentais
As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

2.24. Moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.
Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.25. Mensuração do valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.
Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 3.1).
Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.
Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.
A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.26. Demonstração dos fluxos de caixa
A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Instrumentos financeiros por categoria
Os ativos financeiros são os seguintes:
Controladora

	Nota	2023	2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5	**1.317**	1.173
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**57**	58
		1.374	1.231

Consolidado

	Nota	2023	2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5	**1.744**	6.891
		1.744	6.891
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**68.313**	43.993
Contas a receber de clientes	6	**156.391**	131.935
Recebíveis de partes relacionadas	15	**6.354**	12.045
Outros recebíveis		**48.162**	64.400
		279.221	252.373
Total ativos financeiros		**280.965**	259.264

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.
Os passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	2023	2022
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	13	**63.798**	39.019
Empréstimos e financiamentos	14	**222.092**	220.470
Contas a pagar para partes relacionadas	15	**19.155**	10.139
Adiantamento de Clientes		**27.826**	30.799
Risco sacado a pagar	18	**15.916**	21.426
Outros passivos		**268**	2.834
Total passivos financeiros		**349.055**	324.687

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

3.2. Fatores de risco financeiro
As atividades da Companhia os expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.
Nos períodos de 2022 e 2023, a Companhia não efetuou operação com instrumentos financeiros derivativos, para fins de gerenciamento de risco financeiro.
a) Risco de mercado
i) *Risco cambial*
O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio é praticamente nula em seus investimentos por operar internacionalmente apenas com fornecedores de máquinas e equipamentos não industrializados e comercializados no território nacional em situações pontuais.
Em suas operações de transporte intermodal nas rotas Brasil - Inglaterra, Alemanha e Singapura a Companhia se expõe a risco cambial uma vez que seus serviços são precificados em moeda estrangeira (Dólar Americano) convertida para Reais na data de faturamento. Isto ocorre pelo fato de ser um serviço de transporte internacional e esta é a pratica usual de todo o mercado.
A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2023		2022	
	Em milhares de dólares norte americanos	Em milhares de reais	Em milhares de dólares norte americanos	Em milhares de reais
Ativo				
Contas a receber de clientes*	**9.992**	**48.373**	9.003	46.975
Exposição líquida	**9.992**	**48.373**	9.003	46.975

(*) Os valores apresentados são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço conforme divulgada pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2023 no valor de R$4,8413 (R$5,2177 em 31 de dezembro de 2022).
Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio
O cenário provável normalmente é definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 29 de dezembro de 2023, que estabelece o encerramento do exercício. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.
Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 29 de dezembro de 2023, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R$/US$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R$/US$)

		Cenários				
	29/12/2023	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Em 29 de dezembro de 2023	4,8413	4,8413	6,0516	7,2620	3,6310	2,4207

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

		Cenários				
	Fator de risco	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	48.373	12.093	24.187	(12.093)	(24.187)
Impactos no resultado do exercício		**48.373**	**12.093**	**24.187**	**(12.093)**	**(24.187)**

ii) *Risco de taxa de juros*
Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, aprovadas pela Administração. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.
Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros
A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

			Cenários			
	Principal	Provável	25%	50%	(25%)	(50%)
Exposição taxa de juros[(i)]						
Aplicações financeiras	**67.947**	**7.916**	**1.979**	**3.958**	**(1.979)**	**(3.958)**
Títulos e valores mobiliários	**1.744**	**203**	**51**	**102**	**(51)**	**(102)**
Empréstimos e financiamentos	**222.092**	**(25.874)**	**(6.469)**	**(12.937)**	**6.469**	**12.937**
Impactos no resultado do exercício			**(4.439)**	**(8.877)**	**4.439**	**8.877**

(i) Índice de CDI 11,65% a.a, foi obtido através de informações disponibilizadas pelo mercado.
b) Risco de crédito
A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.
c) Risco de liquidez
É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.
A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.
Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalentes de caixa	**68.313**	**-**	**-**	**-**
Títulos e valores mobiliários	**-**	**427**	**-**	**1.317**
Contas a receber de clientes	**156.391**	**-**	**-**	**-**
Demais contas a receber	**48.162**	**6.000**	**-**	**-**
Fornecedores	**63.798**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**32.092**	**70.000**	**120.000**	**-**
Outros passivos	**28.094**	**-**	**-**	**-**
Risco sacado	**15.916**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalentes de caixa	43.993	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.707	5.184		-
Contas a receber de clientes	131.935	-	-	-
Demais contas a receber	52.399	6.000	6.000	-
Fornecedores	39.019	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	109.051	21.395	70.024	20.000
Outros passivos	33.633	-	-	-
Risco sacado	21.426	-	-	-

3.3. Gestão de capital
O objetivo principal de administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.
A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.
Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*"covenants"*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.
O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. As variáveis utilizadas para os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser sumarizados conforme abaixo. Como a Companhia não apresenta situação de caixa líquido, os respectivos índices de alavancagem estão sendo apresentados.

	2023	2022	2023	2022
Total de empréstimos bancários	**-**	-	**222.092**	220.470
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(57)**	(58)	**(68.313)**	(43.993)
(-) Títulos e valores mobiliários	**(1.317)**	(1.173)	**(1.744)**	(6.892)
Dívida (caixa) líquido	**(1.374)**	(1.231)	**152.035**	169.585
Total do patrimônio líquido	**534.109**	546.909	**534.109**	546.909
Grau de alavancagem financeira	**-0,03%**	-0,2%	**28,5%**	31,0%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	**57**	58	**367**	1.523
Aplicações financeiras (CDB)	**-**	-	**67.947**	42.470
	57	58	**68.314**	43.993

As aplicações financeiras estão concentradas em sua totalidade em ativos de renda fixa, com remuneração atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

5. Títulos e valores mobiliários
Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa restrito no ativo não circulante (i)	**-**	-	**427**	5.718
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	**1.317**	1.173	**1.317**	1.173
	1.317	1.173	**1.744**	6.891
Circulante	**1.317**	1.173	**1.317**	1.173
Não circulante	**-**	-	**427**	5.718

(i) Aplicação financeira vinculada a contratos de fiança bancária com vigência de 2 anos, indexadas pela DI.
(ii) Aplicação financeira em título de renda fixa emitido por bancos, indexadas pela DI.
a) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	**1.173**	1.052	**6.891**	6.950
Aplicações	**-**	-	**414**	514
Resgates	**-**	-	**(6.186)**	(1.314)

continua na próxima página ---->

Rendimentos	**144**	121	**461**	819
IRRF	**-**	-	**164**	(78)
Saldo final	**1.317**	1.173	**1.744**	6.891

6. Contas a receber (Consolidado)

	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Nacionais	**117.256**	93.890
Estrangeiros	**48.372**	46.975
	165.628	140.865
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		
Nacionais	**(8.374)**	(8.067)
Estrangeiros	**(863)**	(863)
	(9.237)	(8.930)
	156.391	131.935

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

	2023	2022
A vencer	**140.650**	114.358
Vencidos até 30 dias	**4.548**	5.437
Vencidos de 31 a 90 dias	**6.232**	4.013
Vencidos de 91 a 180 dias	**2.318**	1.856
Vencidos de acima de 181 dias	**11.880**	15.201
	165.628	140.865

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias sem tratativas em andamento com o cliente e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. A movimentação dos saldos de provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2020 está representada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	**(8.930)**	(8.179)
Adições	**(584)**	(878)
Baixas	**277**	127
Saldo final	**(9.237)**	(8.930)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2022	2022	2022
PIS e COFINS (i)	**-**	-	**39.616**	31.652
IRPJ e CSLL (ii)	**766**	766	**766**	6.789
IRRF (iii)	**-**	-	**5.948**	4.625
ICMS (iv)	**-**	-	**13.751**	11.524
FUNDAF (v)	**-**	-	**-**	1.025
Outros	**-**	-	**2.191**	2.191
	766	766	**62.271**	57.806
Circulante	**766**	766	**57.848**	55.691
Não circulante	**-**	-	**4.423**	2.115

(i) PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição Financeira da Seguridade Social: correspondem aos valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados nas operações de aquisição de bens do ativo imobilizado, e créditos extemporâneos referente a custos de (seguros de cargas, pedágio e rastreamento) dos períodos de 2013 a 2017, a ser compensado com débitos de tributos federais nos próximos períodos.
(ii) IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: créditos originados de saldo antecipados durante o ano de IRPJ e CSLL.
(iii) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte: corresponde aos valores de créditos originados da retenção direta do tributo sobre os rendimentos com aplicações financeiras da Companhia.
(iv) ICMS - Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços: créditos originados da operação de armazenagem da Companhia.
(v) FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização: a filial Brado Bauru nas características de EADI (Estação Aduaneira Interior) teve sentença favorável para restituição, contra a ré União.

8. Outras contas a receber (Consolidado)

	2023	2022
Venda de Imobilizado (i e ii)	**32.040**	38.040
Outros (iii)	**4.470**	4.051
	36.510	42.091
Circulante	**9.356**	9.497
Não Circulante	**27.154**	32.594

(i) No ano de 2021 foram vendidas 16 empilhadeiras no montante de R$18.000 as quais estão sendo pagas de forma parcelada no prazo de 36 meses. Em 2022 e 2023 houve o recebimento de R$12.000.
(ii) O valor de R$26.040 é referente a venda do armazém frigorificado de Cambé realizada em 2020, conforme contrato o valor será recebido após toda a escrituração ser realizada, devido a isso o valor está alocado em outras contas a receber a longo prazo.
(iii) Valores referente a despesas antecipadas, previsão de recebimento de seguradoras e multas a receber por quebras contratuais.

9. Investimento (Controladora)

a) Investimento em controlada

	Participação (%)	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Brado Logística S.A.	100	1.046.086	514.033	532.053	(16.263)

b) Movimentação dos investimentos

	2023	2022
Em 1º de janeiro	**544.962**	570.260
Resultado da equivalência no exercício	**(16.263)**	(27.935)
Destaque de dividendos mínimos obrigatórios (não pagos pela controlada)	**-**	-
Aumento de capital em investida	**-**	-
Opções outorgadas reconhecidas	**3.355**	2.637
Em 31 de dezembro	**532.053**	544.962

10. Imobilizado (Consolidado)

	Câmaras frigoríficas	Instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitoria terminais ferroviários	Edificações	Silos	Benfeitoria em propriedade de terceiros (i)	Terrenos	Vagões	Locomotivas	Desvio ferroviário	Outros	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2022														
Saldo inicial	1.963	30.888	17.464	6.751	70.325	6.234	10.947	23.575	220.115	88.550	17.922	34.922	44.742	574.398
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.598	21.598
Baixas	(1)	-	(5)	-	-	-	-	-	(1.892)	-	-	(114)	-	(2.012)
Transferências	-	7.062	7.827	-	27.483	377	1	-	692	(11)	11.968	3.258	(62.377)	(3.720)
(-)Impairment	-	-	-	-	402	-	-	-	-	-	-	-	-	402
Depreciação	(408)	(4.461)	(3.189)	(2.695)	(3.903)	(544)	(1.142)	-	(9.046)	(4.678)	(1.049)	(2.409)	-	(33.524)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	3.963	557.142
Em 31 de dezembro de 2022														
Custo	16.280	67.990	47.324	49.650	123.057	8.853	21.973	23.575	268.841	116.959	34.283	52.350	3.963	835.098
Depreciação acumulada	(14.726)	(34.501)	(25.227)	(45.594)	(28.750)	(2.786)	(12.167)	-	(58.972)	(33.098)	(5.442)	(16.693)	-	(277.956)
Saldo contábil, líquido	1.554	33.489	22.097	4.056	94.307	6.067	9.806	23.575	209.869	83.861	28.841	35.657	3.963	557.142
Em 1º de janeiro de 2023														
Saldo inicial	**1.554**	**33.489**	**22.097**	**4.056**	**94.307**	**6.067**	**9.806**	**23.575**	**209.869**	**83.861**	**28.841**	**35.657**	**3.963**	**557.142**
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31.003**	**31.003**
Baixas	**-**	**(122)**	**(1.481)**	**-**	**(31)**	**(239)**	**-**	**-**	**(1.110)**	**-**	**-**	**(19)**	**-**	**(3.002)**
Transferências (i)	**(1.280)**	**(858)**	**4.858**	**-**	**(8.071)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**738**	**19.503**	**(25.327)**	**(10.437)**
(-)Impairment	**0**	**722**	**33**	**-**	**937**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.692**
Depreciação	**(245)**	**(4.332)**	**(2.074)**	**(1.187)**	**(3.871)**	**(523)**	**(961)**	**-**	**(8.957)**	**(4.678)**	**(1.376)**	**(11.267)**	**-**	**(39.471)**
Saldo contábil, líquido	**29**	**28.899**	**23.433**	**2.869**	**83.271**	**5.305**	**8.845**	**23.575**	**199.802**	**79.183**	**28.203**	**43.874**	**9.639**	**536.927**
Em 31 de dezembro de 2023														
Custo	**13.308**	**58.176**	**45.723**	**49.650**	**104.564**	**8.433**	**21.941**	**23.575**	**267.173**	**116.959**	**35.021**	**83.361**	**9.639**	**837.523**
Depreciação acumulada	**(13.279)**	**(29.277)**	**(22.290)**	**(46.781)**	**(21.293)**	**(3.128)**	**(13.096)**	**-**	**(67.371)**	**(37.776)**	**(6.818)**	**(39.487)**	**-**	**(300.596)**
Saldo contábil, líquido	**29**	**28.899**	**23.433**	**2.869**	**83.271**	**5.305**	**8.845**	**23.575**	**199.802**	**79.183**	**28.203**	**43.874**	**9.639**	**536.927**

(i) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R$10.437 (R$3.720 em 2022). Vide nota 11.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia fez a revisão do valor recuperável dos ativos de vida útil, onde foi identificado a necessidade de reverter a provisão de impairment no valor de R$1.692 (R$ 402 em 31 de dezembro de 2022). O valor recuperável de R$76.701 foi baseado no valor em uso da unidade geradora de caixa (UGC) relacionado as unidades de serviço da Companhia, considerando a taxa de desconto 17,99% aplicada ao fluxo de caixa projetado.
No decorrer do exercício, houveram investimentos em Imobilizado no montante de R$ 31.003, sendo que os principais itens foram em melhorias na infraestrutura e instalações dos Terminais e aquisições de equipamentos.
Em junho 2023, foram baixados quatorze vagões devido à venda. O valor correspondente à baixa residual de imobilizado foi de R$1.109.
Durante o período houve adições de imobilizado que não afetaram o caixa da Companhia:

	Nota	2023	2022
Fornecedores a pagar		**13.392**	15.355
Juros capitalizados	13	**-**	2.118
Total		**13.392**	17.473

11. Intangível (Consolidado)

	Direito de uso de software	Software	Outros	Intangível em formação	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	2.547	5.889	103	826	9.365
Aquisições	-	-	-	-	-
Transferências(*)	2	2.260	1.338	120	3.720
Amortização	(995)	(1.682)	(16)	-	(2.693)
Saldo contábil, líquido	1.554	6.467	1.425	946	10.392
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	**1.554**	**6.467**	**1.425**	**946**	**10.392**
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências(*)	**95**	**11.064**	**224**	**(946)**	**10.437**
Amortização	**(954)**	**(2.438)**	**(313)**	**-**	**(3.705)**
Saldo contábil, líquido	**695**	**15.093**	**1.336**	**0**	**17.124**
Taxas médias ponderadas de amortização em %	**20,0%**	**20,0%**	**10,0%**	**0,0%**	**-**

(*) Durante o período houve transferências entre contas de imobilizado e intangível no montante de R$10.437 Vide nota 10.

12. Ativo de direito de uso (Consolidado)

	Aluguel de imóveis	Veículos	Terminais logísticos	Equipamentos de TI	Contêineres	Total
Em 1º de janeiro de 2022	37.381	95	22.097	-	71.567	131.140
Despesas de amortização do exercício	(11.851)	(129)	(1.660)	(12.177)	(13.601)	(39.418)
Adições (*)	2.433	34	3.543	44.558	14.840	65.408
Baixas	(573)	-	-	-	-	(573)
Em 31 de dezembro de 2022	27.390	-	23.980	32.381	72.806	156.557
Em 1º de janeiro de 2023	**27.390**	**-**	**23.980**	**32.381**	**72.806**	**156.557**
Despesas de amortização do exercício	**(12.611)**	**(128)**	**(1.787)**	**(15.197)**	**(13.588)**	**(43.311)**
Adições (*)	**491**	**467**	**-**	**2.919**	**2.089**	**5.966**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(631)**	**-**	**(631)**
Em 31 de dezembro de 2023	**15.270**	**339**	**22.193**	**19.472**	**61.307**	**118.581**

(*) Em 2023 foram adicionados ao direito de uso o valor de R$5.965 (2022 R$65.408), referente a constituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram no fluxo de caixa da Companhia.

13. Fornecedores (Consolidado)

	2023	2022
Transportes rodoviários	**28.881**	22.452
Infraestrutura	**10.490**	5.869
Terminais portuários	**9.098**	1.771
Seguros	**1.376**	16
Manutenção	**521**	1.208
Ativos rodantes	**2.562**	1.490
Diversos	**10.870**	6.213
Total	**63.798**	39.019

14. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Saldos de empréstimos e financiamentos (moeda nacional)

	Indexador	Taxa média anual de juros	2023	2022
FINAME	TJLP / PRÉ	4,65%	**-**	9.240
NOTA DE CREDITO EXPORTAÇÃO	CDI	15.04%	**222.092**	211.230
			222.092	220.470
Passivo circulante			**32.092**	109.051
Passivo não circulante			**190.000**	111.419

- TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
- CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- PRÉ - Juros pré fixados

b) Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos das parcelas (principal) vencíveis a longo prazo podem ser assim demonstradas:

	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
2023	**70.000**	**120.000**	**-**	**190.000**

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos os equipamentos adquiridos, notas promissórias e recebíveis. Além disso, nos contratos captados diretamente com o BNDES existe a exigência de contratação de instrumento de fiança bancária. Os empréstimos e financiamentos para investimento nos terminais intermodais têm como garantia os recebíveis.
As movimentações de empréstimos e financiamentos são a seguir apresentadas:

	2023	2022
Saldo inicial	**220.470**	178.598
Captações	**30.000**	50.000
Atualização juros *	**30.202**	26.608
Pagamento principal	**(19.219)**	(21.952)
Pagamento juros	**(39.361)**	(12.784)
	222.092	220.470

(*) Em 2022 foram capitalizados no imobilizado o montante de R$2.118 referente a juros sobre imobilizado em andamento. Em 2023 não houve capitalização de juros sobre obras em andamento. Vide Nota 10.

c) Cláusulas contratuais ("Covenants")

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes em contratos de empréstimos com uma instituição financeira, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Em caso de descumprimento de alguma dessas cláusulas restritivas, a instituição pode exigir a quitação imediata das parcelas em aberto. Os indicadores financeiros consistem em Dívida líquida / EBITDA (Lucro antes das despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia atendeu a todos os indicadores.

15. Partes relacionadas (Consolidado)

Os saldos entre partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Logispot Armazéns Gerais S.A.				
Contas a receber	**-**	-	**-**	-
Contas a pagar	**-**	-	**539**	993
Raízen Energia S.A.				
Contas a pagar	**-**	-	**661**	782
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.				
Contas a receber	**121**	128	**-**	-
Contas a pagar	**-**	-	**15**	8
Rumo S.A.				
Contas a receber (i)	**6.233**	11.917	**-**	-
Contas a pagar	**-**	-	**17.940**	8.356
	6.354	12.045	**19.155**	10.139

(i) Refere-se a valores a receber a título de multas incidentais, contingências rodoviárias, indenizações, locação de salas e disponibilidade de Quilograma-força (kgf).
As transações comerciais entre partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

	Compra de serviços		Venda de serviços	
	2023	2022	2023	2022
Rumo S.A.	**139.725**	132.504	**32.475**	13.661
Capital Realty Adm. de Bens S.A.	**-**	-	**-**	-
Logispot Armazéns Gerais S.A.	**6.846**	6.502	**-**	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	**86**	76	**481**	457
WX Energy	**215**	1.267	**-**	-
Raízen Energia S.A.	**4.969**	6.370	**-**	-
	151.841	146.719	**32.956**	14.118

a) Operações comerciais

A Companhia realiza parcela significativa de suas operações de prestação de serviços e arrendamento de imóveis com empresas relacionadas. A principal operação realizada refere-se a ponta ferroviária do serviço intermodal prestado pela Companhia. Essa operação é realizada de acordo com o contrato operacional firmado entre a Companhia e a Rumo S.A., estabelecendo as condições do serviço de transporte ferroviário realizado, incluindo os preços praticados através de "frete combinado", estipulado no referido contrato entre as partes, sendo reajustado periodicamente de acordo com os preços do mercado. Os contratos têm período de vigência até o término da concessão da malha ferroviária operada pela Rumo S.A., sendo renováveis de acordo com a ampliação dessas concessões. Em 2023, 100% da ponta ferroviária do transporte intermodal da Companhia foi realizada com tal parte relacionada, assim como no ano de 2022.

b) Remuneração da Administração

O valor dos honorários pagos a Diretoria Executiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$3.891 (R$4.216 em 2022). A partir do ano de 2012, a Companhia elegeu membros do Conselho de Administração independentes. O valor dos honorários pagos aos conselheiros independentes, no exercício findo em 31 de dezembro 2023 foi de R$480 (R$481 em 2022). A Companhia não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista no Brasil.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação da alíquota efetiva e da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(16.120)**	(27.814)	**(23.669)**	(41.570)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**5.481**	9.456	**8.047**	14.133
Demonstrativo da origem da despesa de imposto renda e contribuição social efetivos:				
Despesas permanentemente não dedutíveis	**-**	-	**(534)**	(416)
Equivalência patrimonial	**(5.530)**	(9.498)	**-**	-
Outras exclusões (adições) permanentes	**14**	3	**-**	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(35)**	(39)	**7.513**	13.717
	(0,22%)	(0,14%)	**31,74%**	33,00%
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	**(35)**	(39)	**(35)**	(39)
Despesa de imposto de renda corrente e contribuição social diferida			**7.548**	13.756

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos (Consolidado)

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a:

	2023	2022
Ativo		
Provisões temporariamente não dedutíveis	**32.728**	18.697
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	**56.625**	54.917
Redução ao valor recuperável de ativos	**2.090**	2.924
	91.443	76.538
Passivo		
Imposto diferido sobre mais valia de ativo imobilizado incorporado	**(2.068)**	(2.068)
Depreciação acelerada e diferença taxa depreciação fiscal x societária	**(63.759)**	(57.982)
Provisões de receita	**(11.063)**	(9.483)
Juros sobre obras em andamento	**(3.620)**	(3.620)
	(80.510)	(73.153)
Saldo líquido de imposto de renda e a contribuição social diferidos	**10.933**	3.385

c) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisões temporariamente não dedutíveis	18.697	**14.031**	**32.728**	**32.728**	**-**
Tributos diferidos sobre base negativa	54.917	**1.708**	**56.625**	**56.625**	**-**
Redução ao valor recuperável de ativos	2.924	**(834)**	**2.090**	**2.090**	**-**
Ágio	(2.068)	**-**	**(2.068)**	-	**(2.068)**
Imobilizado	(57.982)	**(5.777)**	**(63.759)**	-	**(63.759)**
Provisões de receita	(9.483)	**(1.580)**	**(11.063)**	-	**(11.063)**
Juros sobre obras em andamento	(3.620)	**-**	**(3.620)**	-	**(3.620)**
Saldo líquido de imposto de renda e a contribuição social diferidos	3.385	**7.548**	**10.933**	**91.443**	**(80.510)**

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2023		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisões temporariamente não dedutíveis	17.787	910	18.697	18.697	-
Tributos diferidos sobre base negativa	32.919	21.998	54.917	54.917	-
Redução ao valor recuperável de ativos	3.559	(635)	2.924	2.924	-
Ágio	(2.068)	-	(2.068)	-	(2.068)
Imobilizado	(54.463)	(3.519)	(57.982)	-	(57.982)
Provisões de receita	(5.205)	(4.278)	(9.483)	-	(9.483)
Juros sobre obras em andamento	(2.900)	(720)	(3.620)	-	(3.620)
Saldo líquido de imposto de renda e a contribuição social diferidos	(10.371)	13.756	3.385	76.538	(73.153)

d) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização.
A Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos ativos:

	2023	2022
Dentro de um ano	**916**	**765**
Após um ano e menor que cinco anos	**64.009**	**52.046**
Após cinco anos	**26.518**	**23.727**
Total	**91.443**	**76.538**

17. Provisão para contingências (Consolidado)

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2023	2022
Provisões trabalhistas	**5.019**	**3.911**
Provisões tributárias	**8.081**	**8.133**
Provisões cíveis	**3.129**	**3.980**
	16.229	**16.024**

Os valores estimados para as contingencias de perda possível na Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 86.880 (R$101.379 em 31 de dezembro de 2022).
A movimentação das provisões de perdas prováveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.935	5.154	6.861	16.950
(+) Complemento de provisão	6.805	18.931	400	26.136
(-) Pagamento	(4.893)	(15.034)	-	(19.927)
(-) Reversão de provisão não utilizada	(4.256)	(6.184)	-	(10.440)
(+) Atualização monetária	1.319	1.114	872	3.305
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.910	3.981	8.133	16.024
(+) Complemento de provisão	**5.734**	**4.723**	**3.840**	**14.297**
(-) Pagamento	**(3.452)**	**(5.341)**	**-**	**(8.793)**
(-) Reversão de provisão não utilizada	**(1.598)**	**(956)**	**(4.651)**	**(7.205)**
(+) Atualização monetária	**425**	**722**	**759**	**1.906**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.019**	**3.129**	**8.081**	**16.229**

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos judiciais com saldo de R$17.882 (R$17.800 em 31 de dezembro de 2022) referem-se, substancialmente, aos valores controversos sobre o Fator Acidentário de Prevenção INSS, INSS sobre aviso prévio indenizado e INSS sobre um terço das de férias, no montante de R$12.136 (R$11.994 em 2022). O saldo restante dos depósitos de R$5.746 (R$5.806 em 2022) referem-se aos depósitos judiciais de causas trabalhistas.

18. Risco sacado (Consolidado)

Em 2023 e 2022 a Companhia celebrou contratos junto a instituições financeiras, com objetivo de permitir aos fornecedores a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para as instituições financeiras.
Serviços de terceiros tem o prazo de pagamento de 60 dias com a taxa de juros variável de acordo cotação diária, baseada em juros simples média 1,1% e 1,2% a.m.

	2023	2022
Circulante		
Serviços de terceiros	**15.916**	**21.426**
Aquisição de ativos rodantes	**-**	**-**
	15.916	**21.426**

19. Passivo de arrendamento (Consolidado)

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem projetar a inflação futura projetada sobre as parcelas a serem descontadas.
A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 4,0% a 16,06%, de acordo com o prazo de cada contrato.
A Companhia celebrou em 2016 contratos de arrendamentos de um terminal logístico e de contêineres que se caracterizam como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). O contrato do arrendamento do terminal logístico tem prazo de vigência de 20 anos, com possibilidade de renovação após esse período, podendo ser rescindindo após o 4º ano sem ônus para o Companhia. A contraprestação por este arrendamento inclui uma parcela fixa, paga anualmente de forma adiantada, e uma parcela variável por contêiner movimentado, liquidada no início de cada exercício social. A parcela fixa está sujeita a acréscimo anual de 100% do CDI no segundo e terceiro ano do contrato e IGP-M a partir do quarto ano do contrato, calculado anualmente. A parcela variável é reajustável anualmente pelo IGP-M.
O contrato de arrendamento de contêineres, firmado em novembro de 2016, vigorará pelo prazo de doze meses, podendo ser renegociado um novo prazo ao seu término. A Companhia vem mantendo a renovação do contrato, sendo que ano de 2021 houve renovação de contrato com prazo de cinco anos e a celebração de três novos contratos com vigência entre três a dez anos.
A Companhia arrenda imóveis. Esses arrendamentos são firmados pela vigência de três a quatro anos, reajustáveis anualmente pelo IGP-M. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).
Em 2023, a Companhia arrendou também contratos de locação de veículos os quais tem a validade de dois anos reajustáveis anualmente pelo IPC-A/FGV ou INPC-FIPE.
Em 2020 foi arrendado um terreno em Davinópolis no valor de R$3.498, o qual faz parte do projeto de construção do terminal correspondente à Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de um contrato onde o objeto arrendado será adquirido ao término. A vigência original era até fevereiro de 2021, porém em acordo entre as partes, houve celebração de aditivos no decorrer de 2021 e 2022 prorrogando a vigência até dezembro 2024.
Em 2022 e 2023 a Companhia celebrou novos contratos de arrendamento de máquinas firmados pela vigência de três a cinco anos, reajustáveis anualmente pelo IGP-M e IPCA.
As demais adições são provenientes da atualização monetária dos contratos já vigentes no início do período.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**163.456**
Adições (i)	**5.965**
Baixas	**(631)**
Juros apropriados	**12.541**
Amortização do principal	**(53.777)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**127.554**

continua na próxima página ---->

Circulante	**43.804**
Não circulante	**83.750**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**127.554**

(i) Em 2023 foram adicionados ao passivo de arrendamento o valor de R$5.965 (2022 R$ 65.408), referente a constituições de reajustes e novos contratos, os valores não impactaram no caixa da Companhia. Vide Nota 12.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é de R$128.486 (R$128.486 em 31 de dezembro de 2022). O capital é representado por 12.962.963 ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, assim distribuídas:

	2023		2022	
	Ações	Percentual de participação	Ações	Percentual de participação
Rumo S.A	**8.000.000**	**61,71%**	8.000.000	61,71%
Fundo de Investimento - FGTS	**2.962.963**	**22,86%**	2.962.963	22,86%
América Latina Logística Armazens Gerais Ltda.	**2.000.000**	**15,43%**	2.000.000	15,43%
	12.962.963	**100%**	12.962.963	100%

b) Reserva de ágio na emissão de ações

A reserva de ágio representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico na data de emissão. Em 5 de agosto de 2013 a Brado Logística e Participações S.A. recebeu aporte do FI FGTS e constituiu reserva de ágio na emissão de ações no valor de R$361.366.

Valor da operação - aporte FI FGTS	400.000
Valor destinado para aumento de capital	(28.553)
Valor destinado a reserva de ágio	**371.447**
Gastos no processo de capitalização	(10.081)
Valor líquido do ágio na emissão	**361.366**

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A administração não efetuou proposição de reserva legal relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido ao prejuízo do exercício (em 31 de dezembro de 2022 não houve destinação devido ao prejuízo do exercício). A proposição da administração será ratificada em Assembleia Geral Ordinária.

d) Distribuição de dividendos

A Administração não efetuou proposição para pagamento de dividendos aos acionistas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após a constituição de reserva legal. De acordo com a Lei 6.404/76 e o Estatuto da Companhia, a Administração não fez a proposição de pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro devido ao prejuízo do exercício (em 2022 não houve proposição de dividendos devido ao prejuízo do exercício). A proposição da administração deverá ser ratificada pela Assembleia Geral Ordinária.

e) Reserva de retenção de lucros

A Companhia não constituiu a reserva estatutária de retenção de lucros devido ao prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2023 R$ (12.180) ((R$ (27.853) em 31 de dezembro de 2022). O prejuízo fiscal de 2023 foi abatido da reserva de lucros dos anos anteriores. De acordo com o estatuto social da Companhia a proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício é levada à aprovação pela Assembleia Geral.

	2023	2022
Dividendos a distribuir		
Prejuízo do exercício	**(16.155)**	(27.853)
Reserva legal (5%)	**-**	-
Dividendos a distribuir (25%)	**-**	-
Redução da reserva de retenção de lucros	**(16.155)**	(27.853)

f) Opções outorgadas reconhecidas

A Brado Logística e Participações S.A., que, por sua vez, tem como sócia majoritária a Rumo S.A., possui um plano de remuneração baseados em ações, o "Plano de *Stock Grant*", sendo que concedeu ações (da Rumo) para executivos da Brado. O direito de receber ações está condicionado ao cumprimento do período de carência previsto no plano.

Em 21 de dezembro de 2016, foi aprovado em Assembleia da Controladora Rumo S.A, o modelo de Remuneração Baseada em Ações ("*Stock Grant*"), que passou a ser aplicado nas outorgas a partir de então. Esse modelo prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos:

(i) Atrair, reter e motivar os beneficiários;

(ii) Gerar valor para os acionistas; e incentivar a visão de empreendedor do negócio.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Rumo S.A., a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada plano e na legislação aplicável.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.296
Opções outorgadas reconhecidas	**3.355**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.651**

21. Receita líquida de vendas (Consolidado)

a) Fluxos de receitas

	2023	2022
Receita bruta	**659.352**	539.531
Deduções da receita		
Tributos Municipais	**(1.581)**	(1.332)
Tributos Estaduais	**(14.832)**	(14.040)
Tributos Federais	**(28.007)**	(29.650)
Cancelamento e abatimentos de vendas	**(50.833)**	(31.646)
	564.099	462.863

b) Saldos de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre recebíveis e passivos de contratos com clientes.

	2023	2022
Contas a receber	**156.391**	131.935
Passivos de contrato (i)	**(27.826)**	(30.799)
	128.565	101.176

(i) Os passivos de contratos referem-se, principalmente, ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários, que ainda não haviam cumprido os requisitos de efetivo reconhecimento, pela análise do mesmo, para a qual a receita é reconhecida por períodos específicos.

22. Despesas por natureza (Consolidado)

	2023	2022
Custos dos serviços prestados	**492.791**	408.031
Despesas gerais e administrativas	**43.619**	36.550
Despesas comerciais	**9.092**	7.932
Total	**545.503**	452.513
Despesas por natureza:		
Gastos com transporte intermodal	**309.664**	248.991
Depreciação e amortização	**86.486**	75.635
Custo com pessoal (i)	**91.383**	73.517
Gastos com manutenção	**7.677**	6.371
Gastos com energia dos armazéns	**6.577**	7.774
Gastos com alugueis dos armazéns (ii)	**14.691**	13.862
Gastos gerais	**20.810**	18.081
Outros gastos operacionais	**8.214**	8.282
Total das despesas	**545.503**	452.513

(i) A variação do período na linha de custo com pessoal, está atrelada ao dissídio e remuneração variável, devido ao aumento de EBITDA em 30% no ano de 2023, se comparado ao ano de 2022.

(i) Os saldos são referentes a contratos de aluguéis de curtíssimo prazo, para atendimento de contingência operacional, não enquadrados nos requisitos de reconhecimento do CPC 06.

23. Outras receitas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2022	2022
Recuperação de despesas (i)	**18.997**	12.971
Contingências	**(3.899)**	(6.245)
Baixas líquidas de ativo imobilizado	**(3.002)**	(2.012)
Receita logística de natureza diversa	**1.680**	3.199
Indenizações recebidas de seguradoras	**5.965**	1.545
Venda de ativos	**461**	323
Reversão provisão impairment	**2.452**	402
Outros	**(105)**	974
	22.549	11.157

(i) Os saldos registrados são referentes a recuperação de despesas com manutenção de máquinas e equipamentos, despesas compartilhadas em terminais arrendados, levantamento e recuperações de impostos

24. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	**143**	122	**6.347**	4.846
Descontos obtidos	**-**	-	**339**	88
Variação cambial ativa	**-**	-	**1.368**	745
Outros (ii)	**-**	-	**(6.370)**	416
	143	122	**1.684**	6.095
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (i)	**-**	-	**(31.016)**	(24.490)
Juros sobre arrendamento	**-**	-	**(12.541)**	(14.015)
Descontos concedidos (iii)	**-**	-	**(14.311)**	(8.778)
Variação cambial passiva	**-**	-	**(5.149)**	(7.871)
Outras despesas (iv)	**-**	-	**(3.215)**	(13.976)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**-**	-	**(266)**	(42)
	-	-	**(66.498)**	(69.172)
Resultado financeiro líquido	**143**	122	**(64.814)**	(63.077)

(i) O Valor de juros sobre empréstimos e aplicações financeiras cresceram majoritariamente em função do aumento da taxa SELIC e consequente impacto no CDI, na qual as NCEs e rendimentos da Companhia estão atreladas. O valor atualizado no ano de 2023 foi de R$30.202 (vide nota 13.b). Além do encerramento dos contratos de empréstimos com taxas pré fixadas, que atrelou 100% da nossa dívida a taxa de juros. Outro impacto com relação aos rendimentos também se dá pelo aumento de caixa na companhia, fechado em 31/12 com 70 milhões.

(ii) Valor referente a baixa de saldo negativo de IR sobre aplicação financeira no valor de R$ (6.022).

(iii) Os valores são referente aos descontos concedidos para armadores para transação de adiantamento de prazo de recebimento.

(iv) No ano de 2022 houve a execução da contingência cível referente a operação realizada no Mercosul no período de 2012 a 2015, operada pela requerente, gerando uma despesa de atualização de juros no valor de R$12.579.

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, podem ser assim demonstradas:

	Eventos	Importância segurada	Limite máximo de indenização por evento	Vigência
Seguro predial	Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granito. Danos elétricos. Roubo, tumulto, greves e "*lockout*". Alagamento e inundação. Queda de aeronave. Deterioração de matérias-primas e/ou mercadoria em ambientes frigorificadas. Fermentação ou aquecimento. Equipamentos eletrônicos. Fumaça. Impacto de veículos terrestres. Movimentação interna. Ruptura de tubulações. Equipamentos, móveis e estacionários.	200.000	200.000	15/07/2023 a 15/07/2024
Responsabilidade de Civil Geral	Responsabilidade civil empregador com extensão ao exterior. Estabelecimento comercial e/ou industrial, guarda de veículos, poluição súbita, danos mercadorias armazéns e operação de carga e descarga, equipamentos de terceiros em operação de carga e descarga operados em portos. Danos morais.	20.000	20.000	23/07/2023 a 23/07/2024
Seguro de carga rodoviária	Responsabilidade civil do transportador rodoviário, roubos e furtos de mercadoria em trânsito R-CTRC (por veículo/viagem com container) por embarque.	19.800	4.000	30/09/2023 à 30/09/2025
Seguro de automóvel	Responsabilidade Civil Facultativa (danos materiais, corporais e morais a terceiros), App - Morte,App - Invalidez	4.800	500	14/06/2023 a 14/06/2024

Os vagões e locomotivas da Companhia estão inseridos na apólice de seguro da Rumo S.A., sendo o custo deste seguro incluído no valor da prestação de serviço ferroviário contratado.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Brado Logística e Participações S.A.** Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Brado Logística e Participações S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 03 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 PR 006853/F-9
Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 – S - PR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Terra Saraiva
Presidente

Tiago Augusto Machado Dias
Contador CRC - PR 057271/O-9

FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI -Rua Mateus Leme, 1142 - 5º Andar - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41)3254-7870 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DE LIGIA LOUZANO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0014485-40.2007.8.16.0001 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Compra e Venda Valor da Causa: R$29.277,66 Autor(s): M.M. INCORPORACOES S/A. (CPF/CNPJ: 02.046.359/0001-25) Réu(s): LIGIA LOUZANO (RG: 66714896 SSP/PR e CPF/CNPJ: 801.617.310-15)A DOUTORA TATHIANA YUMI ARAI JUNKES, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados, cuja petição inicial, em síntese, aduz o seguinte: "A requerida firmou compromisso de compra e venda com a requerente, datado de 16 de outubro de 2001; visando adquirir a lote de terreno nº 43, da quadra 1, da planta de loteamento Jardim Fênix, perfazendo uma área de 200 m² (duzentos metros quadrados). Optou pela aquisição a prazo, onde o valor pactuado foi de R$ 29.277,66, para pagamento parcelado em 201 prestações mensais de R$ 145,66 cada, reajustáveis anualmente; além da entrada de R$ 600,00. Todavia, a partir do vencimento da 9ª prestação mostrou dificuldade em adimplir com suas obrigações. Na tentativa de elidir à mora em relação aos pagamentos, as partes firmaram termo de novação contratual, datado de 20 de junho de 2003. a requerida efetuou apenas os pagamentos das primeiras 07 (sete) parcelas, deixando de adimplir com as obrigações assumidas desde a data de fevereiro de 2004. Desta forma, em data de 18 de agosto de 2004, assim, permanecer no imóvel ate decisão final dos referidos processor:, o MM Juiz da 16ª Vara Cível de Curitiba, deferiu o depósito dos valores ínfimos e unilateralmente levantados pela requerida, como forma de purgar a mora em relação a prestações devidas. Com isso a requerida vem obtendo moradia gratuita desde o exercício de 2005, sob o argumento (não comprovado) de que as clausulas contratuais livremente pactuadas são ilegais e abusivas. Sob este aspecto, ainda que se tenha como absurda as afirmações que embasam a pretensão revisional de contrato, o certo é que ate decisão final deste processo (autos 178/2005), a era requerente não poderia alegar a inexecução culposa, para fins de pretensão resolutiva, em vista dos depósitos judiciais das prestações do lote. Entretanto, recentemente a requerente foi citada para responder a Execução Fiscal interposta pelo Município de São Jose dos Pinhais, em virtude da inadimplência da requerida aos pagamentos do IPTU entre os exercícios de 2002 a 2006. Portanto, verifica-se que, mesmo diante do deposito judicial (parcial) relativo às parcelas ajustadas, a requerida deixou de cumprir com a obrigação de recolhimento dos impostos que recaem sobre o move!. Desta forma, não fosse a ausência de plausibilidade da pretensão revisional e consignatória, conforme será devidamente comprovado naqueles autos, tem-se que a requerida deixou de atender notificação extrajudicial enviada. Com isso, além de causar transtornos a requerente, decorrentes da inclusão de seu nome do cadastro de divida ativa municipal e demais desdobramentos; resta evidente que a requerida incorreu em evidente inexecução de obrigação contratual. Assim, deve ser reconhecida judicialmente a resolução contratual, com a consequente reintegração da posse do imóvel para a requerente, conforme se vera." Assim, fica o(a) ré(u) LIGIA LOUZANO, devidamente CITADO(A), dos termos da presente ação, para querendo, apresentar defesa que julgar ter direito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação, sob pena de não o fazendo presumirem-se verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente na exordial. Curitiba, 17 de abril de 2024. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar. EDITAL ASSINADO DIGITALMENTE TATHIANA YUMI ARAI JUNKES - Juíza de Direito

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024

O Município de Mandirituba-PR torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 04 de Junho do ano de 2024, na plataforma de Licitações do Governo Federal (www.gov.br/compras), CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Distrito de Areia Branca dos Assis	Pavimentação de via urbana em CBUQ	5887,56 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mandirituba, através do link https://www.mandirituba.pr.gov.br/ e na plataforma de Licitações do Governo Federal (www.gov.br/compras). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Mandirituba, 23 de Abril de 2024.

Luis Antonio Biscaia - Prefeito Municipal

FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 - 5º Andar - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41)3254-7870 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DE LIGIA LOUZANO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0014485-40.2007.8.16.0001 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Compra e Venda Valor da Causa: R$29.277,66 Autor(s): M.M. INCORPORACOES S/A. (CPF/CNPJ: 02.046.359/0001-25) Réu(s): LIGIA LOUZANO (RG: 66714896 SSP/PR e CPF/CNPJ: 801.617.310-15)A DOUTORA TATHIANA YUMI ARAI JUNKES, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados, cuja petição inicial, em síntese, aduz o seguinte: "A requerida firmou compromisso de compra e venda com a requerente, datado de 16 de outubro de 2001; visando adquirir a lote de terreno nº 43, da quadra 1, da planta de loteamento Jardim Fênix, perfazendo uma área de 200 m² (duzentos metros quadrados). Optou pela aquisição a prazo, onde o valor pactuado foi de R$ 29.277,66, para pagamento parcelado em 201 prestações mensais de R$ 145,66 cada, reajustáveis anualmente; além da entrada de R$ 600,00. Todavia, a partir do vencimento da 9ª prestação mostrou dificuldade em adimplir com suas obrigações. Na tentativa de elidir à mora em relação aos pagamentos, as partes firmaram termo de novação contratual, datado de 20 de junho de 2003. a requerida efetuou apenas os pagamentos das primeiras 07 (sete) parcelas, deixando de adimplir com as obrigações assumidas desde a data de fevereiro de 2004. Desta forma, em data de 18 de agosto de 2004, assim, permanecer no imóvel ate decisão final dos referidos processor:, o MM Juiz da 16ª Vara Cível de Curitiba, deferiu o depósito dos valores ínfimos e unilateralmente levantados pela requerida, como forma de purgar a mora em relação a prestações devidas. Com isso a requerida vem obtendo moradia gratuita desde o exercício de 2005, sob o argumento (não comprovado) de que as clausulas contratuais livremente pactuadas são ilegais e abusivas. Sob este aspecto, ainda que se tenha como absurda as afirmações que embasam a pretensão revisional de contrato, o certo é que ate decisão final deste processo (autos 178/2005), a era requerente não poderia alegar a inexecução culposa, para fins de pretensão resolutiva, em vista dos depósitos judiciais das prestações do lote. Entretanto, recentemente a requerente foi citada para responder a Execução Fiscal interposta pelo Município de São Jose dos Pinhais, em virtude da inadimplência da requerida aos pagamentos do IPTU entre os exercícios de 2002 a 2006. Portanto, verifica-se que, mesmo diante do deposito judicial (parcial) relativo às parcelas ajustadas, a requerida deixou de cumprir com a obrigação de recolhimento dos impostos que recaem sobre o move!. Desta forma, não fosse a ausência de plausibilidade da pretensão revisional e consignatória, conforme será devidamente comprovado naqueles autos, tem-se que a requerida deixou de atender notificação extrajudicial enviada. Com isso, além de causar transtornos a requerente, decorrentes da inclusão de seu nome do cadastro de divida ativa municipal e demais desdobramentos; resta evidente que a requerida incorreu em evidente inexecução de obrigação contratual. Assim, deve ser reconhecida judicialmente a resolução contratual, com a consequente reintegração da posse do imóvel para a requerente, conforme se vera." Assim, fica o(a) ré(u) LIGIA LOUZANO, devidamente CITADO(A), dos termos da presente ação, para querendo, apresentar defesa que julgar ter direito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação, sob pena de não o fazendo presumirem-se verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente na exordial. Curitiba, 17 de abril de 2024. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar. EDITAL ASSINADO TATHIANA YUMI ARAI JUNKES - Juíza de Direito

NA VÉSPERA DE APRESENTAÇÃO NA CAPITAL PARANAENSE, CANTOR TEVE AGENDA CHEIA PELA CIDADE

Fotos: Franklin de Freitas

Bruce Dickinson na esgrima: espada virou item indispensável nas viagens

O cantor na Bodebrown: parceria resultou no desenvolvimento de cervejas

Início do passeio de moto pelas ruas do Boqueirão: uma volta por Curitiba

Bruce Dickinson, um turista heavy metal em Curitiba

Um dia antes do show, astro duelou na esgrima, provou nova cerveja, recebeu cidadania honorária e andou de moto

Um dia antes do show, Bruce Dickinson desembarcou em Curitiba com agenda cheia. Ontem, participou de um duelo de esgrima, andou de moto, provou uma nova cerveja que lança esta semana junto com a fábrica artesanal curitibana Bodebrown e recebeu em mãos o título de Cidadão Honorário da cidade. Hoje, o astro do heavy metal fará show solo na capital paranaense.

Por volta das 12 horas, ele participou de um duelo exibição com os esgrimistas paranaenses Pedro Petrich e Alexandre Camargo na Praça Afonso Botelho. Bruce participou do duelo trajando o uniforme oficial contendo luva, máscara e espada.

A esgrima sempre foi um passatempo na vida do cantor, porém os treinamentos foram intensificados durante a turnê do álbum Piece of Mind, no início da década de 1980. A partir disso, a espada passou a ser um item indispensável nas viagens. Em 1988, Bruce Dickinson chegou a ser convocado para representar a Grã-Bretanha nos Jogos Olímpicos de Seul, mas a agenda de shows da banda impediu sua participação. No ano seguinte, Bruce ficou em sétimo lugar na Copa Europeia.

A esgrima do vocalista também está presente na banda. A faixa 'The Duellists', presente no álbum 'Powerslave', narra a história de dois homens que duelam com espadas até a morte. Já no videoclipe de 'Wasted Years', os fãs podem contemplar um flash de Bruce em ação no esporte.

Cidadão honorário

Após a esgrima, Dickinson foi para a cervejaria Bodebrown, onde além de provar e aprovar a cerveja, também aproveitou a visita na fábrica para receber em mãos o título de Cidadão Honorário de Curitiba, entregue pelos vereadores que propuseram o título e equipe da Bodebrown. "Bruce é uma grande lenda do rock e para nós é uma imensa alegria seguir neste processo criativo com ele, que reforça a divulgação de Curitiba com um grande centro das cervejas artesanais", conta Samuel Cavalcanti, CEO da Bodebrown. "Se no novo disco The Mandrake Project ele cita inspirações da alquimia nas letras, nós apresentamos agora uma cerveja que inova e encanta com este toque quase mágico do jambu".

Esta homenagem concedida pela Câmara dos Vereadores de Curitiba, que pode parecer surpreendente para muitos fãs, se deve justamente a parceria de Dickinson com a Bodebrown, que já resultou na criação coletiva de três cervejas. Elas foram desenvolvidas pelos irmãos Samuel e Paulo Cavalcanti, da Bodebrown, junto com o vocalista britânico, numa série iniciada há quatro anos.

As duas primeiras são colaborações oficiais em parceria com a banda Iron Maiden: Trooper Brasil IPA, lançada em 2019, e Aces High, de 2022. Na divulgação mundial que o vocalista fez das cervejas, ele também destacou a capital do Paraná como um grande centro da cervejaria artesanal e do rock, o que fez os vereadores Eder Borges (PL) e Nori Seto (PP) proporem a cidadania honorária, aprovada por unanimidade na Câmara dos Vereadores.

A mais nova cria da dobradinha do astro do heavy metal com a Bodebrown é a Mandrake Jambu Ale, inspirada no novo álbum solo de Dickinson, The Mandrake Project. Ela será lançada oficialmente nos sete shows da turnê brasileira do disco, que hoje em Curitiba, no Teatro Positivo. Depois, a tour passará por Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Ribeirao Preto e São Paulo, onde termina em 4 de maio.

Lá na Bodebrown, o astro ainda andou de moto pelas ruas do Boqueirão.

MAIS

Ainda há ingressos para o show de hoje

Bruce Dickinson apresenta hoje em Curitiba o show "The Mandrake Project Tour". Os ingressos estão à venda, a partir de R$ 240, pelo site da Uhuu.com. No Brasil, a The Mandrake Project Tour é mais uma realização da MCA Concerts. A apresentação será na Live Curitiba ((Rua Itajubá, 143). "The Mandrake Project" é o sétimo álbum solo de Bruce Dickinson e o primeiro em 19 anos – o último disco solo lançado por Dickinson foi "Tyranny Of Souls" em 2005.

Além de Curitiba, a turnê passará por dia 25 de abril no Pepsi On Stage, em Porto Alegre; dia 27 na Opera Hall, em Brasília; dia 28 de abril na Arena Hall, em Belo Horizonte; dia 30 de abril no Rio de Janeiro, no Qualistage; dia 02 de maio na Quinta Linda, em Ribeirão Preto; e no dia 04 de maio em São Paulo, na Vibra São Paulo. Os shows terão abertura da banda brasileira Clash Bulldog's.

Canal 1

Flávio Ricco, com a colaboração de José Carlos Nery

Divulgação Record

O reality show já tem calendário estabelecido na TV brasileira

Quer queiram ou não, gostem ou não gostem alguns, a realidade é que o reality show caiu na graça do telespectador brasileiro, não por acaso o barulho que todos provocam, de modo muito especial os que contemplam o confinamento. Já não se consegue viver sem nenhum e existe até um calendário estabelecido, com direito a ordens de entradas e saídas. Acabou o 'Big Brother' e, exatamente uma semana depois, a Record veio com 'A Grande Conquista'. Nem abriu espaço. E assim será praticamente até o final ano, porque a Globo, no vácuo de um período que ainda existia, ou seja, no comecinho do segundo semestre, vai estrear o 'Estrela da Casa', que tem o selo de musical, mas que também irá trancar todos os participantes. Por último, fechando a temporada, vem 'A Fazenda', com Adriane Galisteu. De se lamentar que entre as principais TVs, também o SBT, apesar de manifestar o desejo de ter o seu, não fechou nenhum formato. Na foto: Rachel Sheherazade apresenta 'A Grande Conquista'.

Foi que foi

Na semana passada, conversando com ela, Rachel Sheherazade já passou muita segurança sobre a responsabilidade de apresentar 'A Grande Conquista'. No 'ao vivo', desde a estreia na segunda-feira e mesmo diante de dezenas de participantes, ela está sabendo segurar legal. A experiência que só o jornalismo oferece está sendo bem importante.

Primeiro mundo

A Banijay está inaugurando o seu novo complexo de estúdios em Guarulhos. E desde ontem até sexta-feira, recebe convidados para um cafezinho e visita às suas dependências.

Hoje é o dia

Ainda no decorrer desta quarta-feira, a Band deverá sacramentar o acordo com a Brax para a transmissão da Série B. Muitas das reivindicações da sua direção foram atendidas, inclusive as de ordem comercial, que acabaram tornando o negócio interessante para ambas as partes.

Outra da Band

Após a saída de Edu Guedes das suas manhãs, a Band vai mesmo estender a exibição do 'Bora Brasil', com Joel Datena até onze da manhã. A ideia é essa mesmo: trabalhar com contraprogramação, muito mais jornalismo, frente ao que SBT, Globo e Record têm no horário.

Olimpíada - 1

O SBT vai movimentar ao menos dois repórteres na cobertura dos Jogos Olímpicos. Um deles é João Venturi, que já mora em Paris. O outro, a ser definido, seguirá com uma equipe do Brasil. Ambos produzirão material para os diferentes programas da casa.

Olimpíada – 2

A Band informa que a sua equipe em Paris, para a cobertura jornalística da Olimpíada, além do Felipe Kieling já informado, também terá Elia Junior liderando um pessoal da rádio Bandeirantes, detentora dos direitos, e BandNews FM. Todos irão trabalhar para todos os veículos do grupo, recepcionados pela correspondente Sonia Blota.

Fim de linha

As gravações da décima temporada de 'Reis – A Decadência' estão praticamente finalizadas nos estúdios da Seriella/Record no Rio de Janeiro. Faltam apenas três cenas, que serão captadas nesta semana, para a despedida de grande parte do elenco.

Com todas as honras

Globo/Fábio Rocha

Nesses últimos dias, por causa de toda a confusão envolvendo Davi Brito e Mani Reggo – mulher ou não mulher dele, o documentário sobre o campeão do 'BBB24' correu certo risco de não rolar. Mas, vai. E, segundo a Globoplay, 'estreia em breve'. Terá direção artística de Duda Martins, roteiro de Thais Amordivino, produção executiva de Anelise Franco e direção de Gênero de Mariano Boni.

Streaming

A Boutique Filmes colocou ponto final nas gravações de 'Passinho - O Ritmo dos Sonhos', sob encomenda do Disney+, série inspirada em um tipo de dança originária do funk carioca que se popularizou em 2010. Além de Giulie Oliveira, Fumassa Alves e Digão Ribeiro, estão no elenco: Duda Pimenta, Tatiana Tibúrcio, André Ramiro, João Victor Menezes e João Gabriel D'Aleluia.

Divulgação

MARATONA – Chico Diaz, até outro dia em 'Renascer', será homenageado pelo Canal Brasil, sábado, com a exibição de sete dos seus filmes e uma entrevista no 'Cinejornal'. Os títulos que compõem a mostra são 'Cine Holliúdy 2: A Chibata Sideral', 'Benjamim', 'Corisco e Dadá', 'Homem Onça', 'Os Matadores', 'Noites Alienígenas' e 'Amarelo Manga'.

BATE - REBATE

- O diretor de TV e cineasta Alexandre Avancini vai iniciar os trabalhos de mais um longa. 'Loucos Amores Líquidos' vai reunir Paloma Bernardi, Paulo Betti, Daíse Amaral, Eriberto Leão, Ângela Vieira, Marcos Pasquim, Marina Moschen, Marie McHugh, Edoardo Costa, Gabriel Quintella e Giulie Oliveira.
- Parceiros em 'A Infância de Romeu e Julieta', André Mattos e Bianca Rinaldi estrelam a comédia 'Minha Futura Ex'. A partir de 31 de maio, o espetáculo terá apresentações em São Paulo e no Rio de Janeiro.
- Miguel Falabella, diretor, disparou a escalação de elenco do musical 'Elvis - A Musical Revolution', que chegará ao Teatro Santander, em agosto. Além de Luiz Fernando Guimarães, estão confirmados Hipólyto Esemble, Estêvão Souz, Cárolin von Siegert e Bruno Kimura.
- A Kaseya Center, em Miami, uma arena multiúso de esportes e entretenimento, vai sediar a 25ª edição do Grammy Latino, em 14 de novembro.
- Direção da Rede TV! e Ronnie Von se reúnem hoje em um almoço, para decidir sobre o novo programa dele.
- O 'Persona' da TV Cultura, no próximo domingo, terá a participação do ator Guilherme Leme Garcia. E para os próximos programas, Suzy Rêgo, Tadeu Aguiar, Eliane Giardini, Costanza Pascolato, Tuca Andrada, além do muralista Kobra e do escritor Pedro Bandeira.

C'est fini

A atriz e diretora Guida Vianna gravou participação especial em 'Família é Tudo'. Ela faz a Nair, uma tia de Chicão (Gabriel Godoy) e Guto (Daniel Rangel). 'Cara e Coragem', 'Família Paraíso' e 'Rensga Hits!' foram seus últimos trabalhos. Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!